

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Keli Siqueira Ruas

**A ORLA LAGUNAR DE PELOTAS-RS:
Conflitos Socioambientais, Atores e Processos**

Dissertação de Mestrado

Florianópolis
2012

Keli Siqueira Ruas

**A ORLA LAGUNAR DE PELOTAS-RS:
Conflitos Socioambientais, Atores e Processos.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof: Dr. Élson Manoel Pereira

Florianópolis
2012

Keli Siqueira Ruas

**A ORLA LAGUNAR DE PELOTAS-RS:
Conflitos Socioambientais, Atores e Processos.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia

Orientador: _____
Prof: Dr. Élon Manoel Pereira (UFSC)

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Sidney Gonçalves Vieira (UFPEL)

Prof.^a Dr.^a Marinez Scherer (UFSC)

Prof. Dr. André Luiz Santos (UFSC)

Dedico este trabalho à cidade de Pelotas - “Cidade do charque e do doce”, do comércio, da prestação de serviços, polo educacional, “da praia do Laranjal” - inspiração de nossa pesquisa - e àqueles que lutam dia a dia pela melhoria da qualidade de vida e justiça social na orla lagunar de Pelotas.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa Pós-Graduação em Geografia da UFSC, por proporcionar-me conhecimento e formação intelectual com qualidade.

A CNPQ, pelo financiamento do presente trabalho.

Ao Leandro Sidinei Nunes Hoffmann, pelo incentivo, orientação, confiança e, sobretudo, pelo amor e companheirismo a mim dedicados.

Ao LABCIS e seus integrantes, em especial, ao meu orientador professor Dr. Elson Manoel Pereira, pela orientação ao trabalho, ensinamentos e sua amizade.

Ao prof. Dr. Sidney Gonçalves Vieira, pelo incentivo, amizade e por sua co-orientação, auxiliando em muitos momentos de dúvidas, mesmo esse auxílio não sendo oficializado.

Aos integrantes da banca, pela disposição e pelas contribuições.

À minha família, pelo respeito às minhas escolhas. Em especial, a minha mãe que sempre esteve ao meu lado, encorajando-me a continuar e apoiando as minhas decisões. E à minha tia Neida, pela acolhida em Florianópolis, ajuda, incentivo, amizade e carinho.

A todos os meus amigos e colegas que, de alguma forma interferiram no caminho que me trouxe até aqui neste momento.

A todos aqueles que se dispuseram a conceder entrevistas, doando parte de seu tempo para falar de suas experiências de Laranjal, colaborando com a produção de documentos orais, sem os quais não haveria a construção deste trabalho.

“O futuro está determinado ou ele é contingente? Isto depende de nossas decisões. De fato ele não está determinado. O que não quer dizer que não existam determinações. Há determinações, mas não determinismos. É preciso considerar que a história continua.” (LEFEBVRE apud COMBES, 1991, p.113).

Resumo

O presente trabalho analisa a dinâmica urbana nos Balneários da praia do Laranjal a partir das formas de ocupação e uso do solo, tomando a paisagem como elemento essencial para a identificação dos conflitos socioambientais latentes e evidentes, bem como o território na identificação dos atores sociais e suas relações político-econômicas e culturais. O espaço, por sua vez é definido como um produto histórico e social, condicionado pela sociedade, conforme os interesses, as necessidades, a cultura, entre outros. O trabalho revela como a sociedade pelotense se relaciona com a sua orla lagunar, ou seja, de um lado orientada pelas necessidades e condicionantes socioculturais e econômicas de grupos que usam o espaço para lazer e moradia e, de outro, uma relação orientada pelos interesses capitalistas que incorporaram os balneários Santo Antônio e Valverde, bem como o entorno de suas vias de acesso à (re) produção do espaço geográfico. Suas paisagens naturais tornaram-se condição necessária à reprodução do papel que a orla lagunar desempenha na divisão espacial do trabalho da cidade de Pelotas: o de zona de veraneio, espaço de lazer dos finais de semana e de expansão urbana voltada à classe média-alta. Os conflitos socioambientais aparecem ao mesmo tempo como produto do urbano e condição para a sua reprodução. Por fim, o trabalho sugere a possibilidade de inclusão do município no Projeto Orla, como subsídio para uma gestão integrada dos conflitos socioambientais identificados ao longo do mesmo.

Palavras-chave: Conflitos socioambientais. Paisagem. Território. Orla lagunar de Pelotas.

Abstract

The present paper analyzes the Laranjal Beach resort urban dynamics based on its settlement and land use, considering both landscape and territory as essential items for the identification of latent as well as apparent socio-environmental conflicts of social actors and their political, economic and cultural relations. Space has thus been defined as a historical and social product conditioned by society such as interests, necessities and culture, among others. The paper shows how the Pelotas City society relates to its lagoon shore – on the one hand guided by the necessities as well as cultural and economic statuses of the human groups who use that space for leisure and dwelling, and on the other hand guided by capitalist interests that encompass both Santo Antonio and Valverde Beach resorts and access road surroundings for geographical space (re) production. Its natural scape is the *sine qua non* condition for the reproduction of the role that the lagoon shore plays in the spatial labor division of the city of Pelotas as a summer resort area, a recreational space on weekends, and an upper-middle class oriented urban sprawl. Socio-environmental conflicts arise simultaneously as urban products and as a requirement for their reproduction. Finally, the paper focuses on the possibility of including the city of Pelotas in the ‘Projeto Orla’ (Shore Project) as a subsidy for an integrated management of the socio-environmental problems that have been identified.

Keywords: Socio-environmental conflicts. Landscape. Territory. Pelotas City lagoon shore.

Lista de figuras

Figura 1: Mapa de localização do município de Pelotas - RS	50
Figura 2: Mapa da Região Administrativa Urbana – Laranjal.	52
Figura 3: Divisão administrativa do perímetro urbano de Pelotas.	59
Figura 4: Mapa da região administrativa do Laranjal.	61
Figura 5: Aspecto descuidado da Rua Torres, no Balneário dos Prazeres	80
Figura 6: Mata do Totó, à beira da estrada da Colônia Z-3.....	82
Figura 7: <i>Ecocamping</i> Municipal de Pelotas.....	83
Figura 8: Tráfego de veículos no interior da mata nativa, no Balneário dos Prazeres.....	84
Figura 9: Concentração no dia de Iemanjá e Nossa Senhora dos Navegantes.	86
Figura 10: Cabanas de aluguel em APP no Balneário dos Prazeres.....	87
Figura 11: Efeito da dinâmica lagunar no Balneário dos Prazeres.....	91
Figura 12: Banhado Grosso e, ao fundo, a Mata Palustre do Pontal da Barra.....	93
Figura 13: Obras de ampliação do Restaurante Pontal da Barra dentro do canal São Gonçalo.....	96
Figura 14: Vista aérea da Vila da Barra.	99
Figura 15: Tipologia das moradias na Vila do Trapiche	100
Figura 16: Coletores e lixo no final da Vila do Trapiche sobre o banhado Pontal da Barra. Fonte: Foto da autora 2010.....	105
Figura 17: Entrada da RPPN pela rua marginal ao canal São Gonçalo.....	109
Figura 18: Alagamento nos loteamentos Pontal da Barra e Novo Valverde.	112
Figura 19: Obras no Banhado Pontal da Barra.....	117
Figura 20: Área aterrada para a construção do Hotel Caval Verde ..	118
Figura 21: Loteamento Villa Guilhermina	119
Figura 22: Autorização da família Assumpção.	124
Figura 23: Travessia no Arroio Pelotas em 1945.....	125
Figura 24: Laranjal Praia Clube com imagem da sua piscina	131
Figura 25: Orla lagunar no verão de 1949.....	134
Figura 26: Ponte do Arroio Pelotas	135
Figura 27: Arborização da orla no Balneário Santo Antônio	143
Figura 28: Balneário Santo Antônio.....	145
Figura 29: Avenida Antônio Augusto de Assumpção Junior.....	156
Figura 30: Padrão residencial das ocupações no Recanto de Portugal com atracadouro para barcos e iates no arroio Pelotas.....	169

Figura 31: Publicidade do empreendimento imobiliário Altos do Laranjal	180
Figura 32: Expansão urbana do balneário Valverde pelo Novo Valverde em direção ao banhado Pontal da Barra.	182
Figura 33: Balneário dos Prazeres com vista ao fundo para os Balneários Santo Antônio e Valverde.	183
Figura 34: Trecho da orla na Colônia Z-3.	185
Figura 35: Adensamento urbano na Colônia Z-3.	186

Lista de abreviaturas

AAD - Áreas Ambientalmente Degradadas
AEIAN - Áreas Especiais de Interesse do Ambiente Natural
AEIS- Área Especial de Interesse Social
AEP- Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Pelotas
APAN - Associação de Proteção ao Ambiente Natural
APEB - Associação Pelotense de Biólogos
APP - Área de Preservação Permanente
AUSUL - Aglomeração Urbana do Sul
CAVG - Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça
CEA - Centro de Estudos Ambientais
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
COMPAM - Conselho Municipal do Meio Ambiente
CP - Correio do Povo
DM - Diário da Manhã
DP - Diário Popular
ETERPEL - Empresa Pública Terminal Rodoviário de Pelotas
FECAB - Federação dos Cultos Afrobrasileiros Umbanda e Quimbanda
FEE - Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser
FEPAM - Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler
FURG - Universidade Federal de Rio Grande
GATE - Grupo de Apoio Técnico
GERCO - Gerenciamento Costeiro
GEEPAA - Grupo Especial de Estudos do Ambiente Aquático
GI-GERCO - Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro
IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDESE - Índice de Desenvolvimento Socioeconômico
ITEPA - Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria
IRGA - Instituto Rio-Grandense do Arroz
LEPARQ - Laboratório de Pesquisas Arqueológica
MMA - Ministério do Meio Ambiente
OLP - Orla Lagunar de Pelotas
OP - Opinião Pública
PAF - Plano de Ação Federal para a Zona Costeira do Brasil
PATRAN - Patrulha Ambiental da Brigada Militar
PEGC - Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro
PGZC - Plano de Gestão da Zona Costeira
PIB - Produto Interno Bruto

PMGC - Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro
PNGC - Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro
PNMA - Política Nacional de Meio Ambiente
PPG- Programa de Pós-Graduação
RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural
RQA-ZC - Relatório de Qualidade Ambiental da Zona Costeira
SANEP - Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas
SEMA - Secretaria Estadual de Meio Ambiente
SEPLAG - Secretaria Estadual de Planejamento e Gestão
SQA - Secretaria de Qualidade Ambiental
SEURB - Secretaria de Urbanismo
SINDUSCON- Sindicato da Indústria de Construção Civil e Imobiliária de Pelotas
SMA-ZC - Sistema de Monitoramento Ambiental da Zona Costeira
UCPel - Universidade Católica de Pelotas
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
UFPEL - Universidade Federal de Pelotas
UFRGS- Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
SNUC - Sistema Nacional de Unidade de Conservação
ZEEC - Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro
ZH - Zero Hora

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	37
1.1 PAISAGEM.....	37
1.2 ATORES SOCIAIS DA (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO.....	41
1.3 TERRITÓRIO	45
2 LARANJAL: UMA DESCRIÇÃO DA PAISAGEM	49
2.1 A FORMAÇÃO DA LAGUNA DOS PATOS.....	53
2.2 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS	55
2.3 LARANJAL	60
2.4 OS ATORES SOCIAIS DA PRODUÇÃO DO URBANO NO ESPAÇO LAGUNAR.....	69
2.5 OS CONFLITOS OBSERVADOS.....	74
2.5.1 Balneários Santo Antônio e Valverde	74
2.5.2 Balneário dos Prazeres	79
2.6 PONTAL DA BARRA.....	92
2.6.1 Núcleo de pescadores da vila Barra.....	95
2.6.2 Vila do Trapiche.....	99
2.6.3 Loteamento Residencial Pontal da Barra e Complexo Turístico Hotel Cavalo Verde.....	106
3 A CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM LAGUNAR: ATORES E INTERESSES EM CONFLITOS.....	121
3.1 A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO LAGUNAR	121
3.1.1 Antecedentes da formação dos Balneários do Laranjal.....	121
3.1.2 A formação da Vila Residencial Balneária Santo Antônio	127
3.2 A FUNDAÇÃO DA VILA RESIDENCIAL BALNEÁRIO VALVERDE	146
3.3 A FUNDAÇÃO DO BALNEÁRIO DOS PRAZERES.....	148
3.4 PONTAL DA BARRA.....	150
3.5 UMA PAISAGEM NADA ELEGANTE: DA CIDADE BALNEÁRIA AOS LOTEAMENTOS PRECÁRIOS	154
3.5.1 Anos 1990: o Laranjal mais urbano.....	162
4 TENDÊNCIAS DE URBANIZAÇÃO DAS ÁREAS COSTEIRAS DE PELOTAS.....	171
4.1 PROJETO DA PREFEITURA: ORLA DA LAGOA	171
4.2 O PROJETO ORLA	174
4.3 O CAMINHO DOS BALNEÁRIOS.....	178
4.4 OS BALNEÁRIOS	181

5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	187
	REFERÊNCIAS.....	194

INTRODUÇÃO

Os múltiplos aspectos da urbanização – tais como pobreza urbana, segregação socioespacial, violência e conflitos sociais urbanos, gestão territorial urbana, análise ambiental do uso e ocupação do solo urbano, processos de industrialização e seus impactos socioeconômicos, dentre muitos outros aspectos – já foram abordados pelas ciências físicas e humanas sob vários enfoques analíticos.

No campo da Geografia, destacam-se os assuntos referentes ao papel do espaço no processo de reprodução da sociedade. Tais assuntos buscam, por exemplo, compreender a manifestação das forças produtivas à luz dos campos políticos, econômicos e culturais nas diferentes categorias espaciais (região, território, paisagem e lugar) e, também, procuram entender como as particularidades dessas escalas interferem no conjunto do todo. Assim, a interpretação teórica dos processos espaciais é abarcada pelo desafio de sistematizar diferentes problemas da realidade socioespacial.

Um desses problemas refere-se aos diferentes interesses de uso do solo urbano pelos vários segmentos da sociedade. Esses múltiplos interesses têm gerado conflitos entre os indivíduos e os usos do espaço físico, alterando as formas do espaço socialmente produzido. Os resultados desses embates estão expressos na diferenciação socioespacial e nos problemas ambientais que podem ser observados na paisagem urbana. Isso porque nossa sociedade é orientada, sobretudo, pelas leis de mercado, que tudo mercantiliza, incluindo o próprio meio de reprodução da vida, a natureza. Como parte do espaço geográfico, elemento do território usado, a natureza é transformada em recurso pela valorização do espaço e por um intenso uso do território.

Nesse sentido, as zonas costeiras¹, em função de sua grande importância socioambiental, são espaços onde a problemática ambiental-urbana tem merecido destacada atenção.

¹ Em função das diferentes abordagens e singularidades das paisagens costeiras brasileiras, não existe um conceito abrangente consensualmente aceito de zona costeira. Para fins do exercício do planejamento e ação política, o Brasil toma os municípios como critério de delimitação da faixa terrestre da zona costeira. Do ponto de vista, ambiental o art. 2 do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (lei federal nº 7661/1988) considera “o espaço geográfico de interação do ar, do mar, e da terra, incluindo seus recursos renováveis ou não, abrangendo uma faixa marítima e outra terrestre” (MILARÉ apud AFONSO, 1999, p. 33). No que se refere aos vetores de ocupação, nos fundamentamos na definição de Moraes (2007, p. 31), “o litoral pode ser definido como uma zona de usos

Em áreas costeiras, as possibilidades de obtenção de recursos e serviços dos ecossistemas são diversas, tais como o fornecimento de alimentos, de recursos minerais, foco de desenvolvimento industrial, de transporte além de abrigar uma grande biodiversidade, sendo também um dos principais destinos turísticos da região. Os recursos disponíveis nesses ambientes levaram Moraes (2007, p. 19) a classificar a zona costeira como “um espaço que possui um valor contido, denominado de valor do espaço, em diferenciação com o valor criado definido como valor no espaço”. Assim, esse espaço, quando preservado, expressa uma reserva de valor que se expande em relação direta com suas possibilidades de uso e, quando degradado, leva a perda desse capital potencial, cujos efeitos são sentidos no oceano e no continente, frequentemente, a grandes distâncias da costa.

No Brasil, a densificação da ocupação das áreas costeiras, de uma forma geral, foi intensificada a partir do pós-guerra. Nesse período, uma nova divisão internacional do trabalho possibilitou uma industrialização parcial de alguns países da América Latina. Tal processo foi acompanhado de uma ampla urbanização, trazendo uma série de mudanças relacionadas à sua estrutura socioespacial, sobretudo, no modo de organização e ocupação das cidades litorâneas. Uma das consequências desse processo é a chamada “explosão urbana”, manifestada na crescente valorização do solo, no crescimento físico-territorial da cidade e na perda dos recursos naturais.

A zona costeira abriga quase um quarto da população do País, concentrado em aproximadamente 400 municípios. Apesar da grande densidade demográfica, a zona costeira, também, apresenta espaços de baixa ocupação. Essas são áreas onde ocorrem ecossistemas de grande importância ambiental², que, no entanto, vêm sendo objeto de conflitos pelos processos de urbanização, demandando ações preventivas de direcionamento das tendências associadas à dinâmica econômica emergente.

A associação do litoral à “indústria do lazer”, impulsionada pela expansão da rede rodoviária e do uso intensificado do automóvel, levou ao desenvolvimento de cidades turísticas e balneárias. Um dos aspectos marcante nesses “novos” espaços foi o estímulo à construção de

múltiplos, pois em sua extensão é possível encontrar variadíssimas formas de ocupação do solo e a manifestação das mais diferentes atividades humanas”.

² Essa característica de espaços densamente povoados entremeados por outros ainda relativamente preservados está associada ao processo histórico de ocupação do litoral brasileiro (MORAES, 2007).

segundas residências. Essas, segundo Moraes (1997, p. 38), foram responsáveis pelos “novos fenômenos culturais e espaciais, como a valorização das áreas dotadas de amenidades e a incorporação do rural ao espaço urbano”.

Esse processo também contou com a ação da indústria cultural, que induziu a sociedade a criar novos hábitos, como a valorização social do banho de mar, do veraneio, do consumo e, até mesmo, da alteração das formas de morar. O processo modernizador cria novos hábitos que influenciam o consumo cultural, como o deslocamento dos cidadãos em direção ao litoral.

Assim, o modo de vida urbano³ passa a ser difundido, construindo não só a cidade, mas novas territorialidades⁴. Conforme Lefebvre (1991), a cidade e o urbano são indissociáveis. A cidade não se realiza sem o urbano, e vice-versa. No entanto, eles não são sinônimos, há uma distinção entre eles:

[...] a cidade, realidade presente, imediata, dado prático sensível, arquitetônico – e por outro lado o ‘urbano’, realidade social composta de relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento. Todavia, [...] A vida urbana, a sociedade urbana, numa palavra “o urbano” não podem dispensar uma base prático-sensível, uma morfologia. (LEFEBVRE, 1991, p. 49).

Nesse sentido, quando o autor argumenta que o cidadão deve possuir o direito à cidade, deve-se entender que, além do direito a um lote para morar, esse tem o direito à vida urbana, traduzida pelo

³ De acordo com as ideias de Lefebvre, o urbano é usado como metáfora para definir o espaço social redefinido pela urbanização contemporânea. A expressão “sociedade urbana” é entendida como uma síntese dialética (e virtual) da dicotomia cidade-campo, superada na etapa contemporânea do capitalismo, que o autor denominou de sociedade burocrática do consumo dirigido (LEFEBVRE, 1991).

⁴ “A territorialidade significa cotidianidade, (i)materialidade, no(s) tempo(s), na(s) temporalidade (s) e no(s) territórios, no movimento relacional-processual. A vida cotidiana é produto e condição da reprodução de relações sociais, do espaço, do lugar” (LEFEBVRE, 1976a; 1972; 1991) e do território” (SAQUET, 2007, p. 164).

trabalho, educação, lazer, saúde, ao meio ambiente saudável, aos lugares etc.

As zonas costeiras e/ou espaços com vistas para os corpos d'água, como as margens de rios e lagos, entraram no fator localização de amenidades relacionadas à beleza das formas naturais e passaram a ser atributos para se auferirem rendas diferenciais. Nessa perspectiva, a natureza é apropriada e produzida como ideia e objeto pelas empresas do mercado imobiliário. Tais empreendimentos alteram substancialmente o lugar, transformam a “natureza primeira” no que Harvey (2000, p. 219) chamou de “Disneyficação da Natureza”. Termo usado pelo autor para definir o reencantamento da natureza como objeto de consumo e objetivo central da mercantilização.

A natureza artificializada perde suas características originais e passa a ser padronizada. Transformada em fetiche, ela encontra-se à disposição de quem por ela pode pagar. Segundo Lefebvre, na ideologia da sociedade:

A natureza como espaço é simultaneamente feita em pedaços, fragmentada vendida e ocupada globalmente, destruída como tal é remanejada segundo as exigências da sociedade neocapitalista, que se sustenta pela venalidade generalizada do meio ambiente (LEFEBVRE, 1972, p.?)

Nesse processo, não só o direito à cidade é violado aos mais pobres, como também o direito a um ambiente sadio. Isso, porque, na apropriação privada da natureza, ocorrem vários impactos socioambientais. Sobre os impactos no litoral, Gonçalves destaca:

[...] a apropriação, pela indústria de turismo, de espaços antes ocupados por comunidades de pescadores, lavradores etc. Ao mesmo tempo, o “preço para turista” enseja uma elevação do custo de vida e uma especulação imobiliária desenfreada que a curto prazo leva à destruição dessas comunidades e de seu meio ambiente; à alteração do curso regular do movimento dos rios e do trabalho das marés, em virtude da construção de diques, pontes, marinas, aterros e até mesmo de praias particulares para hotéis e mansões trazendo como consequência as inundações, o assoreamento de canais e o

desaparecimento de aldeias são alguns desses impactos ambientais. (GONÇALVES, 1995, p. 324)

Em Florianópolis-SC, por exemplo, conforme estudo desenvolvido, “a especulação imobiliária, além de se apropriar da natureza ainda presente em certos recantos da ilha, está destruindo a cultura local, vista como algo ultrapassado e fora de moda” (HENRIQUE, 2005, p. 9). Os moradores locais estão sendo expropriados para os municípios do continente pela elevação dos preços dos imóveis. No entendimento do poder público local e do capital imobiliário, essa é a forma encontrada para “transformar a cidade numa ilha de modernidade, em uma metrópole cosmopolita” (HENRIQUE, 2005, p. 10).

Fenômenos espaciais, como a revitalização das centralidades, espaços simbólicos para o poder público e do resgate do valor de uso das elites, provocam, de um lado, a concentração de riqueza e, de outro, criam espaços fragmentados⁵ e de urbanização incompleta. Ou seja, ao mesmo tempo em que a centralidade se afirma, o espaço também se fragmenta. Além da degradação dos ambientes naturais, ocorre um acesso desigual à natureza na cidade, que, muitas vezes, gera disputas entre as diferentes escalas de poder presentes no território.

No contexto global, a preocupação com o uso indiscriminado dos recursos costeiros e com a desigual apropriação desse espaço, associada às influências das convenções e tratados internacionais levou países como Espanha, Costa Rica, Equador, Portugal, EUA, Brasil dentre outros, a desenvolverem novas políticas de ordenamento territorial desses espaços.

No Brasil, embora a legislação seja considerada avançada no que diz respeito à definição de um conjunto de regras relacionadas ao meio ambiente, estudos têm demonstrado que as mudanças de uso do solo fazem parte dos fatores responsáveis pelos problemas ambientais das áreas costeiras⁶. Por conseqüência, os gestores públicos se defrontam

⁵ A fragmentação socioespacial é entendida como uma organização territorial marcada pela existência de enclaves territoriais distintos e sem continuidade com a estrutura socioespacial que os cerca. A fragmentação traduz o aumento intenso da diferenciação e a existência de rupturas entre os vários grupos sociais, organizações e territórios (SALGUEIRO, 1998).

⁶ Em relação às áreas costeiras, o Brasil dispõe de uma política nacional específica: o Plano Nacional do Gerenciamento Costeiro - PNGC instituído pela Lei nº 7.661/88 em uma ação conjunta entre o Ministério do Meio Ambiente

com um grande desafio, que é programar um ajuste de práticas públicas, pautadas por permanente integração entre as diversas políticas ambientais. Esse é um pré-requisito para que seja possível solucionar os principais conflitos das áreas costeiras.

O poder público é desafiado pelo caráter conflituoso da apropriação do território natural enquanto recurso econômico e social. Este engloba uma diversidade de enfoques analíticos relacionados ao objeto do planejamento, da gestão, da produção do espaço construído e de assentamentos informais. Conforme aponta Moraes (2007, p. 27), “através do planejamento o Estado busca orientar as tendências presentes, direcionando-as para padrões sustentáveis de uso ou estimulando a devastação”.

A contribuição do geógrafo ao entendimento das questões urbano-ambientais das áreas costeiras é a análise do ponto de vista das relações socioespaciais. Interessa-nos problematizar esse tema refletindo sobre os processos de ocupação e uso do solo das zonas costeiras responsáveis pelo surgimento de conflitos socioambientais, particularmente, no município de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul. Isso, porque tal município pode ser visto como uma situação emblemática de transformação de sua paisagem lagunar, em função das diversas perspectivas de exploração econômicas e dos diferentes usos que a sociedade atribui a sua orla⁷ lagunar.

Nessa abordagem, focaremos nos principais agentes e atores que desencadeiam conflitos socioambientais no processo de construção do urbano no espaço em questão. A escolha justifica-se em função da complexidade que esse espaço apresenta. Trata-se de um município com

(MMA) e a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM). O PNGC, tem como um de seus objetivos principais, o ordenamento dos usos na zona costeira visando à conservação e proteção dos recursos costeiros e marinhos.

A partir de 2001, o projeto de gestão da zona costeira vem sendo desenvolvido de modo integrado, descentralizado e participativo, sendo que a responsabilidade de formulação e implementação dos planos regionais e locais de gerenciamento costeiro é atribuída aos estados e municípios costeiros. A sociedade, através da inserção dos municípios costeiros no Projeto Orla (PO) participa do processo de ordenamento territorial dos espaços praias e as demais áreas definidas como “terrenos de marinha e seus acrescidos” (MORAES; ZAMBONI, 2004, p. 5).

⁷ A orla marítima e ou lagunar é a faixa contida na zona costeira, de largura variável, compreendendo uma porção marítima e outra terrestre, caracterizada pela interface entre a terra e o mar (BRASIL, 2004).

mais de 300 mil habitantes e com aproximadamente 40 km de litoral lacustre interno. O poder local⁸ não dispõe de instrumentos adequados para a gestão da orla, que se apresenta como um espaço conflitivo.

Em virtude dessa complexidade e do tempo disponível em uma pesquisa de Mestrado, optamos por delimitar a análise às áreas que compreendem o perímetro urbano da cidade. Este contempla tanto os setores mais valorizados, quanto aqueles de menor valor dos terrenos e as áreas de expansão urbana da orla. Conforme conduziu o método utilizado, a delimitação temporal teve como marco inicial os anos de 1950, com a criação de projetos para a urbanização da orla, não havendo uma limitação temporal final, uma vez que se projetam perspectivas futuras para os problemas ainda não resolvidos.

Acrescentamos que a reflexão proposta neste trabalho traz parte de nossas preocupações como frequentadora e admiradora desse litoral lacustre e de outros espaços costeiros do sul do País. Observamos, também que as relações entre homem e natureza, técnica e cultura, nesses ambientes, tem resultado em conflitos socioambientais.

As formas de apropriação e usos dos recursos costeiros são preocupações que nos acompanham desde a graduação. Em 2005, apresentamos a monografia de conclusão de curso, intitulada “Sustentabilidade Econômica e Socioambiental na Colônia de Pescadores Z-3, Pelotas-RS” (Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade Federal de Pelotas - UFPEL/ Pelotas). Neste trabalho, buscamos realizar uma radiografia sociocultural, econômica e ambiental da comunidade pesqueira, utilizando os pilares do ecodesenvolvimento propostos pelo socioeconomista Ignacy Sachs. O método nos possibilitou apontar as possíveis vantagens geoeconômicas e paisagísticas resultantes da aplicabilidade desses pilares, visando a amenizar os problemas socioambientais identificados na referida comunidade. A partir de então, muitas outras inquietações sobre as

⁸ O entendimento de poder local que guia este trabalho está baseado em Ledrut (1981, p. 5-8) nos seguintes termos: “[...] designa uma área relativamente independente de convergência e interferência entre as estruturas, forças e atores que remetem, de um lado, à “sociedade”, e, de outro, ao “espaço” onde reside esta sociedade. O poder local não é um poder instituído entre os demais. Há instituições políticas locais que estão ligadas de certa maneira ao aparelho de Estado da sociedade. Há também estruturas e forças econômicas, sociais e políticas [os partidos] que desempenham um papel na definição desse mesmo poder local. Nesse campo político, evidentemente atuam forças externas à localidade e que dependem de estruturas políticas que não são exclusivamente locais”.

práticas socioespaciais nos ambientes costeiros surgiram, inspirando a escolha do tema de pesquisa.

Pelotas possui três tradicionais balneários: Santo Antônio, Valverde e Prazeres, também conhecido como Barro Duro. Eles foram projetados para serem espaços diferenciados na cidade, dotados de infraestrutura urbana e atrativos. Seus idealizadores buscavam associar-se ao contexto de urbanização da zona costeira, provocada pela expansão do turismo assentado, sobretudo, na constituição das segundas residências, o chamado veraneio.

Tais processos foram alicerçados sobre uma hierarquização socioespacial, que teve por base a confluência de interesses entre o poder público, mercado imobiliário e proprietários fundiários. Esses agentes sociais buscavam criar, no espaço lagunar, formas urbanas sofisticadas, seguindo a lógica do capitalismo.

Quanto às vendas dos terrenos, os mais elevados e mais próximos ao centro urbano foram loteados para os mais ricos, os mais baixos, para a classe média, os quais formam, hoje, os primeiros balneários: Santo Antônio e Valverde, respectivamente. Aos segmentos sociais de menor poder aquisitivo couberam os trechos de orla mais distantes e com maior área de vegetação, o então denominado Balneário dos Prazeres.

Os agentes imobiliários, em suas publicidades, fetichizaram o projeto dos balneários como algo grandioso, idealizaram uma “cidade balneária”, porém simplesmente lotearam precariamente as áreas para as segundas residências. Tais áreas, de forma diferenciada e incompleta, receberam do poder público municipal infraestruturas urbanas básicas.

O Balneário dos Prazeres é de uso residencial e de lazer para a população de baixa renda. Sua paisagem é marcada por um quadro de abandono. Nos Balneários Santo Antônio e Valverde, onde predominam as segundas residências e moradia das populações de classe média alta, há maiores investimentos, tanto públicos, quanto privados. Com o crescimento da cidade, os balneários foram incorporados ao perímetro urbano e passaram a receber maior público, não só de moradores fixos, mas também de veranistas. Tal fato exigiu da municipalidade mais investimento em serviços urbanos e uma política ambiental para a orla, visando ao uso do solo de forma sustentável. O atraso ou a ineficiência na realização dessas políticas públicas tem potencializado os conflitos socioambientais da orla.

Na revisão bibliográfica sobre a problemática socioambiental das áreas costeiras gaúchas, em particular de Pelotas, encontramos um razoável número de contribuições acadêmicas advindas de várias áreas

do conhecimento. Dentre essas destacamos um conjunto de trabalhos, como artigos científicos, monografias, dissertações e teses.

No campo das Ciências Naturais, as contribuições provêm da Biologia, Oceanografia Física, Química e Geológica, da Fundação Universidade de Rio Grande (FURG). No campo das Ciências Sociais, enfatizamos trabalhos do Programa de Pós-Graduação (PPG) em Desenvolvimento Rural, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Geografia, História, Sociologia, Direito, dentre outros.

Na área das Ciências Humanas, temos: a) a dissertação de Parfitt (2002), no PPG em Planejamento Urbano e Regional da (UFRGS). Essa autora analisa o impacto urbano provocado pela Lei nº 6525/80 do II Plano Diretor sobre as áreas de interesse e proteção ambiental em Pelotas; b) o trabalho de pesquisa coordenado por Gutierrez et al. (2009), vinculado a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da UFPel. O último trabalho evidenciou que os aspectos naturais do Balneário dos Prazeres não foram considerados na escolha dos sítios ao serem loteados, ou nas reservas de áreas públicas; c) a dissertação de Dias (2008), do PPG em Ciências Sociais-UFPel, discute a visão de natureza nas práticas jurídicas do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. O seu objeto de análise foram às decisões e manifestações diversas dos agentes do Poder Judiciário, quando chamados a dirimir o conflito entre ocupações comerciais em APPs, (Área de Preservação Permanente) na praia do Laranjal – Pelotas. Este aponta que os processos conflitivos analisados emergem de uma economia de mercado e que o sistema jurídico apoia esse mercado. d) o artigo de Aguiar (2006), do PPG em Desenvolvimento Rural da UFRGS, analisa as primeiras mudanças ocorridas no litoral norte gaúcho, com base na periodização da história econômica da região.

No campo das Ciências Naturais menciona-se: a) a dissertação de Fischer (2005), do PPG em Engenharia Oceânica da FURG. Esse trabalho avaliou a evolução morfológica do comportamento da linha de costa do setor noroeste do estuário da Laguna dos Patos. Através de estudo, foi constatado que as praias do Balneário dos Prazeres e do Totó sofrem com a erosão praial; b) artigo científico de Selmo e Asmus (2006) “Análise ambiental da ocupação urbana do Pontal da Barra, Praia do Laranjal, Pelotas-RS” publicado nos cadernos de Ecologia Aquática Costeira da (FURG) o qual identificou a perda de áreas de banhado devido a implementação de novos loteamentos no local; c) tese de Silva (2008), do PPG em Oceanografia Física, Química e Geológica da FURG. Essa pesquisa utilizou-se de geotecnologias, como

sensoriamento remoto e geoprocessamento, para elaborar mapas de uso e cobertura do solo no entorno da Laguna dos Patos.

Além desses trabalhos aqui referenciados, existem outros que tratam da Laguna dos Patos, com diferentes abordagens e metodologias. Esses conjuntos de trabalhos tratam da zona costeira do Rio Grande do Sul e litoral de Pelotas em particular. Seus temas estão relacionados aos processos naturais, históricos, socioeconômicos e culturais. No entanto, percebemos que nenhum deles trouxe uma análise mais exaustiva sobre a formação dos balneários e dos processos socioespaciais do litoral de Pelotas.

Assim, a escolha do Laranjal como recorte espacial e a identificação dos conflitos socioambientais e de seus atores como enfoque analítico objetivou preencher uma lacuna do conhecimento em relação a esse bairro-balneário.

Por tratar-se de um objeto vigoroso, mesmo que nossa pesquisa não vá aprofundar a análise desses conflitos, nos restringiremos a identificar os conflitos socioambientais existentes, pois uma análise destes na orla lagunar de Pelotas exigiria um enfoque capaz de agregar elementos presentes na quase totalidade das situações conflituosas. Conforme Alonso e Costa (2000, p. 8), “para abordar simultaneamente as dimensões culturais e políticas e os condicionamentos estruturais dos conflitos ambientais, é preciso uma sociologia do conflito ambiental”. Isso foge aos limites de uma dissertação de mestrado.

Outra análise que consideramos importante nesse contexto – mas que também foge aos limites desta dissertação – situa-se no campo das representações sociais e buscaria responder ao seguinte questionamento: Como se constroem as representações na disputa sobre bens e recursos comuns, como as beiras d’águas de rios, lagoas e orlas marítimas?

No entanto, um passo prévio para a realização dessas propostas de análises seria identificar os conflitos socioambientais da orla lagunar de Pelotas e seus atores sociais. A perspectiva teórica que orienta nossas análises, trata as situações vistas comumente como problemas ambientais originados pelo desenvolvimento e exploração da natureza como “conflito ambiental”. O autor que melhor sintetiza esse conceito é Acsehrad nos seguintes termos:

Os conflitos ambientais são, portanto, aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade

das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, ar, água, ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas dos outros grupos. [...] Este conflito tem por arena unidades territoriais compartilhadas por um conjunto de atividades cujo “acordo simbiótico” é rompido em função da denúncia dos efeitos indesejáveis da atividade de um dos agentes sobre as condições materiais do exercício das práticas de outros agentes (ACSELRAD, 2004, p. 26).

Com base nesse entendimento de conflitos socioambientais, também buscamos identificar os conflitos latentes, ou seja, aqueles que ainda não foram deflagrados, bem como os processos irregulares⁹ de ocupação da orla.

Nossa pesquisa tem como motivação contribuir com informações sobre a problemática socioambiental da orla lagunar no contexto urbano de Pelotas. Partimos de dois dados observados: primeiro, no litoral lacustre da cidade, a expansão urbana vem ocorrendo em áreas vulneráveis e de preservação ambiental, tais como os banhados e matas nativas; e, segundo os conflitos socioambientais resultam das inter-relações de diferentes sujeitos e os diferentes níveis escalares, inerentes às territorialidades como o lazer, cultura, economia e política, os quais por sua vez, estão em constante interação com a natureza.

Assim, formulamos algumas questões para serem elucidadas com o desenvolvimento desta pesquisa:

- Na análise da paisagem da orla lagunar de Pelotas, quais são os conflitos socioambientais identificados? Por que eles ocorrem? Que atores sociais estão e/ou estiveram envolvidos?

Partindo de nossos conhecimentos empíricos e vivenciais do lugar, bem como de leituras realizadas durante a graduação e mestrado, formulamos a hipótese que balizará nossa investigação:

⁹ Exemplos de efeitos do processo irregular, segundo o projeto Orla: aumento do risco de degradação do ambiente; pressão da ocupação desordenada e falta de infraestrutura; deficiência de saneamento; 2/3 das praias brasileiras diminuem em tamanho e largura resultado de construções irregulares na orla e no mar; descaracterização de modos de vida tradicionais e redução dos recursos exploratórios (BRASIL, 2004).

- Os conflitos socioambientais ocorrem porque existe a sobreposição de territórios ou de sucessão no uso desses. As tentativas de dominação dos espaços públicos pelos que possuem o título de propriedade da terra, através da imposição de valores e comportamentos, acabam sendo surpreendidas pelas respostas dos que não possuem a dominação da terra, mas que se apropriam a sua maneira, dando sentido e conteúdo ao território, motivados pelos seus desejos, valores culturais e condições socioeconômicas.

O objetivo principal desta investigação, partindo das questões e hipóteses formuladas, é:

- Identificar os atores sociais e seus modos de apropriação, usos e significações do território lagunar de Pelotas, tornando visíveis os conflitos socioambientais originados dessas unidades territoriais compartilhadas.

Consideramos, ainda, os seguintes objetivos específicos:

- Descrever os diferentes trechos da orla lagunar, a partir do que se vê na paisagem em termos de aspectos naturais e estruturais do urbano;

- Identificar os diferentes atores sociais e seus interesses de uso no espaço lagunar, apontando os conflitos socioambientais existentes;

- Analisar a dinâmica espaço-temporal de urbanização dos balneários da orla lagunar de Pelotas;

- Destacar tendências de sua urbanização.

Para darmos conta dos objetivos desta pesquisa, partimos de uma leitura dialética da paisagem urbana do litoral de Pelotas, com base no método regressivo-progressivo proposto por Henri Lefebvre. Tal método parte de uma teorização sobre o espaço, possibilita a compreensão da construção histórica das paisagens e aponta para o futuro.

Esse autor, ao estudar uma rua parisiense, chegou à conclusão de que coexistem, na paisagem edificações de diferentes momentos históricos, passados e presente, produzindo uma paisagem singular. De acordo com Martins (1996), ele retomou Marx para formular essa noção, mais precisamente quanto ao seu entendimento acerca da relação dialética entre sociedade e natureza: o homem, ao modificar a natureza (o econômico) modifica também a sua relação com o próprio homem (o social). Isso remete à noção de formação econômica e social, à concepção de que a relação entre a teoria e a prática, entre o pensar e o viver, é uma relação vital e datada.

Para Lefebvre, a lei do desenvolvimento desigual e combinado de Marx “significa que as forças produtivas, as relações sociais, as

superestruturas (políticas e culturais) não avançam igualmente no mesmo ritmo histórico” (MARTINS, 1996, p. 18). Para apreendê-las, consoante o autor, faz-se necessário datá-las historicamente, para que se demonstre que a coexistência delas no tempo atual esconde a sua gênese em processos diferentes no passado.

Nessa perspectiva, espaço e tempo formam dimensões interconectadas. Conforme observado por Santos (2008, p. 43), “as rugosidades do espaço podem ser encaradas como heranças físico-territoriais, mas também como heranças socioterritoriais ou sociogeográficas”, de forma que o espaço produz e é produto de uma realidade social que resulta da prática social e espacial. A primeira, entendida como a que torna possível a reprodução das relações sociais de produção, e a segunda como relação entre forma, estrutura e função.

A forma corresponde aproximadamente ao momento comunicável, portanto ao percebido. A função se cumpre se efetua ou não; ela corresponde ao vivido em um espaço de representação. A estrutura se concebe; ela implica uma representação do espaço, juntas correspondem a uma prática espacial. (LEFEBVRE apud MARTINS, 2006, p. 38).

A prática espacial é executada de maneira a fazer com que o espaço seja capaz de melhor realizar a reprodução do capital. As categorias desenvolvidas por Lefebvre permitem compreender o espaço produzido em cada lugar, pois elas se traduzem numa relação entre o espaço vivido, o espaço percebido e o espaço concebido, a qual é dada através do método regressivo-progressivo.

Na obra *La production de l'espace*, Lefebvre discorre sobre o conceito de espaço da seguinte forma:

O conceito de espaço social se desenvolve, se amplificando. Ele se introduz no seio do conceito de produção e mesmo o invade; ele se torna o conteúdo, talvez essencial. Ele engendra então um movimento dialético muito específico, que não anula certamente a relação ‘produção consumo’ aplicada às coisas (os bens, as mercadorias, os objetos de troca), mas a modifica, amplificando-a. Uma unidade se entrevê entre os níveis freqüentemente separados da análise; as forças produtivas e

seus componentes (natureza, trabalho, técnica, conhecimento), as estruturas (relações de propriedade), as superestruturas (as instituições e o próprio Estado). (LEFEBVRE apud MARTINS, 2006, p. 36).

Assim, de acordo com Lefebvre *apud* Corrêa (2003, p. 25), o espaço entendido como espaço social, representa a ideia de continuidade do processo de desenvolvimento da sociedade, sendo a um só tempo meio e produto. Como bem sintetizou Costa (2008, p. 41), “o espaço que ao mesmo tempo media as relações sociais, se torna força produtiva e é transformado ele mesmo em produto, ao longo do desenvolvimento histórico das relações dialéticas que se dão entre a industrialização e a urbanização”.

Entendemos que a teoria da produção do espaço, de Lefebvre estrutura-se em uma análise do processo histórico de transformação da natureza e das relações de produção associadas a esse processo. Com ela, o autor sustenta a ideia de que os processos de industrialização e urbanização engendraram a transformação da natureza e o estabelecimento de uma contradição entre campo e cidade. Numa fase mais avançada do capitalismo, produz, simultaneamente, a destruição da natureza, as contradições relativas ao processo de industrialização-urbanização e a conformação do que ele chama de espaço abstrato.

No método regressivo-progressivo de Lefebvre, a análise comporta a divisão da realidade em três momentos distintos: no seu primeiro momento, a complexidade horizontal da vida social é reconhecida na descrição do visível. Nessa primeira aproximação, identifica-se e descreve a diversidade das relações sociais a partir do que se vê na paisagem, sem identificar o período histórico de cada relação social, o que Lefebvre chama de “complexidade da realidade social horizontal” (MARTINS, 2006)

No segundo momento, a análise “mergulha na complexidade vertical da vida social”. Nela, o pesquisador deve começar a identificar as diferentes temporalidades presentes no seu objeto de estudo, datando a coexistência de relações sociais que têm datas desiguais e se fazem presentes na paisagem – é o analítico-regressivo.

No terceiro momento, o presente é reencontrado, deve haver o confronto entre o que é percebido na primeira fase descritiva, as observações da realidade e o concebido teoricamente. Nesse momento, a análise permitirá apontar para as possibilidades futuras, ou seja, completará a dialética do método.

Contudo, consideramos importante fazer uma observação mais extensa sobre as etapas do método regressivo-progressivo, já que este é também imbuído de uma teoria. Assim apoiamo-nos em Martins com os seguintes termos:

A complexidade horizontal da vida social pode e deve ser reconhecida na descrição do visível. Cabe ao pesquisador reconstituir, a partir de um olhar teoricamente a diversidade das relações sociais identificando e descrevendo o que vê. Este é o momento descritivo do método. Nele o tempo de cada relação social ainda não está identificado. O pesquisador procede mais como etnógrafo. O segundo momento é analítico-regressivo. Por meio dele mergulhamos na complexidade vertical da vida social, a da coexistência de relações sociais que tem datas desiguais. Nele a realidade é analisada, decomposta. É quando o pesquisador deve fazer um esforço para datá-la exatamente. Cada relação social tem sua idade e sua data, cada elemento da cultura material e espiritual também tem a sua data. O que num primeiro momento parecia simultâneo e contemporâneo é descoberto agora como remanescente de época específica: De modo que no vivido se faz de fato a combinação prática de coisas e concepções que de fato não são contemporâneas. [...]O terceiro momento da dialética de Lefebvre é histórico genético. Nele, deve o pesquisador procurar o reencontro do presente, mas “elucidado, compreendido, explicado”. A volta fenomênica da realidade social elucidada o percebido pelo concebido teoricamente e define as condições e possibilidades do vivido. Nesse momento regressivo-progressivo é possível descobrir que as contradições sociais são históricas e não se reduzem a confrontos de interesses entre diferentes categorias sociais. Ao contrário na concepção lefebvriana de contradição, os desencontros são também desencontros de tempos e, portanto, de possibilidades. (MARTINS, 1996, p. 21-22).

A escolha do método de Lefebvre deu-se pelo fato de esse proporcionar uma análise dialética, capaz de desmistificar a relação sociedade-natureza, simplificada devido ao ritmo das transformações socioespaciais. Pareceu-nos o mais adequado para compreender a realidade para além dos diferentes interesses/conflitos sociais. O método possibilita o entendimento da realidade, levando em conta as diferentes temporalidades que os processos sociais trazem em si. Nas palavras de Vieira, “Se não decompomos a realidade social e a analisamos sob a ótica da aparente contemporaneidade e simultaneidade de relações sociais de diferentes datas, não a compreendemos verdadeiramente [...]” (VIEIRA, 2002, p. 26).

Exposta a escolha do método, cabe apresentarmos os demais procedimentos metodológicos da pesquisa. Para a captação das fontes primárias necessárias para o entendimento do fenômeno estudado na orla lagunar, foi necessária a aplicação de técnicas de trabalho de campo e análise documental.

O trabalho de campo é de suma importância para a pesquisa geográfica. No caso deste trabalho, foi fundamental para realizar o levantamento de um conjunto de informações e especificidades do real concreto que aparece na paisagem. Através de um estudo da paisagem é possível analisar o espaço sob a dimensão da forma (formação) e funcionalização (organização), o que foi relevante para a primeira etapa do método a qual apresenta a descrição do visível.

As entrevistas aplicadas foram do tipo semiestruturadas e abertas, deixando os depoentes, atores sociais de maior representatividade de fala, discorrerem livremente sobre o tema proposto. A seleção dos entrevistados foi embasada nos grupos dos agentes sociais que produzem e consomem o espaço da cidade, conforme proposto por Correia (1989): “a) os proprietários dos meios de produção; b) os proprietários fundiários; c) os promotores imobiliários; d) o Estado; e) os grupos sociais excluídos”. Além de identificar atores que se enquadram nesses grupos, acrescentamos o grupo dos ambientalistas, membros da família Assumpção, fundadora dos balneários do Laranjal, dentre outros grupos presentes em nosso objeto de estudo. O detalhamento sobre quem são e como agem esses atores sociais encontra-se ao longo dos capítulos.

O processo de coleta de documentos contou com levantamentos de textos jornalísticos da imprensa local, além de consultas nos próprios jornais “Diário da Manhã”, “Diário Popular”, “Opinião Pública”. Também, consultamos a coleção “Cadernos de Pelotas José Vieira Etcheverry”, disponibilizada no Instituto Histórico e Geográfico de

Pelotas. Esta consiste em uma espécie de hemeroteca que cataloga e compila reportagens jornalísticas sobre determinados temas como, por exemplo, o “Laranjal”, usado nesta pesquisa. Da mesma forma foram realizadas consultas aos bancos de dados e mapas da prefeitura da cidade. Contamos ainda com materiais disponibilizados pela ONG Centro de Estudos Ambientais (CEA), dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Fundação de Economia Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE), do Instituto Técnico de Pesquisas e Assessoria (ITEPA), bem como com laudos técnicos ambientais e demais documentos cedidos pelo Ministério Público Federal e pelos atores sociais informantes da pesquisa.

As fotografias aéreas foram cedidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais (IBAMA). As fotografias antigas dos balneários do Laranjal foram cedidas pelo Ponto de Cultura da Universidade Católica de Pelotas (UCPel) e pelo Museu Histórico Helena Assumpção de Assumpção e Instituto Nacional Brasileiro Senador Dr. Joaquim Augusto de Assumpção.

Posteriormente, respeitando a divisão metodológica proposta pelo método regressivo-progressivo, estruturamos o que vêm a ser os capítulos do trabalho.

No primeiro capítulo, apresentamos - como parte do referencial teórico - os conceitos de paisagem, espaço urbano e atores sociais, forma urbana e território. Eles serviram de instrumentos para nortear a problemática apresentada. O segundo capítulo, primeira etapa do método, busca apresentar a complexidade horizontal da vida social através de uma descrição da paisagem. Obviamente, as percepções desta estão balizadas pelo foco de nossa pesquisa. Assim, buscamos identificar os aspectos do meio físico, os estruturais do urbano, bem como os atores sociais da produção do espaço e os conflitos socioambientais que foram aparecendo durante a leitura da paisagem.

No terceiro capítulo, procuramos datar os aspectos salientados na etapa anterior do método como as formas espaciais, as relações sociais e os conflitos socioambientais identificados anteriormente. Assim buscou-se no passado uma explicação para a atuação dos atores sociais da (re)produção do urbano no Laranjal.

O capítulo quatro, última etapa do método, inicia com alguns apontamentos sobre as tendências de transformações da paisagem da orla lagunar e de seu eixo de acesso. Em sequência apresentamos o projeto desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Pelotas para revitalizar a orla lagunar, o “Projeto Orla da Lagoa”. Posteriormente, sugerimos a aplicabilidade do “Projeto Orla”, desenvolvido pelo

Ministério do Meio Ambiente (MMA) como subsidio para uma gestão integrada dos conflitos socioambientais identificados na orla lagunar de Pelotas.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A temática da pesquisa insere-se na área de investigação da Geografia ambiental-urbana, com enfoque central na transformação da paisagem pelos atores sociais da (re) produção do espaço urbano. Nesse sentido, optamos por referenciar-nos nas contribuições teóricas de vários autores, entre os quais destacamos: Lefebvre (1978, 1991a, 1991b, 2008), Santos (2008), Carlos (1994, 2001, 1994a, 2008), Moraes (2007), Gonçalves (2006), Maricato (2000, 2001), Ascelrad (2001, 2004), Soares (2002, 2005), Souza (2006, 2008), Vieira (2002, 2005), dentre outros.

Esses autores trazem abordagens críticas sobre os problemas e conflitos urbanos. Analisam a problemática ambiental como o resultado da dinâmica do trabalho socialmente produzido e reproduzido sobre a natureza. O ambiente natural passa a ser modificado, transformado conforme as possibilidades do ambiente físico, as necessidades de cada grupo social e o ordenamento jurídico institucional. Esses estudiosos entendem que a problemática ambiental é criada por todos os atores sociais da (re) produção do espaço, como os proprietários fundiários, o Poder Público, os promotores imobiliários, os usuários, os profissionais de diversas áreas do urbanismo, dentre outros. Os conflitos desencadeiam ações políticas e jurídicas.

Os aportes teóricos advindos da contribuição dos autores foram importantes para a problematização e análise do empírico trabalhado. A seguir, apresentamos algumas considerações sobre os principais conceitos norteadores da pesquisa.

1.1 PAISAGEM

A ideia de paisagem é bastante antiga. Na Geografia ela é discutida para a compreensão da relação sociedade versus natureza num determinado espaço, desde a sua gênese, por volta de 1870, quando se estabeleceu o embate epistemológico entre os geógrafos que diferenciavam paisagem natural e paisagem cultural. A primeira referia-se aos elementos da geologia, geomorfologia, vegetação, hidrografia, enquanto a segunda, humanizada, incluía todas as modificações feitas pelo homem, nos espaços urbano e rural. Ao longo do tempo, o conceito foi sendo reformulado. No entanto, cabe ressaltar que as diversas variações da definição do conceito de paisagem só podem ser compreendidas se avaliadas no contexto em que se apresentam. Todavia, consideramos desnecessário, retomarmos as diversas acepções da

paisagem em seus primórdios. Isso, porque as transformações decorrentes da mundialização do capital e, posteriormente, da revolução “técnico-científico-informacional” (SANTOS, 2008, p. 238) alteraram muito as paisagens. Tal fato fez com que autores, de diferentes campos do conhecimento a interpretasse tornando o seu conceito bastante complexo.

Com o movimento de renovação do pensamento geográfico a partir dos anos 1970, as categorias analíticas do espaço passam a ser aprofundadas, dentre elas as de paisagem e valor. Autores, como Lacoste (1988), Harvey (1980), Santos (1978, 1996) e Moraes (2008), foram alguns dos precursores dessa renovação, trazendo uma análise crítica embasada numa vigorosa fundamentação teórica e metodológica.

Para tais autores, as paisagens não são somente resultantes da configuração geográfica, mas construídas historicamente enquanto um produto social. Logo, a paisagem passa a ser vista como um reflexo dinâmico do sistema natural e social.

Situado no campo da Geografia física, Bertrand, geógrafo francês enfatiza:

A paisagem não é a simples adição de elementos geográficos disparatados. É uma determinada porção do espaço, resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução. (BERTRAND, 2004, p. 141).

Nessa analogia, o autor frisa que não se trata somente da paisagem natural ou cultural. Demonstra entender a paisagem de forma sistêmica, percebendo, na mesma, uma unidade indissociável, o que se reflete, segundo a dinâmica do conjunto, na sua fisionomia. Para tanto, considerou o tripé: potencial ecológico (geologia, geomorfologia, clima), exploração biológica (vegetação e solo) e ação antrópica, buscando ressaltar o papel desempenhado por cada um dos elementos e a inter-relação deles na configuração da paisagem.

Nesse sentido de unidade, a paisagem tem sido usada como ponto de partida para o entendimento das complexas relações entre a sociedade e a natureza, auxiliando na projeção de uso e planejamento territorial, tanto por geógrafos quanto por biólogos, arquitetos, engenheiros agrônomos, ecólogos, dentre outros. Cada indivíduo ou profissional,

com a sua singularidade, possui um ângulo de percepção de uma dada paisagem. De acordo com Santos:

Tudo o que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. É formada não apenas de volumes, mas também de cores, movimento, odores, sons etc. (SANTOS, 2008, p. 67-68).

Para o autor, a realidade é apenas uma, cada pessoa a vê de forma diferenciada, o que a torna a visão das coisas materiais pelo homem, sempre deformada, sendo por isso necessário “ultrapassar a paisagem como aspecto para se chegar ao seu significado” (SANTOS, 2008, p. 68).

A paisagem, sobretudo a urbana, é frequentemente capturada por urbanistas e planejadores do espaço de forma parcial, o que evidencia a falta de estudos ambientais, arquitetônicos e paisagísticos que incluam o sentido de pertencimento homem-natureza em sua totalidade e multidimensionalidade. Segundo Leff (2001), são exatamente essas limitações as responsáveis pelas atuais degradações ambientais da paisagem.

Partindo dessa premissa, situam-se os estudos da Geografia urbana. Nesses, a paisagem assume um papel fundamental, afinal a cidade¹⁰ e o urbano consistem em objetos de estudos complexos. Enquanto condição, meio e produto das ações realizadas pela sociedade, a cidade reúne, ao mesmo tempo, uma grande variedade de elementos, “concentração de construções estáticas e diferenciadas, de gente em movimento, apressada; de meios de circulação, de placas indicativas e/ou propagandas, de ruas asfaltadas etc.” (CARLOS, 1994, p. 51). Isso requer, para a sua compreensão, um ponto de vista holístico que permita a apreensão do geral sem negligenciar o particular.

Conforme salientou Bertrand (2004, p. 141), “estudar uma paisagem é antes de tudo apresentar um problema de método”.

¹⁰ A cidade já foi objeto de análise e interpretação por autores de várias áreas do conhecimento, os quais concordam que a heterogeneidade é um elemento marcante nas cidades desde o seu surgimento. Dentre esses destacamos: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 1988; BENEVELLO, Leonardo. **História da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1983; SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 12. ed., São Paulo: Brasiliense, 1990; entre outros.

Sobre a ideia de paisagem vista como processo, as “novas” contribuições são encontradas nos estudos de Ana Fani Alessandri Carlos (1994), sob um enfoque marxista e em Marcelo Lopes de Souza, que desenvolveu uma extensa bibliografia sobre o caso metropolitano.

Neste ponto, buscamos definir a noção de paisagem com a qual queremos trabalhar. Assim, para operacionalizar com o método regressivo-progressivo, propomos o conceito de paisagem urbana. Esta pode ser definida como o conjunto de espaços onde se desenvolve o cotidiano da vida de seus habitantes. Ela é resultante da interação do sítio, da sociedade e do espaço construído. A paisagem humanizada pode ser representada pelos edifícios, vias etc.

Assim, no espaço urbano a paisagem apresenta formas com valores econômicos, políticos e culturais. Conforme Carlos, o espaço pode ser interpretado através da paisagem, sendo esta uma das formas pelas quais a sociedade se expressa.

[...] o intenso e incansável processo de produção e reprodução humana se materializa concretamente no espaço geográfico, e é apreendido na paisagem através de uma série de elementos: construções, vias de comunicação, cheios e vazios, etc. Portanto, percebidos e apreendidos em sua manifestação formal: a paisagem. (CARLOS, 2005, p. 39).

O estudo da paisagem, a partir dos elementos que a compõem, pode ser o ponto de partida para uma dialética do espaço. Conforme Carlos (1994, p.43), “a paisagem de hoje guarda momentos diversos do processo de produção espacial, que nos permite vislumbrar elementos para discussão da evolução da produção espacial, remetendo-nos ao modo pelo qual foi produzida”. Sendo assim, é preciso ficarmos atentos ao processo de reprodução espacial e seu conteúdo, pois a paisagem evidencia as características próprias dos homens que a produziram. Ela é a materialização (manifestação formal) do processo de produção de um determinado espaço. É a partir dela que podemos analisar e compreender as representações das relações sociais reais que a sociedade criou em cada momento de seu processo de desenvolvimento.

A paisagem urbana viabiliza a compreensão de diversas características de uma cidade, considerando aspectos humanos e físico-naturais. Os vários elementos que a formam oferecem um objeto de estudo complexo pela heterogeneidade dos fenômenos a analisar e pela variedade de processos que se desencadeiam nesse conjunto dinâmico.

Conforme destacado por Carlos (2005, p.40): “o primeiro aspecto que chama a atenção quando se observa a paisagem urbana é o choque dos contrastes e das diferenças”. Como exemplos das diferentes paisagens produzidas no espaço urbano, têm-se a construção de novos loteamentos, seja de residências populares ou de condomínios fechados; a implantação de novas infraestruturas de comunicação transporte e energia; a implantação de empreendimentos industriais, entre outros. Há, ainda, o caso dos centros das cidades que apresentam “situações sócio-demográficas herdadas do passado, evoluções econômicas contraditórias e realizações arquiteturais programadas no contexto de uma revalorização mistificadora do domínio urbano” (SANTOS, 1996, p. 66).

A partir da análise da paisagem, é possível considerar as contradições entre a produção coletiva do território, sua apropriação privada e intervenções do Estado. A escolha do conceito de paisagem urbana, para o desenvolvimento deste trabalho, é porque ele permite revelar as contradições da produção do espaço na sociedade capitalista. Assim, nos ajudará a identificar os conflitos socioambientais nos balneários da praia do Laranjal. O conflito é gerado pelas contradições próprias das diferenças de necessidades e de visões da sociedade, expressos na propriedade privada do solo e de seus usos. É o que dá sentido e movimenta a produção espacial. A análise da paisagem revelará as condições técnicas específicas que, no decorrer do processo de reprodução social, produziram as diferenciações e contradições socioespaciais existentes na orla lagunar pelotense. A paisagem será, portanto, o meio pelo qual buscamos compreender o espaço urbano da orla lagunar e seus atores sociais.

1.2 ATORES SOCIAIS DA (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

O espaço urbano é constituído por diferentes usos da terra. Cada um deles pode ser visto como uma territorialidade distinta. Esta, contudo, não tem existência autônoma, existindo porque, nela realizam-se uma ou mais funções, isto é, atividades como a produção e venda de mercadorias, prestação de serviços diversos ou uma função simbólica. Essas são, por sua vez, os movimentos da própria sociedade, da estrutura social, demandando funções urbanas que se materializam nas formas espaciais (CORRÊA, 1989). Esse universo é extrapolado para todas as cidades em seus diversos tamanhos, tornando difícil a sua compreensão.

De acordo com Corrêa, o espaço urbano constitui-se num conjunto de diferentes usos do solo justapostos entre si, ao refletir todos os processos representativos da sociedade. Nesse âmbito, existem vários atores sociais, que, como diria Corrêa (1989), produzem e consomem espaço, levando a uma complexificação das relações sociais.

A complexidade da ação dos agentes sociais inclui práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial que se faz via incorporação de novas áreas ao espaço urbano, densificação do uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana, relocação diferenciada da infra-estrutura e mudança coercitiva ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade. (CORRÊA, 1989, p. 11).

São vários os agentes que atuam no espaço urbano em torno de seus interesses para com o uso da terra. Buscando balizar nossa interpretação sobre os atores sociais da produção do espaço lagunar de Pelotas, apoiamo-nos na classificação dos atores sociais que “fazem e refazem” a cidade proposta por Corrêa (1989). São eles:

a) *Os proprietários dos meios de produção*: são todos os proprietários industriais e das grandes empresas. Para eles, a terra tem um duplo papel: o de suporte físico e o de expressar diferencialmente requisitos locacionais específicos às atividades. A relação desses com os proprietários fundiários ganha destaque pelo autor devido à especulação imobiliária, geradora do aumento do preço da terra. Esse encarece a produção e afeta os salários dos trabalhadores. A relação decorrente não raro, é passível de conflitos que tendem a ser resolvidos junto ao Estado. Quase sempre, o conflito é resolvido em prol dos proprietários dos meios de produção, uma vez que, no capitalismo, a vida econômica e a política são postas em primeiro lugar.

b) *Os proprietários fundiários*: através do título da propriedade privada, os atores sociais pertencentes a essa categoria detêm o controle sobre a mercadoria espaço, estabelecendo uma gama de relações com outros atores e com a terra conforme seus interesses. Os proprietários se interessam pela conversão da terra rural em terra urbana, querem a expansão do espaço da cidade, na medida em que a terra urbana é mais valorizada que a rural. Isso mostra o interesse no valor de troca da terra, e não no valor de uso. Tais indivíduos atuam no sentido de obter maior renda fundiária de suas propriedades, empenhando-se para que essas

tenham o uso mais rentável, preferencialmente comercial ou residencial de alto *status*. É importante destacar que os proprietários de terras dotadas de amenidades físicas, como o mar, lagoas, áreas verdes etc., agem pressionando o Estado e visam à instalação de infraestruturas urbanas ou procuram obter créditos bancários para eles próprios as instalarem e valorizarem a terra. Consequentemente, esses loteiam, vendem e constroem casas de luxo, também, com o apoio das campanhas publicitárias que exaltam a qualidade de vida oferecida por esses lugares, o que proporciona a valorização da terra.

No entanto, o êxito dos proprietários fundiários é determinado pelo aumento da demanda de áreas para habitações, pelo controle que sua classe tem na estruturação do mercado de terras, no tamanho e localização das áreas. Além desses fatores, os interesses e práticas, também, são mediados pelo contexto histórico no qual estão inseridos.

c) Os promotores imobiliários: o conjunto de agentes que realizam, parcial ou totalmente, as seguintes operações: incorporação, financiamento, construção e comercialização do imóvel. Seus investimentos são voltados, principalmente, para a construção de imóveis, a fim de atender às classes mais altas, criando e reforçando a segregação residencial, que caracteriza a cidade capitalista.

d) Os grupos sociais excluídos: esses, conforme o autor, referem-se à parcela da sociedade que não possui renda para pagar o aluguel de uma habitação decente e, muito menos, comprar um imóvel. Sendo esse um dos sintomas de exclusão que ocorre juntamente com a subnutrição, as doenças, baixo nível de escolaridade, subemprego e outros. Esses, ao produzirem favelas, invadindo terrenos públicos ou privados, geralmente constroem suas moradias em forma de mutirões nos finais de semana, e tornam-se efetivamente agentes modeladores produzindo seu próprio *espaço*. Usam a criatividade e a solidariedade como forma de organizarem-se e inserirem-se no mercado de trabalho.

e) O Estado: “a atuação do Estado na produção do espaço urbano tem sido complexa e variável tanto no espaço, quanto no tempo, refletindo a dinâmica da sociedade da qual é parte constituinte” (CORRÊA, 1989, p.25).

Na contemporaneidade, de acordo com Bobbio, o Estado desempenha quatro funções fundamentais:

- a) criação das condições materiais genéricas da produção (infraestrutura); b) determinação e salvaguarda do sistema geral das leis que compreendem as relações dos sujeitos jurídicos

na sociedade capitalista; c) regulamentação dos conflitos entre trabalho assalariado e capital; d) segurança e expansão do capital. (BOBBIO, 1986, p. 405).

A trajetória do planejamento urbano no Brasil aponta o Estado como o principal ator na promoção de intervenções no espaço. Segundo Corrêa (1989), esse agente está presente no espaço urbano, atuando de diferentes formas: proprietário fundiário, industrial, promotor imobiliário, consumidor de espaço e agente regulador do uso do solo e provedor de serviços públicos. Todavia, segundo o autor, essa atuação não é necessariamente neutra, “[...] sua ação é marcada pelos conflitos de interesses dos diferentes membros da sociedade de classes, bem como das alianças entre eles” (CORRÊA, 1989, p. 26). O Estado, atuando em parceria com as grandes corporações econômicas, impõe certas lógicas de uso e regulação do solo urbano, buscando criar condições de realização e reprodução da sociedade capitalista. Nesse sentido, Bobbio argumenta que:

[...] aprontamento de políticas econômicas claramente orientadas à valorização do capital, apresenta contradições dificilmente superáveis: a orientação pública favorável à acumulação põe de fato o problema da legitimação dessa intervenção. (BOBBIO, 1986, p. 406).

Nesse processo, criam-se mecanismos que levam à segregação residencial e à sua ratificação. Conforme Lojkine (1981), o poder público atua na urbanização de duas maneiras: primeiro regulando os processos de urbanização e, segundo, como interventor contraditório sobre a socialização das forças produtivas. Esse autor propõe uma abordagem do urbano como condição geral da produção capitalista, permitindo-se obter uma interpretação dos serviços urbanos públicos no crescimento da produção global. Essa abordagem insere, o também processo de socialização urbana na contradição entre seu valor de uso coletivo e sua apropriação privada. Lojkine (1981, p. 19) parte da hipótese de que a “urbanização como forma desenvolvida da divisão social do trabalho, é um dos determinantes fundamentais do Estado”, e não apenas um dos campos de aplicação da política estatal. Existe um vínculo próximo entre o aumento da produtividade e o planejamento urbano. Isso é muito importante em termos de se apreender o papel do Estado na gestão do espaço urbano.

Tanto as contribuições de Corrêa (1989), quanto Logkine (1981), podendo acrescentar ainda as de Bobbio (1986), são válidas para identificar o papel do Estado nas relações de (re) produção do espaço da orla lagunar de Pelotas.

Neste trabalho, também consideramos a influência do grupo dos ambientalistas, posto que estes, muitas vezes, pronunciavam-se contra as intervenções urbanísticas desenvolvimentistas realizadas pelos governos e pelos empreendedores imobiliários.

1.3 TERRITÓRIO

Juridicamente, podemos dizer que o território refere-se à base geográfica de um Estado, sobre o qual ele exerce a sua soberania e que abrange o conjunto dos fenômenos físicos (rios, mares, solos etc.) e dos fenômenos decorrentes das ações da sociedade (cidade, portos, estradas...). Essa concepção está associada à ideia de soberania territorial, segundo a qual o Estado Moderno reivindica controle sobre fronteiras bem estabelecidas. Essa visão de território tem predominado no âmbito das políticas públicas. No entanto, ela já foi superada pela Geografia e demais ciências, que ampliaram o seu debate, sobretudo, após a crítica marxista da economia política e da sociedade capitalista pelos neomarxistas.

Atualmente, o território é considerado uma das categorias pelas quais se pode analisar o espaço. O espaço geográfico contém todos os espaços sociais produzidos pelas relações entre as pessoas e entre elas e a natureza. A sociedade transforma o espaço geográfico, modificando a paisagem e construindo territórios, regiões e lugares. O território, assim como o espaço, é multidimensional e constitui uma totalidade¹¹. Apesar de muitos os confundirem, o território não é o espaço. Claude Raffestin (1993) destaca o caráter político do território e entende que o espaço é mais amplo do que este. Para esse autor,

[...] o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um

¹¹ De acordo com Santos (2008, p.116), “a totalidade é o conjunto de todas as coisas e de todos os homens em sua realidade, isto é, em suas relações, em seu movimento”.

espaço, concreto ou abstratamente [...] o ator “territorializa” o espaço. (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Dentre algumas de suas significações, tem-se a noção de território apontada por Souza (2005, p.78) “[...] fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. Esse autor, bem como Raffestin (1993), enfatiza as relações de poder na construção do território. Quem domina ou influencia e como domina e influencia esse espaço?

Territórios existem e são construídos e desconstruídos nas mais diversas escalas, da mais acanhada (ex. uma rua) a internacional (ex. área formada pelo conjunto dos territórios dos países membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN); territórios são construídos e desconstruídos dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses, dias; territórios podem ter caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica. (SOUZA, 2005, p. 81).

Assim, além de uma abordagem política, esse autor reconhece a existência de múltiplos territórios dentro do Estado-Nação, trabalha os aspectos culturais dos múltiplos territórios (prostitutas, homossexuais, gangues, mendigos, narcotráfico etc.), os quais podem apresentar uma existência temporária ou permanente no tempo e no espaço.

Por conseguinte, essa abordagem também relaciona território às disputas de poder entre os diferentes grupos sociais pela apropriação de um espaço específico e seus recursos naturais. Todavia, esse conceito pode assumir outras nuances, como é demonstrado na acepção de Tuan (1980).

Para o autor, o território sugere uma apropriação simbólica, na qual se destacam os valores relativos à identidade do indivíduo que estabelece uma relação de afetividade com o lugar, a qual o autor chama de topofilia.

Outro autor que traz uma a noção de identidade no trato desse conceito é Santos. No entanto, ele a associa à ideia de formação territorial, dizendo o seguinte:

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o *território usado*, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. O território em si não é uma categoria de análise em disciplinas históricas, como a Geografia. É o território usado que é uma categoria de análise. Aliás, a própria idéia de nação, e depois a idéia de Estado Nacional, decorrem dessa relação tornada profunda, porque um faz o outro, à maneira daquela célebre frase de Winston Churchill: “primeiro fazemos nossas casas, depois nossas casas nos fazem”. Assim é o território que ajuda a fabricar a nação, para que a nação depois o afeiçoe. (SANTOS, 1999)¹².

Nessa visão, o território é entendido como o resultado de um processo histórico de construção do espaço por agentes sociais que lhe imprimem suas características socioculturais. Assim, à medida que a divisão do trabalho torna-se mais complexa, modificam-se as formas de organização do espaço, criando-se novas territorialidades. O território pode ser lido como um campo de forças, uma rede de relações sociais projetada no espaço concreto, o qual não passa de um substrato material das territorialidades.

Outra importante contribuição é a de Haesbaert (1995 e 1997). Esse autor entende que o território contém as dimensões sociais da política e da cultura na territorialização. Acrescenta à questão política o caráter cultural mais subjetivo e simbólico, numa concepção integradora do território. Busca, em Raffestin, o valor econômico do território, consubstanciando-se também numa abordagem múltipla do território. No entanto, após essas constatações, esse autor afirma que o processo de produção do espaço envolve sempre, concomitantemente, a desterritorialização e a reterritorialização. A primeira, associada às

¹² SANTOS, Milton. **O dinheiro e o território** - Conferência de inauguração do Mestrado em Geografia da Universidade Federal Fluminense e abertura do ano letivo de 1999, proferida em 15/3.

dimensões da economia e da política, a segunda, à da política e da cultura.

Haesbaert aponta que são as múltiplas relações de poder que formam as bases da efetivação do território:

[...] o território enquanto mediação espacial de poder resulta da interação diferenciada entre as múltiplas dimensões desse poder, desde sua natureza mais estritamente política até seu caráter mais propriamente simbólico, passando pelas relações dentro do chamado poder econômico, indissociáveis da esfera jurídico-política. (HAESBAERT, 2004, p. 93).

Nessa perspectiva, o território é entendido como múltiplas relações de poder, seja da dominação mais material das relações político-econômicas, seja da apropriação simbólico-cultural. Haesbaert discorda da posição de Santos, porém usa a perspectiva híbrida entre sociedade e natureza para compreender o espaço. Ambos, porém, concordam no que diz respeito à dinâmica de construção e destruição dos territórios.

As novas territorialidades criadas, fruto do movimento contínuo de reprodução das relações sociais de produção dos territórios, implicam desterritorialização e reterritorialização de grupos sociais. Nesse processo, quase sempre as populações mais pobres são as atingidas, por não terem condições de pagar pelo uso do solo. Dessa maneira, procuram formas alternativas de acesso à moradia. Muitas vezes, ocupam terrenos públicos e áreas de risco. Em algum momento, são forçados a procurar outro território para habitar, dada a lógica mercantilista, na qual a terra é envolvida. Tal lógica acaba por mediar o próprio sentido da vida, na medida em que determina a privação do acesso para aqueles que não podem pagar por ela, definindo, assim, a diferenciação espacial.

Essas são abordagens e tendências diferenciadas sobre o conceito de território. De qualquer maneira, fazem parte de um conjunto de ideias renovadoras no quadro da ciência geográfica. Entre essas abordagens, há o entendimento de que territórios são construídos e desconstruídos constantemente.

Tais abordagens sobre o território conformam a possibilidade de compreensão da correlação de forças e articulações de interesses conflitantes presentes no território lagunar de Pelotas.

2 LARANJAL: UMA DESCRIÇÃO DA PAISAGEM

Pelotas é banhada pela Laguna dos Patos desde a foz do Arroio Turuçu, na fronteira com o município de Turuçu, até a foz do Canal São Gonçalo, limite com Rio Grande. Esse litoral lacustre tem uma extensão total de 38,38 km conforme as medidas de distância no SIG SPRING¹³.

No cenário estadual, a cidade encontra-se distante 250 km da capital Porto Alegre, via rodoviária, como pode ser esclarecido na Figura 1. Também está próxima à distância de 50 km do município de Rio Grande,

No quadro geológico, de acordo com Radam (1986), o município de Pelotas situa-se sobre dois domínios morfoestruturais distintos: o Domínio Morfoestrutural dos Embasamentos Cristalinos, na região geomorfológica do Planalto Sul-Rio-Grandense, e o Domínio Morfoestrutural dos Depósitos Sedimentares, na região da Planície Costeira Interna (Figura 1).

¹³ Medidas realizadas por Mattos (2012).

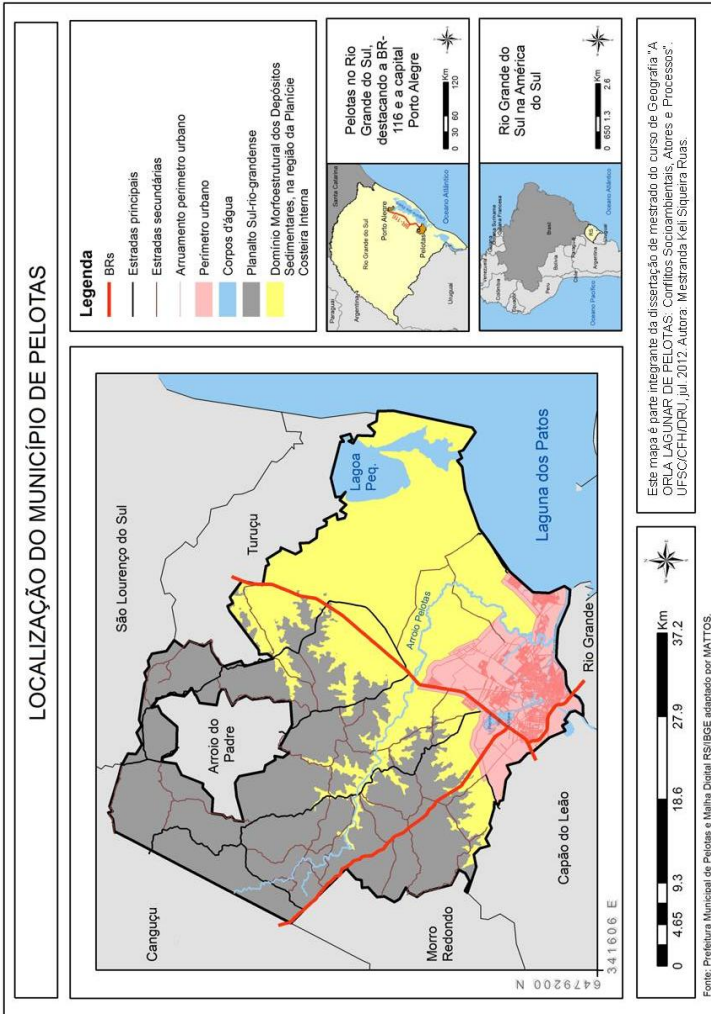


Figura 1: Mapa de localização do município de Pelotas – RS

Os balneários da Enseada do Laranjal, área delimitada para o nosso estudo, estão situados na Planície Costeira Interna do Rio Grande do Sul. Essa região abriga duas unidades geomorfológicas: a Planície Lagunar e a Planície Alúvio-Coluvionar. A primeira unidade constituiu-se em uma área plana, homogênea, sem dissecção, e predominam os modelados de acumulação representados pelas planícies e terraços lacustres. A segunda também é plana, rampeada suavemente para leste, onde predominam os modelos planos ou embaciados, resultantes da convergência de leques coluviais de espraiamento, cones de dejeção ou concentração de depósitos de enxurradas nas partes terminais de rampas de sedimentos (RADAM, 1986).

Trata-se de uma paisagem plana e baixa, resultante da sedimentação recente, “em sua maioria oriunda do continente e em menor proporção dos modelados derivados da ação eólica, que originaram as dunas às margens da Laguna dos Patos” (RADAM, 1986). Estas terras correspondem à faixa contígua ao Canal São Gonçalo¹⁴ e à Laguna dos Patos. Os sedimentos encontrados na planície lagunar de Pelotas são de diversos tipos e origens. Formam uma variada composição de solos, desde hidromórficos até os originários de depósitos marinhos, como as areias quartzosas e argilas de caráter fluviolacustre, oriundos do assoreamento das lagunas costeiras e das deposições de sedimentos transportados derivando da evolução das pontas arenosas do complexo lagunar (RADAM, 1986, p. 325). A vegetação predominante nesse ambiente é a restinga, já bastante alterada.

É na suave concavidade do litoral de Pelotas de aproximadamente 15 km de extensão, que estão localizados os trechos de orla com urbanização consolidada, trechos em vias de urbanização e trechos ocupados por população tradicional. Esses trechos da orla mais e menos urbanizados podem ser vistos na Figura 2.

¹⁴ Via fluvial, também conhecida como sangradouro da Lagoa Mirim, realiza a mediação da vazão e controle do escoamento dos fluxos d'água que não podem ser contidos no reservatório.

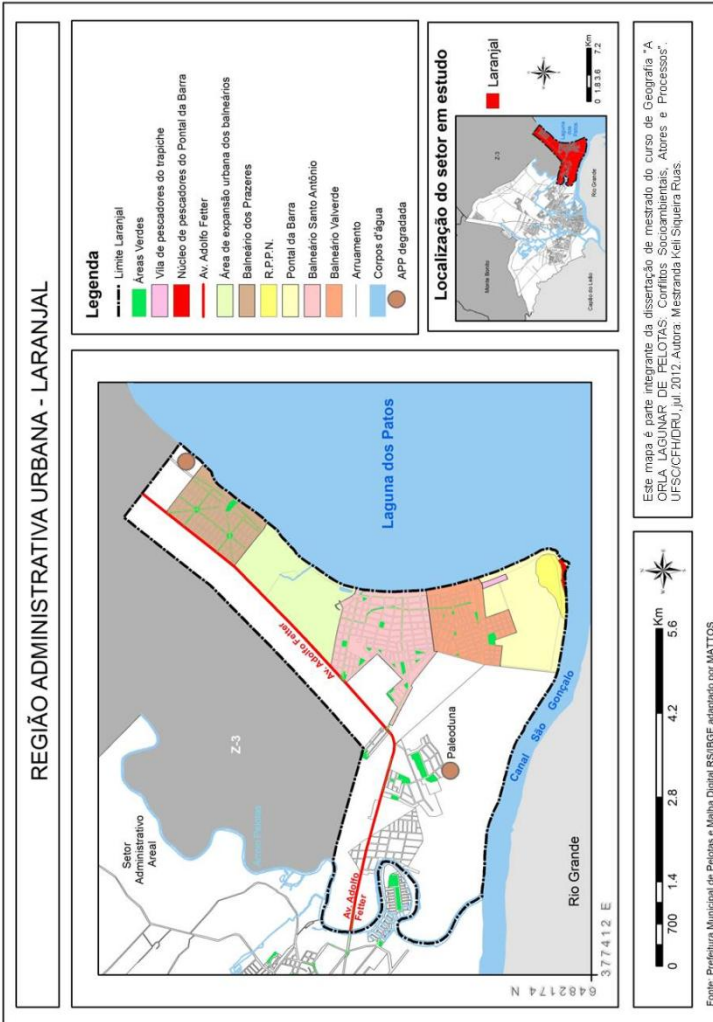


Figura 2: Mapa da Região Administrativa Urbana – Laranjal

Outra característica física significativa do lugar refere-se às altas taxas de umidade relativa do ar. Isso é decorrente da natureza alagadiça do terreno e devido à proximidade da Laguna dos Patos e Oceano Atlântico (60 km). Essa posição latitudinal insere o município na Zona Climática Temperada do Sul. Conforme aponta Rosa (1985, p. 23): “O clima é subtropical úmido, sem estação seca, com inverno fresco e verão suave”.

Em Pelotas, os ventos predominantes são os de nordeste, principalmente, no verão. É nesta estação do ano que esses ventos exercem forte influência na retenção das águas do saco do Laranjal. Tal fato pode contribuir para a concentração dos poluentes, especialmente, nos balneários situados nesses locais em períodos de veraneio.

2.1 A FORMAÇÃO DA LAGUNA DOS PATOS

Na porção sul da planície costeira, o RS tem uma extensão de 13.110 km de litoral lacustre-marinho interno. Essa faixa corresponde ao “maior complexo lagunar do mundo formado pelas lagoas dos Patos e Mirim” (SEELIGER, 2004, p. 12), dando um aspecto peculiar à paisagem da planície costeira brasileira.

Essas lagoas tiveram sua formação associada a quatro eventos transgressivos regressivos, que resultaram em sistemas deposicionais do tipo laguna-barreira.

Conforme Seeliger (2004, p. 16), “este processo teve início há cerca de 400 mil anos atrás no período pré-histórico chamado Pleistoceno”. Nesse, ocorreram os primeiros eventos, originando os sistemas deposicionais I, II e III, sendo finalizados no Holoceno, com o sistema IV, que resultou no fechamento da laguna. Sobre esses eventos que caracterizam a formação da Planície Costeira do Rio Grande do Sul e o complexo lagunar, existem os trabalhos desenvolvidos por Tomazelli e Villwock (1991; 2005), Villwock (1977), Weschenfelder (2005) e Toldo Junior et al (2005; 2006).

A Laguna dos Patos representa a maior massa de água presente em território nacional com uma área aproximada de 10.000 km², estendendo-se por cerca de 250 km no sentido NE-SW, com uma largura média de 60 km e profundidades em torno de 6 metros. O volume de águas que a laguna recebe é oriundo da drenagem das águas de cinco dos mais importantes rios do Rio Grande do Sul (Taquari, Jacuí, Gravataí, Sinos e Caí) e, em menor volume, do rio Camaquã. Essas águas drenam a macrorregião na qual se pratica a agricultura

intensiva e a região metropolitana. A grande Porto Alegre concentra uma população de mais de quatro milhões e possui um grande e diversificado parque industrial, com uma concentração nas áreas petroquímica e alimentícia. As fontes hídricas dessa região, contendo uma alta carga de poluentes, deságuam na Laguna dos Patos através do lago Guaíba e chegam ao Oceano Atlântico através de uma estreita barra, no extremo sul da Laguna dos Patos, onde ocorre a mistura das águas doces e salgadas, conformando uma região estuarina de águas salobras.

Os estuários são ricos em nutrientes, sendo responsáveis pelo desenvolvimento de muitas espécies marinhas, que migram pelos diferentes ecossistemas costeiros. Conforme Vieira (1984, p. 124), o ambiente lacustre-marinho do sul do estuário constitui “um ecossistema flori-faunístico de inigualável importância no litoral brasileiro”. É considerado um criadouro natural de espécies como: bagre, corvina e tainha, quando ocorre a entrada da água salgada outra espécie que se desenvolve é o camarão. Esta “há pouco tempo atrás representava um dos mais ricos pesqueiros e viveiros de peixe do país” (GUEDES, 1975, p. 165).

No extremo sul, onde a laguna banha o litoral de Pelotas, ocorre a formação de uma reentrância que se estende entre a Ponta da Feitoria e a foz do Canal São Gonçalo, conhecido como Saco do Laranjal. Nessa enseada, a laguna é bastante rasa, por isso predominam as embarcações de esporte e recreio e botes de convés aberto utilizados pelos pescadores artesanais das Colônias Z-2 e Z-3. Por tratar-se de uma porção mais abrigada em relação ao restante da laguna, esse saco possui inúmeras características peculiares de morfologia, dinâmica hídrica e eólica, como a tendência de represamento de suas águas pela ação dos ventos Nordeste em determinadas épocas do ano.

Conforme Pessoa (2008, p. 24), “estas características podem dificultar o processo de dissipação dos poluentes lançados no local”. Sobre a poluição do Saco do Laranjal, Rosa (1985, p. 108) aponta que “é causada pelos esgotos urbanos das cidades marginais, inclusive de Pelotas e pela deposição de produtos químicos empregados nas lavouras principalmente de arroz e soja”.

Nesse ponto, cabe ressaltarmos a importância das bacias hidrográficas como espaço de planejamento e gestão das águas¹⁵, dadas

¹⁵ A Lei Federal dos Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/97) estabeleceu um arranjo institucional claro, baseado na organização da gestão compartilhada do uso da água, onde foram desenvolvidos os seguintes organismos: Conselho

as contaminações que são frutos das diversas intervenções antrópicas, as quais provocam alterações nos sistemas hídricos.

A falta de balneabilidade do Saco do Laranjal, além de estar associada à dinâmica do sistema Guaíba, que despeja alta concentração de poluentes na laguna, também pode estar sendo agravada pelos processos de urbanização associados à valorização dos ambientes naturais. Conforme aponta o Macro Diagnóstico da Zona Costeira e Marinha do Brasil (2008, p. 62), muitos pontos do litoral brasileiro têm sofrido processos de valorização diferenciada:

As ameaças aos ecossistemas costeiros gaúchos decorrem do significativo desenvolvimento urbano ocorrido nas últimas décadas, como a exploração turística, reestruturação produtiva, migrações, emancipações municipais, dentre outros (CRUZ, 2008, p. 63).

Esses processos, conforme já observava Moraes (2007, p. 26), são frutos de “uma dinâmica mercantil já plenamente instalada na estrutura fundiária da maior parte dos espaços litorâneos [...] com um ritmo veloz e ascendente nas últimas décadas”.

No litoral de Pelotas, ao longo das últimas duas décadas, é possível observar uma dinâmica de ocupação e uso do solo, marcada por conflitos socioambientais. Estes vêm desencadeando significativas alterações nas características naturais e humanas desse espaço.

Dessa forma, esses espaços encontram-se em permanente processo de transformação, seja por conta dos fatores da dinâmica natural, seja pelas intervenções antrópicas.

2.2 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

Para caracterizar as diferentes relações socioespaciais e apontar os conflitos socioambientais que ocorrem nos processos de ocupação e uso do solo da/orla lagunar pelotense, faz-se necessário analisar a

Nacional dos Recursos Hídricos, Comitês de Bacias Hidrográficas, Agências de Águas e Organizações Cívicas de Recursos Hídricos. No entanto, é preciso que as diversas normas estabelecidas por esses organismos sejam postas em prática e que haja uma fiscalização permanente e eficiente sobre as mesmas, para que possamos pensar em uma manutenção do equilíbrio ambiental e, assim, em uma qualidade satisfatória dos recursos hídricos.

cidade em seus aspectos situacionais e socioeconômicos. Assim como nas suas relações com as cidades vizinhas.

Segundo os dados do censo (IBGE, 2010), Pelotas possui uma população de 327.778 habitantes, sendo que 93,25% desses indivíduos habitam a zona urbana, situada na zona sul do Município.

Pelotas, ao longo do século XIX e XX, passou por períodos de desenvolvimento industrial, comercial e urbano, bem como de crises e recessão. Essas fases de expansão e contração relacionam-se a situações conjunturais locais, nacionais e internacionais.

Atualmente, a cidade parece estar a caminho de uma nova fase de desenvolvimento. A cidade apresenta-se como centro comercial oferecendo diversificado mercado varejista e atacado, prestação de serviços públicos, com especial destaque para os setores de saúde, educação, tecnologia, comércio, lazer e turismo. Outro destaque também é o setor primário, com larga escala de produção de arroz nas áreas mais baixas; silvicultura, pecuária e agricultura familiar, nas áreas mais altas.

Conforme dados apresentados por Gravato e Massaú (2010), pesquisadores da Universidade Católica de Pelotas, a renda familiar do pelotense, entre os períodos de 2002 a 2009, aumentou 20%, enquanto a população cresceu 16 %. Isso sugere um acréscimo mensal médio de 4% no poder de consumo do pelotense. De acordo com esses pesquisadores, no artigo “Pelotas encontra-se pronta para crescer”: “Esse aumento é justificado pela expansão da economia regional, que tem reflexos nos negócios realizados no polo comercial de mais de 1,2 milhões de consumidores dos municípios do seu entorno, ainda mais consolidado nos últimos anos” (DIÁRIO POPULAR, 05 de junho de 2010, p. 12).

Tal fato pode estar relacionado a diversos fatores, como, por exemplo, a atração urbana que Pelotas exerce sobre o seu entorno. É importante enfatizar que as cidades de Pelotas e de Rio Grande formam os principais centros urbanos do sul do Estado do Rio Grande do Sul. Desde 2002, eles, juntamente com Capão do Leão, São José do Norte e Arroio do Padre, compõem a Aglomeração Urbana do Sul (AUSUL). Esse conjunto de cidades contabiliza 588.034 habitantes (IBGE, 2010).

Neste ponto consideramos relevante ressaltar que Pelotas vem absorvendo o excedente populacional das cidades menores de seu entorno. Por conta disso, a oferta de trabalho e serviços urbanos, principalmente os de saúde, não está de acordo com as necessidades de sua população. Isso tem repercutido nos dados apontados pelo Índice de

Desenvolvimento Socioeconômico do Rio Grande do Sul (IDESE)¹⁶. Os dados referentes a 2009 mostram a cidade na 56ª posição entre os municípios gaúchos, ficando atrás de outras cidades da Metade Sul, algumas em pior situação econômica, como Bagé (36º), Camaquã (29º) e Chuí (22º).

Pelotas também faz parte da Costa Doce, região turística composta por praias de água doce e salgada, reconhecida como um rico e precioso patrimônio cultural à margem do maior complexo lacustre da América Latina. Essa região turística é promovida e comercializada pelos atrativos que possui, com o apoio do Governo do Estado e iniciativas privadas.

A situação geográfica da cidade de Pelotas é favorável ao seu desenvolvimento econômico, pois esta é servida por quatro importantes BRs: 471, 293, 392 e 116, que a interligam não somente com outras partes do Estado, mas também com outras unidades da Federação e países do Mercosul. Tal fato possibilita que Pelotas seja um polo econômico regional.

Outro fator a destacar é que Pelotas, além de possuir um porto hidroviário e um aeroporto, possui também uma rede ferroviária, a qual a liga ao porto marítimo de Rio Grande¹⁷, distante 50 km, e a outras regiões do País. Nos últimos anos, esse porto tem-se constituído em um importante polo de construção naval, a partir de investimentos do Governo Federal (Petrobrás). Esse aproveita a mão-de-obra preparada pelas instituições formadoras na cidade de Pelotas. Tais investimentos têm repercutido na expansão do mercado imobiliário pelotense. Esse fato foi confirmado, em depoimento pelo diretor da incorporadora de

¹⁶ O IDESE é um índice sintético elaborado pela Fundação de Economia e Estatística (FEE) que tem por objetivo medir o grau de desenvolvimento dos municípios do Rio Grande do Sul. Ele é o resultado da agregação de quatro blocos de indicadores: Domicílio e Saneamento, Educação, Saúde e Renda. Para cada uma das variáveis componentes dos blocos é calculado um Índice, entre 0 (nenhum desenvolvimento) e 1 (desenvolvimento total), que indica a posição relativa para os municípios. São fixados, a partir disto, valores de referência máximo (1) e mínimo (0) de cada variável.

¹⁷ O Porto do Rio Grande consolidou-se como o “Porto do Conesul”. Estando entre os mais importantes portos do continente americano em produtividade, oferecendo serviços ágeis e de qualidade. Fonte: <http://www.portoriogrande.com.br/site/sobre_porto_conheca.php>.

imóveis IC da Silva¹⁸, Sr. Gilson Rozisky: “Em Pelotas, surgiu uma maior demanda por hotéis, moradias provisórias e permanentes, o que gerou uma valorização das residências existentes e a criação de novas habitações”. O depoente salientou que essa demanda não conta com mão-de-obra suficiente, e isso tem implicado uma supervalorização dos imóveis.

Sobre a expansão do mercado imobiliário, Soares (2005), em estudo sobre o processo de reestruturação urbana em curso nas cidades de Pelotas e Rio Grande, aponta que ambas as cidades tem apresentado uma tendência à dispersão dos seus tecidos urbanos. Essa tendência decorre de um crescimento urbano fortemente influenciado pelas construtoras, que buscam ocupar os espaços periféricos dessas cidades. Esse estudo demonstra ainda que na cidade de Pelotas as áreas de maior expansão do tecido urbano são os eixos norte e leste.

Tais áreas de expansão estão relacionadas às promoções imobiliárias de alto *status* e condomínios fechados. O eixo norte é considerado uma área de grande valorização por ser considerada zona de expansão do centro urbano, formando a segunda centralidade de Pelotas. O leste destaca-se por ser a área que compreende os balneários do Laranjal, um espaço que está atraindo investimentos imobiliários para a construção de condomínios fechados de alto padrão, sendo uma área de expansão da classe alta da cidade. Os eixos citados podem ser vistos, na Figura 3, em bege – o eixo norte (Bairro Três Vendas) – e sendo o leste (Bairro Laranjal), em amarelo.

¹⁸ Essa empresa atua no mercado imobiliário pelotense há aproximadamente 40 anos. Sua área de maior atuação é a “Zona Norte”, por ser área nobre. Para esse grupo, o Laranjal ainda é carente em muita infraestrutura.

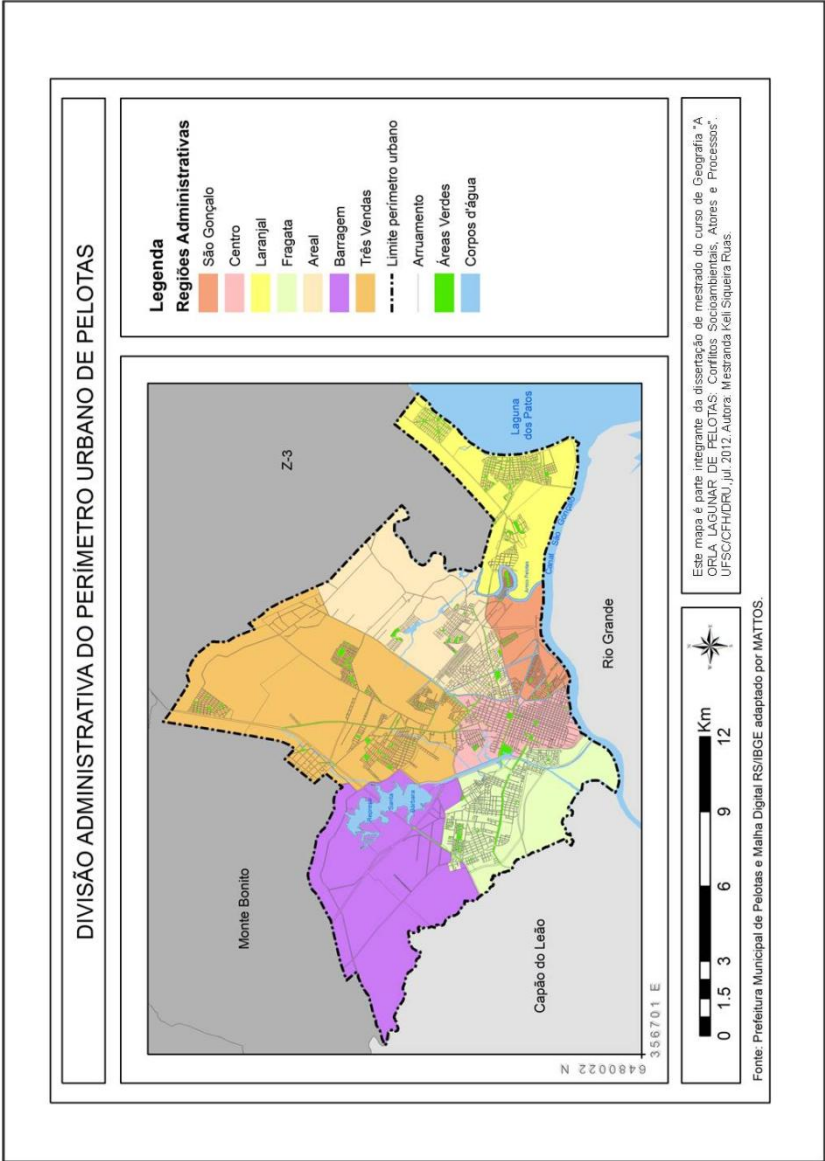


Figura 3: Divisão administrativa do perímetro urbano de Pelotas
Fonte: MATTOS (2011)

2.3 LARANJAL

O Bairro Laranjal é uma área de urbanização relativamente recente. Seu processo de ocupação iniciou em meados do século XX, com melhorias na via de acesso à orla da laguna, por conta da formação dos primeiros balneários. Essa via atualmente denomina-se Av. Ferreira Viana até a ponte sobre o arroio Pelotas, onde passa a denominar-se Av. Adolfo Fetter. Trata-se de uma via pavimentada, com quatro pistas, sendo que sua duplicação, bem como a construção de rótulas, instalação de abrigos para o transporte coletivo; sinalização vertical e horizontal, arborização, pontilhões e ciclovia ainda estão em fase de acabamento. No seu entorno, observa-se um aumento na formação de loteamentos residenciais de alto padrão, condomínios fechados, instalação de diversas empresas prestadoras de serviços, sendo que o primeiro shopping da cidade está sendo construído nessa região. Nota-se ainda, na região, a instalação de órgãos públicos, como o Fórum, Ministério Público, Justiça Eleitoral e vários escritórios de prestação de serviços burocráticos.

O Laranjal ocupa uma área de 2.291,5 ha, sendo esta uma Zona de Proteção Legal, por apresentar paisagens de dunas, banhados e matas nativas (DIÁRIO POPULAR, 31 de janeiro de 2002, p. 2-4).

Por estar próximo cerca de 15 minutos de carro do centro da cidade e abrigar tanto segundas residências como residências fixas, o Laranjal é considerado uma Região Administrativa da cidade pelo atual Plano Diretor. A delimitação física dessa região pode ser vista na Figura 4.

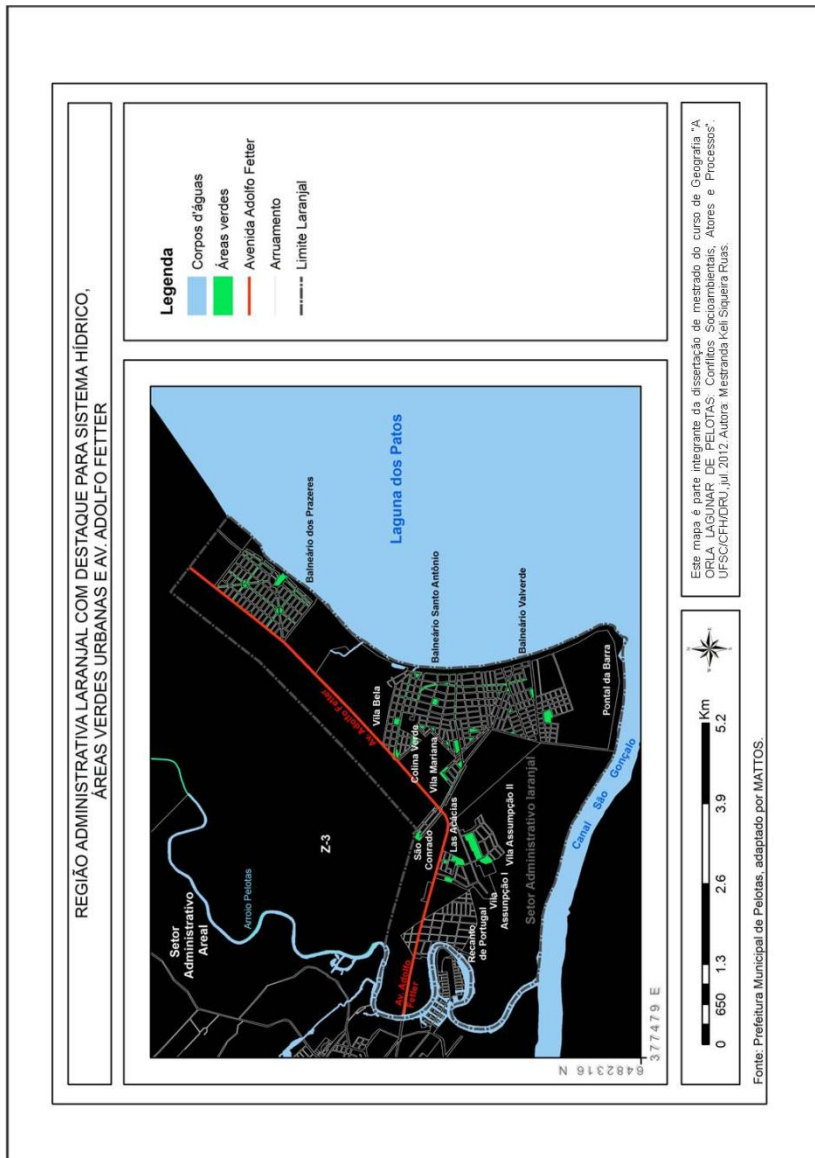


Figura 4: Mapa da região administrativa do Laranjal

Fonte: MATTOS, 2011

Nesse espaço, como mostra o quadro 1 localizam-se 13 setores, os quais somam uma população de 12.507 habitantes (IBGE, 2010), formando verdadeiros bairros integrados ao tecido urbano da cidade.

Quadro 1: microrregiões administrativa do Laranjal e suas respectivas áreas.

Localidade	Área m²
1 - Balneário dos Prazeres	1.911.404,26
2 - Vazios urbanos	3.127.420,68
3 - Costa Verde	2.010.814,28
4 - Vila da Palha	1.841.074,63
5 - São Conrado/Vila Bela	92.286,93
6 - Recanto de Portugal	755.439,20
7 - Vila Assumpção	901.293,49
8 - Las Acácias	6.75.538,31
9 - Colina Verde	273.410,15
10 - Santo Antônio	1.143.833,52
11 - Vila Mariana	663.138,30
12 - Valverde	1.614,274,28
13 - Pontal da Barra	2.674.636,38

Fonte: III Plano Diretor/ Prefeitura Municipal de Pelotas, 2009
(adaptado pela autora).

No Laranjal, o valor dos terrenos é diferenciado em relação ao restante da cidade. Os mais próximos à orla acompanham as tendências de valorização de áreas dotadas de amenidades como os terrenos de praia, conforme Vieira (2005, p. 161). Em Pelotas, “o preço dos terrenos tem comportamento regular decrescendo do centro em direção à periferia, com exceção para a zona da praia do Laranjal, onde o preço dos terrenos se torna elevado novamente”.

Nesse caso, os terrenos à beira da laguna, em razão de suas amenidades e facilidades de acesso, bem como pela existência de um imaginário social¹⁹ consolidado, representam a fração dos estoques

¹⁹ O imaginário social europeu que ligava a praia a uma espécie de “lugar paradisíaco”, no século XIX, foi difundido em muitos países e captado pelo setor econômico, responsável pela produção dos territórios praias. No entanto, a forma como esses espaços vem sendo consumidos, alheia à supressão das características naturais das orlas, tem destruído justamente o que da forma ao interesse social, a natureza preservada. Neste ponto, identificamos um paradoxo: a praia que atrai pela ideia de lugar paradisíaco, tende a se tornar

territoriais de localização diferenciada. Nos balneários Santo Antônio e Valverde, o valor mensal dos aluguéis de imóveis evidencia o caráter elitista da localidade, “O valor dos imóveis de 02 dormitórios com piscina está na média de 2 mil e sem piscina 1,5 mil, havendo aqueles imóveis em que o preço pode chegar a 3,5 mil” (DIÁRIO POPULAR, maio de 2010, p. 2). Os setores como São Conrado, Vila Bela, Vila Mariana, Pontal da Barra e Las Acácias correspondem às localidades no Laranjal, de preferência, das operações imobiliárias, que mais recentemente passaram a investir na construção de condomínios fechados, alterando os padrões residenciais urbanos. Nesse modelo de moradia, os espaços públicos, como ruas, áreas verdes etc., são cercados e apoderados por um grupo de moradores que pagam um valor bastante elevado, pela exclusividade de um lugar próximo à “natureza” e longe dos problemas de trânsito e poluição vivenciados no centro urbano. Isso traz impactos negativos relacionados especialmente à perda da urbanidade, do contato com a diversidade social. As pessoas passam a se relacionar somente com seus semelhantes, pessoas da mesma classe social, inviabilizando um convívio social mais solidário.

A pesquisa realizada pela incorporadora Idealiza (2011), que desenvolve o projeto do condomínio fechado Altos do Laranjal, aponta que, em Pelotas, “existe uma demanda de 2.117 domicílios”, ou seja, existe um número significativo de famílias não só com renda compatível para a aquisição de imóveis de alto padrão, mas com a intencionalidade de adquirir uma unidade. Essa pesquisa vai ao encontro das observações já realizadas por Soares (2005).

O turismo, atividade que se transformou em mercadoria, tem sido apontado como o responsável pela valorização das áreas dotadas de amenidades e pelo dimensionamento do fluxo sempre crescente de pessoas sobre essas áreas. No Laranjal, conforme nossa vivência do lugar, confirmado pela agência de turismo Terrasul, uma das pioneiras no turismo receptivo de Pelotas, o público que os balneários atraem é principalmente da região. No entanto, também recebe visitantes de outras localidades, dentre esses, os que veem em busca do roteiro histórico e cultural da cidade e/ou por razões empresariais e técnico-científicas.

Como Pelotas não tem, nos balneários, o seu principal elemento de atrativo para o turismo, por ser praia de água doce e ter o agravante

espaço urbano consolidado, justamente o que dá forma ao interesse social, pelos territórios praias, a “natureza preservada” é o que tem sido suprimida e descaracterizada.

da falta de balneabilidade, o Laranjal entra na modalidade de turismo histórico – cultural da cidade. Em Pelotas o comercializado são as visitas aos museus²⁰ e “Os sabores do Laranjal”²¹, que se constituem em almoços, cafés e jantas nos vários bares e restaurantes situados, em sua ampla maioria, nos Balneários Santo Antônio e Valverde, com vistas para o calçadão à beira da Laguna dos Patos.

Como o núcleo urbano sofre com a carência de áreas verdes para recreação, lazer e exercícios de práticas culturais, a população costuma deslocar-se para a orla lagunar também nos finais de semana, durante os dias ensolarados, no ano todo. Assim, a orla atrai um grande público que se distribui diferentemente, de acordo com a renda e etnia, entre seus trechos mais urbanizados e menos urbanizados. Os balneários Santo Antônio e Valverde, por apresentarem maior infraestrutura e por neles residirem e/ou veranearem parte da classe média e alta da cidade, representam as territorialidades das classes mais abastadas. Enquanto, o balneário dos Prazeres, mais distante e deficitário em infraestruturas urbanas e de lazeres, representa as territorialidades das classes de menor poder aquisitivo e de etnias afrodescendentes, por conta da presença de vários núcleos de religiões de matriz africana.

Os trechos de orla menos urbanizados são os que possuem maiores incidências de áreas verdes. Estas são formadas por ambientes naturais remanescentes da restinga: a mata nativa conhecida como mata do Totó, situada para além do Balneário dos Prazeres e o banhado Pontal da Barra do final do Balneário Valverde até o canal São Gonçalves. Esses trechos representam uma das áreas de maior importância ambiental e paisagística do município, sendo também áreas de conflitos socioambientais.

As diferentes territorialidades que dão sentido e vida ao território lagunar foram historicamente construídas “por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 2005, p. 78), existentes na sociedade pelotense.

²⁰ A sede da Estância do Laranjal “Granja Santa Helena” abriga o Museu Histórico Helena Assumpção de Assumpção e, também, o Memorial da Praia do Laranjal Arthur Augusto de Assumpção. Este futuramente abrigará o Museu de Arte Sacra João Paulo II, que está em fase de implementação. O outro museu histórico é a casa museu Estância do Laranjal, localizada na sede da antiga sesmaria “Rincão das Pelotas”, construída em estilo colonial em 1758. Além de museu, esta abriga um centro equestre voltado para o turismo (História e Cultura em Cada Detalhe. Folheto institucional da Secretaria Municipal de Cultura, s/d).

²¹ É um projeto que existe há mais ou menos 4 anos, congrega setores da gastronomia, hospedagem e comércio.

Convém ressaltar que essa construiu seu desenvolvimento socioeconômico a partir do trabalho escravo. No entanto, não significa que essas territorialidades sejam permanentes:

[...] territórios são construídos e desconstruídos dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses, dias; territórios podem ter caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica. (SOUZA, 2005, p. 81).

No que tange aos instrumentos de ordenamento territorial da orla, é importante salientar que essa, além de ser considerada uma APP²², é reconhecida pela Lei Municipal N° 4.392 de 1999 como área de interesse ecoturístico. Essa lei trouxe um maior rigor no regulamento sobre o uso do solo. Conforme o seu Art. 6º, são de Preservação Permanente as áreas de domínio público ou privado situadas numa faixa marginal à Laguna dos Patos, na largura mínima de 100 m, a contar da linha do nível médio das águas. Nestas, são permitidas atividades humanas, nos termos estabelecidos pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente (COMPAM), através de resolução específica. O Art. 8º proíbe a urbanização nas áreas de dunas, matas nativas e banhados.

Para o Plano Diretor vigente, as áreas com potencial natural fazem parte das Áreas Especiais de Interesse do Ambiente Natural (AEIAN) e dividem-se em: AEIAN Públicas e Particulares; Área de Preservação Permanente (APP) ocupada e degradada; e Áreas Ambientalmente Degradadas (AAD). Na orla lagunar, essas áreas são identificadas como: Área Especial do Ambiente Natural (AEIAN) - Complexo Lagoa Pequena- Feitoria; AEIAN Complexo Pontal da Barra – Dunas; AEIAN Complexo Matas do Laranjal – Barro Duro – Totó. Assim, toda a região administrativa do Laranjal está inserida na Área de Especial Interesse Ambiental.

O III Plano Diretor também propôs um regime urbanístico diferenciado, com um potencial construtivo menor do que no geral da cidade. Conforme o Art. 169 do Regime Urbanístico da região

²² As APPs, quando situadas em áreas urbanas são parte integrante da cidade e não devem ser tratadas como áreas intocáveis. Nesse sentido, a resolução CONAMA 369, de 2006, veio como uma tentativa de integração entre as questões urbanas e ambientais, podendo ser considerada um marco para a gestão de rios urbanos no Brasil.

administrativa do Laranjal, é permitida à construção de até 7 m de altura, exceto para os imóveis localizados nas Av. José Maria da Fontoura, Rio grande do Sul, Antônio Augusto de Assumpção e nos trechos da Av. Adolfo Fetter entre a Cidade de Braga e Cidade de Viseu, onde as construções permitidas são até 10 m de altura.

Esse zoneamento é considerado o carro chefe do ordenamento do território lagunar. Depois dele, identificamos, como instrumento de intervenção na orla, apenas um projeto de requalificação da Av. Antônio Augusto de Assumpção Junior e calçadão da beira da laguna, o “Projeto Orla da Lagoa” de autoria da Prefeitura Municipal, com participação da iniciativa privada, ainda em fase de implementação.

Observamos que esse projeto atende, sobretudo, ao interesse de um segmento social da orla lagunar, aquele de maior poder aquisitivo. Isso mostra que, no pensamento urbanístico do poder público local, ainda persistem as influências do urbanismo modernista com o agravante de terem um enfoque estético e modernizador, expressando interesses sociais distintos e interferindo na construção de territórios dos grupos de alta e de baixa renda. Conforme apontado por Souza:

A organização espacial e as formas espaciais refletem o tipo de sociedade que as produziu, mas a organização espacial e as formas espaciais, uma vez produzidas, influenciam os processos sociais subseqüentes. [...] Também as relações de poder projetadas no espaço (espaço enquanto território) e os valores e símbolos culturais inscritos no espaço [...] servem de referência para as relações sociais. (SOUZA, 2003, p. 99).

Sobre a trajetória do planejamento urbano no Brasil, estudos desenvolvidos por Pereira (2008) explicitam que essa trajetória teve uma forte influência do urbanismo modernista, que seguia os preceitos da separação funcional publicados na Carta de Atenas²³, tendo na figura de Le Corbusier, um dos principais defensores desse modelo de urbanismo. As influências desse modelo de planejamento funcionalista trouxeram uma séria de rebatimentos negativos ao espaço urbano brasileiro:

²³ Essa é fruto da quarta edição do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, ocorrida em 1933, na França. Nela, Le Corbusier expõe como questões funcionalistas do urbanismo modernista - trabalhar, habitar, circular e se divertir.

[...] o zoneamento funcional provocou a segregação socioespacial, a falta de articulação dos diferentes espaços intra-urbanos, desequilíbrio ambiental, expansão desmedida da mancha urbana, parcelamento excessivo do solo, [...] falta de interação entre os diversos usos da cidade (lar, trabalho, lazer, escola, serviços, comércio), [...] investimento público excessivo em estrutura viária e de circulação em detrimento de outros investimentos. (PEREIRA, 2008, p. 131).

Em Pelotas, as influências do planejamento modernista aparecem bastante cedo, já na década de 1920 destacam-se dois momentos importantes: o plano Rulmann, em 1922, e o projeto de Saturnino de Brito, de 1926.

O primeiro usou o zoneamento para esconder as marcas deixadas pelo passado charqueador e escravocrata. Conforme aponta Aguiar (2009, p. 85): “A cidade foi dividida por grandes avenidas e organizada em: centro comercial, centro industrial, zona industrial de carne, habitações operárias, centro de cultura cívica e intelectual, centro de cultura física, cidade jardim e casas senhoriais”; o segundo projeto desenvolveu um plano de saneamento e um novo sistema de abastecimento de água para toda a cidade, frisando os problemas de higiene. Aprofundar essa discussão, não está no âmbito de nosso estudo. No entanto, ela está presente na obra de Aguiar (2009).

Assim, observamos que, apesar de existir um consenso entre muitos estudiosos que se ocupam do planejamento urbano, o zoneamento não deve ser usado como o único instrumento de planejamento territorial. Esse procedimento, porém, ainda é muito presente em nossas cidades.

Outra observação importante sobre o planejamento urbano é que ele muitas vezes passa a ser sinônimo de crescimento urbano. Desse modo, a simples expansão físico-territorial, a quantidade do espaço construído, ou o embelezamento da área urbanizada pressupõem o desenvolvimento urbano, tanto na visão do senso comum, como na de muitos gestores públicos. Segundo Souza (2008, p. 255-256), “essa visão de planejamento notoriamente tecnocrática tem horror a conflitos sociais, trabalhando com um ideal de progresso e harmonia a serem alcançados graças às reestruturações espaciais”. Essas intervenções não devem ser consideradas parte do planejamento urbano, pois atendem,

sobretudo, às necessidades da circulação de capitais. No entanto, cumprem com uma das funções do Estado como aponta Bobbio (1986, p. 405) “[...] ao tradicional aparelho político-representativo do Estado agregam-se assim funções econômicas, orientadas à valorização dos diversos setores do capital”. Portanto, as políticas públicas, ao invés de reconhecerem as diversidades de demandas sociais, de se abrirem para uma gestão mais coletiva, na maioria das vezes, buscam viabilizar os empreendimentos e interesses do capital privado.

Nesse sentido, há uma questão a ser pensada: se persistirem as práticas políticas que privilegiam a viabilização de interesses particulares e imediatos, como garantir a preservação do patrimônio natural e cultural para as futuras gerações?

No litoral pelotense, a superposição das territorialidades existentes, identificadas pelos mais diversos interesses de uso²⁴ desse território e poderes a eles associados, tem desencadeado uma série de conflitos socioambientais, sendo uns latentes, outros evidentes.

Importa salientar que a extensão do urbano para o litoral significou a luta da propriedade contra a apropriação. Como discute Carlos (2001), a praia, na medida em que vai sendo loteada, sem a preocupação em garantir o seu uso social, vai-se tornando seletiva. Isso esvazia seu conteúdo social, ao se produzir um espaço em função de seu valor de troca, das estratégias imobiliárias e dos interesses da propriedade privada por um uso exclusivo, entre iguais.

Na disputa pelo uso do território lagunar pelotense, os interesses que visam à circulação de capitais se sobrepõem aos de ordem ambiental ou social. Observamos que há empreendedores imobiliários empenhados em capitalizar os recursos paisagísticos, o que tem gerado um uso irracional e ambientalmente agressivo. Situação que tem sido frequente nos espaços costeiros, por conta dos investimentos turísticos e processos de urbanização.

²⁴ São áreas de segundas residências, *campings*, condomínios fechados, empreendimentos turísticos, comércios em geral com destaque para os de alimentos e bebidas, espaços sagrados para as práticas de rituais religiosos, espaços destinados a lazer, núcleo pesqueiro, acampamentos em áreas de matas nativas, ocupações por populações de baixa renda em áreas públicas e de proteção permanente.

Sendo assim, na atual dinâmica de acumulação capitalista, o que prevalece é a apropriação²⁵ e a posterior dominação do território. No entanto, tal processo é marcado por diversas relações de poder, no âmbito das manifestações dos diferentes sujeitos envolvidos. Dessa forma, apresentamos a seguir os atores sociais envolvidos nos processos de (re) produção do espaço urbano lagunar, já que são esses, também, os responsáveis pelos conflitos socioambientais aqui apresentados.

2.4 OS ATORES SOCIAIS DA PRODUÇÃO DO URBANO NO ESPAÇO LAGUNAR

Ao identificar os atores da produção do espaço urbano lagunar, estaremos, ao mesmo tempo, refletindo sobre os sistemas de significações e sobre os sentidos atribuídos ao território lagunar de acordo com os interesses desses grupos. Da mesma forma, sobre as relações de produção, venda e ocupação do solo, como também suas consequências manifestadas nas metamorfoses no plano da vida cotidiana.

A seguir, apresentamos os grupos sociais em que enquadramos os atores sociais da produção do espaço lagunar, bem como a caracterização dos principais depoentes da pesquisa.

1) *O grupo dos proprietários fundiários*: incluímos, nesse grupo, os proprietários de imóveis de segundas residências; os que possuem várias parcelas de imóveis de aluguel; os comerciantes; os que dispõem de terras para *camping*; e os proprietários de loteamentos. Estes formam o grupo dos que possuem um domínio sobre a terra através da posse ou do título jurídico de propriedade privada. Essa condição é dada por meio de herança ou da aquisição mediante compra. No período de grande instabilidade econômica, o investimento patrimonial em terrenos é sempre menos arriscado.

Para esse grupo, o solo é levado à condição de mercadoria, possuindo mais um valor de troca do que de uso, o que gera conflitos e barreiras para a reprodução da vida coletiva de forma geral. Nesse sentido, conforme argumenta Harvey (1982, p. 9), “o sistema de propriedade privada que exclui o trabalho da terra como condição de produção também serve para excluir o trabalho da terra como condição de vida”. Essa passagem afirma a existência de conflitos entre os

²⁵ O termo “apropriação” possui um sentido de uso, pois entendemos que, no movimento de (re) produção do espaço, a sociedade deste apropria-se e domina-o.

segmentos sociais na apropriação dos espaços da cidade. Aquele que detém o direito de propriedade passa a manipular o controle sobre a mercadoria espaço. No entanto, muitas vezes, suas ações não se fazem perceber, pois atuam articulados com outros atores, especialmente com o Estado, variando conforme seus interesses. Desse grupo, temos os seguintes representantes:

Depoente Irajá Andara Rodrigues: empresário no ramo de máquinas agrícolas e setor imobiliário. É um dos principais acionistas da Firma Pontal da Barra Loteamentos, Mineração e Negócios Gerais Ltda., que atua no Balneário do Laranjal. Foi prefeito do município de Pelotas por duas ocasiões (1977-1982 e 1992-1996) e deputado federal constituinte. Esse político tem perfil popular, é carismático, frequentador de espaços públicos do centro da cidade como os cafés e jogos de futebol. Como prefeito, patrocinou o carnaval, dentre outras promoções culturais. Suas intervenções espaciais são voltadas para o futuro. No seu primeiro mandato, aproveitando-se do contexto da Política Urbana Nacional, que concedia apoio financeiro às capitais e cidade de porte médio, com ingerência do Banco Mundial²⁶ planejou e executou a (re) espacialização da malha viária urbana, criando grandes avenidas perimetrais que desafogaram as ruas do centro. Construiu uma rodoviária ampla e moderna, que até hoje funciona satisfatoriamente. Também, alterou o zoneamento do solo, instituindo a Lei Nº 6525/80, a partir da qual foram criadas as zonas de preservação ambiental da cidade de Pelotas. Esse enquadramento incorporou o Laranjal ao perímetro urbano.

Uma característica marcante de sua política é a proposição de grandes projetos. Foi o idealizador e defensor da divisão do Estado e propôs ônibus de graça para a população. Seus projetos arrojados também foram salientados por Barreto (2009, p. 23). Nas eleições de 1988, “Irajá e Fetter Junior²⁷ [...] realizaram uma campanha acirrada um contra o outro, centrada em promessas mirabolantes (restaurante flutuante, trem bala unindo a cidade a Porto Alegre)”.

Atualmente, como proprietário de amplas áreas no banhado Pontal da Barra, é o idealizador de loteamentos urbanos e de um moderno *resort* e complexo turístico à beira da Laguna dos Patos.

²⁶ Programa de Cidades de Porte Médio (CPM/Bird)

²⁷ Adolfo Fetter Júnior, atual prefeito de Pelotas, conforme aponta Barreto (apud GRILL, 2005), “é representante de uma importante família local (o avô e o tio haviam sido prefeitos, e o pai, vice)”.

Depoente Gilberto Demari Alves: engenheiro agrônomo, professor universitário, genro de Antônio Augusto de Assumpção Junior, loteador do Balneário Santo Antônio. Juntamente com a sua esposa, Ivone Assumpção, e sua sogra, Zilda Assumpção, foram os responsáveis pela terceira etapa do Balneário Santo Antônio, lotearam a área chamada Colina Verde.

Depoente Felipe Gertum: neto de Arthur de Assumpção, fundador do Balneário Valverde, escritor e diretor do Museu Histórico Instituto Senador Joaquim Assumpção, sendo também proprietário de um estabelecimento hoteleiro situado de frente para a laguna.

II) *Poder Público:* este é representado pelas instituições governamentais, tem como papel mediar os conflitos de uso do solo, sendo também um dos agentes investidores em infraestrutura e eventos. Através do poder de legislar, ele pode alterar o padrão existente de zoneamento de uso do solo para fins urbanísticos. Também, intervém no valor de uso de habitações, dando forma ao ambiente, circundante. Destacamos como representantes desse grupo: a Prefeitura Municipal de Pelotas; o Ministério Público Federal; o IBAMA; e a Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler (FEPAM). Desse grupo, entrevistamos os seguintes atores:

Depoente Fernando Caetano: funcionário público da Secretaria de Qualidade Ambiental do Município, arquiteto por formação, sendo responsável pelas licenças ambientais municipais.

Depoente Jairo Nogueira: analista ambiental do IBAMA da regional Pelotas.

Depoente Paulo Iribarrem: ecólogo por formação e agente ambiental do IBAMA, atua nas operações de voo de monitoramento da pesca do estuário da Laguna dos Patos.

Depoente Paulo Anselmi Duarte da Silva: fiscal da FEPAM vinculado à regional Pelotas, engenheiro agrônomo por formação.

III) *Grupo dos moradores irregulares:* um conjunto de pessoas que ocupa irregularmente determinados trechos da orla lagunar para moradia, trabalho ou especulação, nas seguintes localidades: Vila do Trapiche; Vila da Barra; entorno da Praça Aratiba; áreas de mata nativa no Balneário dos Prazeres. Parte dos moradores desses lugares vive sob condições subumanas de moradia, em processo de ameaça de despejo. No caso da Vila do Trapiche, trata-se de um grupo que está passando por um momento de desterritorialização, instabilidade e insegurança. Nesse grupo, constam os seguintes atores:

Depoente Célia Carvalho: uma das moradoras mais antigas da Vila do Trapiche e, também, comerciante.

Depoente Neli: moradora, realiza trabalho social com crianças da Vila do Trapiche.

Depoente Rosa Nizola: moradora há mais ou menos 30 anos e comerciante na Vila da Barra.

Depoente Claudio Antônio Nizola: um dos moradores e um dos pescadores mais antigos na Vila da Barra.

IV) *Comerciantes irregulares*: nesse grupo, enquadram-se os comerciantes que moram nas vilas irregulares e possuem bares, como o Bar do Pedrinho e Bar da Célia, na Vila do Trapiche; a Pastelaria e Restaurante Pontal da Barra e Bar da Dona Rosa, na localidade Pontal da Barra. Os donos de bares e carrocinhas de lanches em APPs na orla da praia, nos balneários Santo Antônio, Valverde e dos Prazeres; o grupo dos proprietários de cabanas e *campings* irregulares no balneário dos Prazeres.

V) *Ambientalistas*: a ONG Centro de Estudos Ambientais (CEA); a extinta Associação de Proteção ao Ambiente Natural (APAN); A ONG Grupo Especial de Estudos e Proteção do Ambiente Aquático (GEEPAA). Esse grupo foi identificado por desenvolver estudos do ambiente aquático da região e por atuar no Conselho Municipal do Meio Ambiente (COMPAM), desde 1994.

Essas entidades ambientalistas destacam-se pela participação nos conflitos socioambientais, por desenvolverem trabalhos de pesquisa sobre o ambiente natural local, por manifestarem-se através dos meios de comunicação e executarem projetos de educação ambiental nas escolas. Além disso, são responsáveis por muitas das denúncias feitas ao Ministério Público contra as irregularidades ambientais que atingem o município e a região. Tais entidades marcam forte presença na defesa da preservação do banhado Pontal da Barra e das áreas de Matas do Totó, no Laranjal. Nesse grupo citamos os seguintes atores:

Depoente Antônio Soler: advogado e especialista em ecologia humana. Foi secretário municipal de Planejamento Urbano do Município de Pelotas, de 2001 a início de 2003.

Depoente Claudio Roberto dos Santos Insaurreaga: militante pioneiro do movimento ambientalista de Pelotas, fundador da Associação Pelotense de Proteção ao Ambiente Natural (APAN) e ex-vereador pelo PV.

VI) *Moradores*: por uma questão de amplitude de posicionamentos por parte desse grupo, buscamos, como representantes, as Associações de Moradores dos Balneários Santo Antônio – Valverde e Balneário dos Prazeres, estando cientes da representação parcial desse grupo. Isso em função da demanda de tempo e limites do trabalho.

VII) *Entidades sociais*: os clubes Oasis, no Balneário dos Prazeres; Laranjal Praia Clube, no Balneário Santo Antônio; Clube Valverde, no Balneário Valverde; Igreja Católica; Federação das Religiões de Matriz Afrodescendentes.

VIII) *Universidades*: UCPel, UFPel e FURG, por estudos e projetos de pesquisas voltados para o exercício de uma exploração econômica, de forma a garantir a sustentabilidade socioambiental dos espaços da orla lagunar.

IX) *Veranistas*: representados pela população que se desloca dos centros urbanos de Pelotas e região para as praias do Laranjal, seja para passarem o dia, seja para um tempo mais longo. Para esses, a orla lagunar cumpre o papel de espaço de lazer, onde encontram: o “verde”, sol e água, para eventualmente banharem-se, além de eventos diurnos e/ou noturnos. A chegada desse grupo implica a ampliação de serviços, tanto públicos, quanto privados. Entre eles, ressaltamos as infraestruturas básicas como transportes, banheiros públicos, segurança, serviços de limpeza das praias, saneamento, coleta de lixo, iluminação, disponibilização de maior potência de energia elétrica e abastecimento de água, atendimentos ambulatoriais, tipos diferentes de hospedagens, restaurantes e bares, caixas eletrônicos de agências bancárias e comércio ambulante diversificado. Eventualmente, o não atendimento desses serviços e o choque de gerações enquanto os jovens desejam agito, os adultos e idosos buscam tranquilidade, o que acaba gerando conflitos.

Além dos depoentes identificados nos grupos dos atores sociais acima, incluímos membros da família Assumpção, que nos forneceram informações importantes.

Depoente Claudio Fabrício Montanelli: neto dos loteadores do Laranjal, político, ocupa cargo de confiança na Secretaria de Urbanismo da Prefeitura de Pelotas e advogado dos pescadores da Vila da Barra.

Esses diversos atores dão, ao território lagunar, um sentido funcional e ao mesmo tempo simbólico. Os conflitos latentes e os evidentes, nesse espaço lagunar, estão associados aos diferentes usos do espaço público. Conforme aponta Carlos, os diversos usos do espaço urbano:

[...] entram em conflito, na medida em que são contraditórios os interesses do capital e da sociedade [...] são os diversos modos de apropriação do espaço que vão pressupor as diferenciações de uso do solo e a competição que será criada pelos usos, e no interior do

mesmo uso. Como os interesses e as necessidades são contraditórios, a ocupação não se fará sem lutas. (CARLOS, 2004, p. 127).

Os conflitos do referido espaço envolvem questões de ordem socioeconômica e socioambiental. Contudo, há também aqueles relacionados ao campo cultural, por conta das manifestações religiosas e das atividades de lazer que ocupam o interior das matas nativas, vindo a descaracterizá-las em seus subextratos. Convém frisar que as fronteiras entre as esferas socioeconômicas e culturais são tênues e imprecisas. Por exemplo, os descendentes de famílias escravocratas vêem, com “maus olhos” a “sujeira”, feita pelos umbandistas.

2.5 OS CONFLITOS OBSERVADOS

Na caracterização dos trechos da orla, a seguir, usaremos o conceito de paisagem urbana, pois através desse, como enfatiza Carlos (2005), podemos entender a paisagem como processo onde interagem os elementos do meio físico e da sociedade, possibilitando uma análise da essência desses fenômenos. Assim, a orla lagunar será descrita através de um olhar focado nas formas de ocupação e utilização do solo, atribuído aos seus trechos mais e menos urbanizados. Neste momento, a pesquisa procura trazer à tona os conflitos evidentes, como aqueles considerados latentes. Isso, porque, na formulação de Carlos, “o primeiro aspecto que chama a atenção quando se observa a paisagem urbana é o choque dos contrastes e das diferenças” (CARLOS, 2005, p. 40).

2.5.1 Balneários Santo Antônio e Valverde

Os Balneários Santo Antônio e Valverde são apresentados conjuntamente por estarem integrados. A Avenida Rio Grande do Sul é o marco que separa um balneário do outro. É importante salientar que, além de espaço de segundas residências, são também espaços de moradias fixas. Contudo, durante o verão esses têm grande afluência de público, por serem os mais dotados em infraestrutura urbana e possuírem um comércio bem estruturado. Possuem calçadão para caminhadas, área reservada à pesca, posto de saúde, clubes. As principais ruas são asfaltadas, há hotéis e pousadas, caixas eletrônicos, lotéricas e opções de lazer, como a escola de *Windsurf*, entre outras. No

que se refere ao comércio, destacam-se: sorveterias, padarias, farmácias, supermercados, academias esportivas, vídeo locadoras, restaurantes, bares e outros. Além de uma galeria com comércio diversificado, chamada *Shopping* Mar de Dentro, localizada na Av. Antônio Augusto de Assumpção Junior, de frente para a laguna.

Os dois balneários também se sobressaem em relação às demais áreas de praia, por possuírem maior espaço de areia para o lazer.

Os Balneários Santo Antônio e Valverde, por abrigarem as classes de maior poder econômico, sempre receberam mais atenção dos governos locais. Da mesma forma, em relação aos atrativos promocionais de verão organizados pela municipalidade, esses balneários recebem maiores e melhores produções culturais e esportivas. O número e a qualidade desses eventos variam conforme os interesses dos governos locais e poder aquisitivo dos frequentadores.

Das atividades recreativas de verão promovidas pela gestão do prefeito Adolfo Antônio Fetter Júnior, destaca-se: a “Lagoa de Luz”, que compreende a iluminação de Natal nas principais ruas e promove o concurso da casa mais bem decorada com motivos natalinos; “Projeto Verão”, que proporciona atividades esportivas, de lazer, cultura, saúde e meio ambiente para residentes e turistas.

Entretanto, muitas vezes, esses balneários também foram “esquecidos” pelos gestores públicos, gerando reivindicações por parte dos moradores permanentes, veranistas e frequentadores. Os primeiros sentem-se abandonados com o fim da temporada de verão e reivindicam maior fluxo do transporte público, serviço de limpeza das ruas, tratamento de esgotos domésticos, dentre outros, enquanto os segundos reivindicam a construção de banheiros públicos na praia e melhorias no transporte público.

Tendo em vista a crescente procura pelo Laranjal, mesmo nos finais de semana durante o ano todo, a gestão atual da prefeitura tem buscado atender parte das reivindicações da sociedade, considerando os diferentes interesses das populações residentes e temporárias. Nesse sentido, um fato a ressaltar é que se trata de um dos bairros considerados de classe média alta com tendência a uma maior valorização dos terrenos, por ser área de praia com potencial ao desenvolvimento do turismo. No entanto, os investimentos se concentram nos setores Santo Antônio e Valverde, diferenciando-os em termos de urbanidade dos demais trechos da orla.

Em relação à reivindicação dos moradores, também numa tentativa de melhorar as condições de balneabilidade do Laranjal, a prefeitura, através do Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas

(SANEP), em 2007, deu início à primeira fase da construção da estação de tratamento de esgoto. Esta é composta de quatro estações elevatórias, com filtros biológicos, leitos de secagem de lodo e área para um banhado com tratamento dos dejetos. As obras das redes tiveram início somente em 2010. Para completar o saneamento, ainda falta ligar as fossas residenciais à rede coletora na calçada. Dessa forma, o SANEP espera atingir um nível de eficiência final mínimo com o tratamento de 85%. Isso deverá amenizar o problema de poluição na praia, com a redução da carga orgânica e bacteriológica dos efluentes (PELOTAS, PREFEITURA MUNICIPAL, 2010).

Além disso, a prefeitura concluiu a duplicação da avenida de acesso às praias, a Av. Adolfo Fetter, incluindo obras de ornamentações do canteiro central e a construção de rótulas.

A construção de banheiros públicos na orla da laguna, no Balneário Santo Antônio, resultou num conflito socioambiental evidente. Ainda, na sua fase inicial, as obras dos banheiros são criticadas pelos moradores e proprietários de estabelecimentos comerciais, ou seja, aqueles que possuem banheiros. Esses realizaram protestos, fizeram um abaixo-assinado e acionaram o Ministério Público, alegando que a prefeitura estaria construindo banheiros públicos sobre uma área de marinha, com prejuízo ao “cartão postal da praia”. Isso porque, além do espaço destinado a obra ser ilegal, os banheiros encobririam tanto a vista para a laguna, quanto para uma espécie rara de figueira, conhecida como bonsai, ali localizada.

Sobre esse conflito, o gestor ambiental do município, autor da licença ambiental da obra dos banheiros nos relatou que:

O ocorrido está associado a uma conjunção de fatores, os ditos ambientalistas que moram lá e têm o seu banheiro não querem que as pessoas venham de outros bairros se acheguem, porque já há muito “farofeiro” que tira o sossego dos moradores. Então, há aqueles moradores que querem sossego e os que vão em busca das baladas. Também teve aqueles que acharam que a construção do banheiro iria desvalorizar suas propriedades. Quando licenciei, vi que o projeto tava bem. Este estaria ligado a uma rede de tratamento de esgoto. No entanto, a

obra foi embargada pelo Ministério Público (informação verbal)²⁸.

Esse depoimento deixa claro que as primeiras e segundas residências nesse balneário possuem um sentido material e simbólico (*status* social, poder econômico, paz, isolamento, oportunidade de reencontro da família e de contato com a natureza). A falta de visão dos gestores na escolha do local para a construção dos banheiros, aliada à existência de territorialidades²⁹ sazonais (período do veraneio) resultou no conflito entre os moradores, comerciantes e o Poder Público Municipal, com prejuízo para aqueles que simplesmente frequentam o espaço público³⁰ da orla sem terem recursos financeiros suficientes para consumir nos estabelecimentos com banheiros.

Assim, em decorrência da falta de banheiros, o verão 2010-2011, nesse balneário, foi marcado por problemas com o uso de banheiros químicos, pela falta de limpeza e/ou número insuficiente, não atendendo à demanda.

No entanto, é possível observar que a mesma preocupação não foi estendida às demais áreas urbanizadas da orla, ficando restrita aos territórios das classes mais abastadas. Outra situação que também mostra essa diferenciação espacial criada pelo Estado na orla é dada pelo “Projeto Orla da Lagoa”³¹, em fase de implementação. Este,

²⁸ Informação fornecida por Fernando Caetano, arquiteto da Secretaria Municipal do Município, em entrevista a autora, em janeiro de 2011.

²⁹ “A territorialidade é o acontecer de todas as atividades cotidianas, no espaço do trabalho, do lazer, da igreja, da família, da escola etc; resultado e determinante do processo de produção de cada território, de cada lugar; é múltipla e, por isso, os territórios também o são, revelando a complexidade social e, ao mesmo tempo, as relações de dominação de indivíduos ou grupos sociais com uma parcela do espaço geográfico, outros indivíduos, objetos, relações” (SAQUET, 2007, p. 129).

³⁰ “Trata-se, pois de uma denominação que procura abranger tudo o que se refere à vida pública, sob todos os seus aspectos. Nesta acepção, a palavra ‘espaço’ significa figurativamente, antes de tudo, a extensão ocupada por uma certa característica ou propriedade, neste caso específico, daquilo que é relativo e comum ao povo ou à coletividade, considerada em um certo espaço-tempo” (GOMES, 2002, p. 171).

³¹ Fonte:

<http://www.pelotas.com.br/politica_urbana_ambiental/planejamentourban_o/programa_orla_lagoa/programa_orla_lagoa _projeto.html>. Acesso em: 25 nov. 2010.

segundo a municipalidade consiste em um projeto de revitalização do calçadão e da Av. Antônio Augusto de Assumpção Junior nos balneários Santo Antônio e Valverde. Através de uma parceria entre a Secretaria Municipal de Urbanismo e o Sindicato da Indústria de Construção Civil e Imobiliária de Pelotas (Sinduscon), Clube Valverde e Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Pelotas (Aeap). O projeto prevê, também, a reforma do trapiche e a extensão do calçadão da praia até o canal São Gonçalo, passando pelo Banhado Pontal Barra.

Esses projetos evidenciam a convergência de interesses entre os empreendedores imobiliários e as ações do Poder Público Local. Nessas ações, percebe-se o predomínio dos interesses mercadológicos para o espaço lagunar e a ideia “equivocada” de desenvolvimento urbano dos técnicos e gestores. Eles acreditam que a ampliação do espaço construído e a quantidade em termos de equipamentos urbanos e ornamentações poderão impulsionar o turismo e o desenvolvimento econômico no local.

As ações propostas pelo projeto são benéficas, no entanto, atendem apenas o interesse de valorização dos terrenos de um segmento social e ocultam as contradições. Nas palavras de Arantes (1998, p. 134), “[...] os conflitos são escamoteados por uma espécie de estetização do heterogêneo, recoberto pela transformação da superfície”.

Na busca pela “estetização do heterogêneo”, ou de ocultação das contradições, os excluídos continuam excluídos e o resultado final é a valorização da terra por intermédio do impacto estético.

Observamos que a esfera urbanística de Pelotas segue o “Plano Estratégico”, prática de planejamento que “[...] assume a fragmentação na abordagem da cidade, priorizando as localizações com mais potencial de rentabilidade imobiliária e carga simbólica” (MARICATO, 2001, p. 69). O Plano Estratégico insere a cidade no mercado competitivo, busca o consenso em torno de uma visão generalista de futuro, na qual esta deve equipar-se com hotéis cinco estrelas, centros de convenções, estruturas de transporte, megaprojetos culturais etc., para atrair desenvolvimento econômico e geração de empregos.

Essa prática, presente em muitas cidades brasileiras, somadas à “tradição” do não enfrentamento dos conflitos socioambientais, reproduz a lógica do desenvolvimento liberal e concentrado, acarretando o crescimento da desigualdade, da ilegalidade no uso e ocupação do solo e na degradação ambiental. Na orla lagunar de Pelotas, ela acaba comprometendo, justamente o que mais atrai turista e veranistas, a sua paisagem natural.

Sobre a gestão do prefeito Adolfo Antônio Fetter, um dos depoentes representante do movimento ambientalista nos relatou que “no período de crise ecológica planetária e local, não observa nenhum compromisso com a política ambiental. Não há nessa gestão uma sensibilidade com a natureza”³². Aliás, pelas experiências que temos como moradora da cidade em questão, confirmadas pela opinião do depoente, a preocupação do Poder Público com os conflitos socioambientais da orla só ocorreu na gestão 2001-2004, através do I Congresso da Cidade. Este trouxe, como tema de discussão do III Plano Diretor, “a pressão pela ocupação urbana sobre a orla da laguna” (PELOTAS, 2002, p. 14). O conflito ambiental foi incluído num dos campos de atuação das políticas urbanas e ambientais nessa gestão, no entanto, ele não foi resolvido, voltando posteriormente a se agravar.

Observamos que, no lado nordeste do balneário Santo Antônio, há um crescimento de residências em meio às áreas de matas na direção do Balneário dos Prazeres; e, no extremo sudoeste, a expansão do Balneário Valverde, pelo Novo Valverde e pelo Pontal da Barra, como aponta Vieira, “parece que vão levar o bairro a ultrapassar seus limites até o extremo na embocadura do canal São Gonçalo com a Laguna dos Patos” (1997, p. 167).

Nesse contexto, é preciso examinar a existência dos conflitos socioambientais como produto, também, de políticas de Estado.

2.5.2 Balneário dos Prazeres

O Balneário dos Prazeres localiza-se ao norte dos Balneários Santo Antônio e Valverde, na localidade chamada Barro Duro. Apesar da proximidade entre eles, o Balneário dos Prazeres, apresenta características bem distintas, seja por possuir maior área verde (parte da Mata do Totó), seja pelo perfil socioeconômico e hábitos culturais dos moradores e frequentadores.

No que se refere às questões de ordem socioeconômicas, o Balneário dos Prazeres, por ser mais distante do centro e, até mesmo, por estratégias de ações territoriais, é dotado de menos infraestrutura. Seus terrenos possuem um valor menor, por isso é onde residem e veraneiam os segmentos sociais de menor poder aquisitivo, em comparação às outras localidades do bairro Laranjal. Suas residências são mais simples, há vários chalés precários; na amplitude de suas ruas, não há pavimentação nem calçada de passeio, faltam tubulações, e as

³² Informação fornecida por Antônio Soler, em entrevista a autora em 2011.

vias públicas possuem um aspecto descuidado, com presença de lixo, como pode ser visto na Figura 5. Esse balneário, assim como os demais bairros periféricos da cidade, recebem poucos investimentos e serviços por parte do poder público local.



Figura 5: Aspecto descuidado da Rua Torres, no Balneário dos Prazeres

Fonte: Foto da autora, 2010

Esse também é um dos lugares na cidade que mais apresenta áreas de ocupações irregulares. Conforme relato de um comerciante local, “é comum as pessoas das periferias da cidade veraneiar acampadas nas áreas de mata e posteriormente fixarem uma moradia”. Tal fato é confirmado pela pesquisa do ITEPA (2003, p. 3) sobre a situação de miséria e fome em Pelotas. No Balneário dos Prazeres, o estudo revelou que: “Existe em toda a sua extensão uma pobreza relativa, sendo mais acentuada na Rua Ijuí esquina Rua Torres onde existe uma ocupação de mais ou menos 34 famílias vivendo em precárias condições, sem água, luz e banheiro”.

Sobre ocupações irregulares, Maricato, em seu texto *As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias*, referindo-se ao planejamento urbano no Brasil, aponta:

A ilegalidade é, portanto, funcional – para as relações políticas arcaicas, para um mercado imobiliário restrito e especulativo, para a aplicação arbitrária da lei, de acordo com a relação de favor. Dependendo do ponto de vista, no entanto, ele é muito disfuncional: para a sustentabilidade ambiental, para as relações democráticas e mais igualitárias, para a qualidade de vida urbana, para a ampliação da cidadania. (MARICATO, 2000, p. 123).

A autora parece estar reportando-se a esse balneário, pois é justamente a situação de segregação territorial que caracteriza a paisagem do Balneário dos Prazeres. Esse é carente em infraestruturas urbanas básicas como: coleta de lixo, segurança, saneamento básico e abastecimento de água. Não possui ruas pavimentadas, exceto a rua de entrada, mesmo assim, sem tubulação e calçada de passeio. O transporte público, depois de muitas reivindicações, funciona relativamente bem, com exceção nos finais de semanas, quando os horários são reduzidos, não acompanhando o fluxo de pessoas que trafegam pela praia.

Esse balneário também carece de prestação de serviços como restaurantes, bares e hospedagens. Observa-se que ainda existem muitos terrenos vazios e áreas marginais que não foram incorporadas ao loteamento (corredores na beira das estradas e beira dos canais de drenagem – figura 5). Nessas áreas, alguns moradores possuem vacas leiteiras, cavalos de trabalho e, eventualmente, aves e porcos. A presença desses animais, ocasionalmente, gera tensões entre os moradores, levando alguns a registrarem ocorrências na SQA. Isso ocorre pelo fato de esse balneário situar-se na franja da área urbanizada.

Nele observamos a coexistência de diferentes tipos de estilos de vida, tanto nas atividades econômicas, quanto nas de relações socioculturais: urbana, rural e pesqueira. Os sujeitos que produzem esse espaço atuam em múltiplas funções. Há casos de pessoas que trabalham no centro urbano, criam pequenos rebanhos e cultivam pequenas hortas, sendo que, de acordo com as safras, também pescam na laguna.

Esse balneário apresenta a maior concentração de áreas verdes, que correspondem a um fragmento remanescente de vegetação de restinga do Bioma Mata Atlântica, conhecida na localidade como Mata do Totó. A mata é atravessada pelo arroio Totó, o qual lhe confere o próprio nome. A formação vegetal está disposta ao longo da orla lagunar, no trajeto que vai do Balneário dos Prazeres à quase Colônia de pescadores Z-3, como mostra a Figura 6. Dessa ampla área verde,

apenas 7 hectares, onde se localiza o *Ecocamping* Municipal, pertence à Prefeitura. O restante são propriedades particulares. A Figura 6 evidencia dois parcelamentos do solo no interior da mata.



Figura 6: Mata do Totó, à beira da estrada da Colônia Z-3

Fonte: IBAMA (2010)

O *Ecocamping* Municipal é um espaço de lazer que tem como atrativos os lugares destinados à prática de esportes, cabanas para aluguel a baixo custo, espaço para *camping*, churrasqueiras e ampla área verde com trilhas ecológicas. O espaço recebe seus frequentadores, principalmente, no período de novembro a março. O público que atrai é, em sua maioria, famílias do entorno da cidade as quais não dispõem de capital para gastar com viagens pelas praias marítimas gaúchas e catarinenses, nem com os caros alugueis dos outros dois balneários. Os frequentadores costumam passar as férias, acampados ou nas cabanas ou, ainda, apenas passando o dia nos finais de semana. O *Ecocamping* (Figura 7) proporciona a baixo custo lazer em contato com a natureza. Está relativamente próximo ao centro e em frente à praia. Outra vantagem é contar com o acesso ao transporte coletivo.



Figura 7: *Ecocamping* Municipal de Pelotas

Fonte: Foto da autora (2010)

As reservas para a locação desse espaço estão sob a responsabilidade da Empresa Pública Terminal Rodoviário de Pelotas-ETERPEL, geralmente os agendamentos são previstos para início de outubro. A agenda lota antes mesmo da entrada do verão.

Neste ponto, é importante lembrar que o próprio poder público municipal contribuiu significativamente para a degradação ambiental da APP. A Prefeitura Municipal, ao criar essa área de lazer, não levou em conta, igualmente, a sua importância ambiental e arqueológica: “O Ecocamping Municipal foi construído em cima de um Sítio Arqueológico Guarani” (DIÁRIO POPULAR, 23 de dezembro de 2007).

Vista de longe, a mata do Totó não aparenta estar impactada. A paisagem apresenta-se de forma bastante homogênea, como podemos observar na Figura 6. No entanto, no que se refere aos seus extratos inferiores, há, em muitas áreas, a inexistência do sub-bosque devido às ações antrópicas que as descaracterizaram. Nos extratos inferiores da mata, a população acampa irregularmente, transita a pé, de carro e ônibus, abre picadas para recostar-se á sombra das frondosas árvores, como mostra a Figura 8. Tais procedimentos provocam a compactação do solo e não permitem a sucessão ecológica.



Figura 8: Tráfego de veículos no interior da mata nativa, no Balneário dos Prazeres. Fonte: Foto da autora (2011)

Na temporada de veraneio, é para esse balneário que se desloca parte da população dos bairros pobres e afastados da cidade. A maioria desses frequentadores costuma trazer de casa seus lanches e bebidas. Muitos fazem churrasquadas, com a improvisação de churrasqueiras junto às figueiras centenárias, causando a queima de raízes e demais extratos da mata. Na maioria das vezes, deixam seus resíduos nas areias da praia e entranhas das matas, como garrafas pet, sacolas plásticas, vidros, latas etc.

Nesse sentido, é importante lembrarmos, como bem ressalta Carlos (2001, p. 181), que o lazer produz o mesmo impacto que o turismo, porém, no plano do lugar e refere-se a um tempo mais limitado como aquele do fim de semana.

O número de veranista nesse balneário é bastante expressivo. Isso vem provocando grandes danos ao ambiente natural das matas nativas, como foi notificado na imprensa local pela Brigada Militar:

A cada uma das picadas feitas pelo homem conta com duas bifurcações que muitas vezes se interligam dentro da floresta e triplicam o

espaço “disponível” para a ocupação de veranistas, que normalmente variam de três a quatro mil em um único final de semana. (DIÁRIO POPULAR, 9 de janeiro de 2010).

A falta de sensibilidade ambiental dos frequentadores desse balneário torna-se ainda mais notável na paisagem, quando ocorrem dois eventos anuais no início do verão: o “Campeonato da Liga Pelotense de Futebol”, que reúne um grande público no entorno da Praça Aratiba, e o “Encontro das Águas”, que se refere aos festejos público-religiosos de Iemanjá e de Nossa Senhora dos Navegantes, no dia 02 de fevereiro. Esses eventos ocorrem com o apoio da Secretaria de Cultura do Município, atraindo grande público, que chega de diversas formas, mesmo em ônibus de excursões.

A mata integra-se à paisagem pelotense como espaço de circulação e de amenidades climáticas. Além de espaço de lazer, ela é também referência espacial e simbólica para os habitantes e visitantes da cidade. Dentre os principais símbolos culturais da cidade presentes nesse balneário está o Santuário de Iemanjá. É importante salientar que tanto a mata, quanto a laguna são espaços considerados sagrados para as religiões de matriz afrodescendente.

Aqui há uma questão a ser ressaltada: Pelotas e região, pela concentração de afrodescendentes, possui uma intensa prática de religiões de matriz africana. Esta sedia a Federação Sul-Rio-Grandense de Umbanda e Cultos Africanos, desde 1970, ano de sua fundação. Essa congrega em torno de 400 núcleos na cidade de Pelotas. Grande parte dos praticantes dessas religiões usa o interior da mata do Totó e orla da laguna para depositar oferendas³³ às suas divindades. Os materiais utilizados não são biodegradáveis, o que provoca grandes impactos no local, tanto visualmente, quanto em relação ao mau cheiro e atração de baratas e ratos.

Por ocasião dos festejos de Iemanjá e de Nossa Senhora dos Navegantes, ocorrem concentrações de várias dezenas de milhares de visitantes, impactando as áreas naturais. Conforme a reportagem “Um feriado de muitas homenagens na água” publicada no Diário Popular, em 4 de fevereiro de 2011, “Segundo o presidente da Federação Sul-rio-

³³ A grande afluência de público e a deposição de oferendas também ocorrem em outras áreas da orla da Laguna dos Patos, como foi evidenciado no trabalho de JAQUES, André Porto. A Geografia do Bатуque: estudos sobre a territorialidade desta religião em Porto Alegre – RS. Porto Alegre, Bacharelado em Geografia - UFRGS, 2005.

grandense de Umbanda e Cultos Afrobrasileiros, Joabe Luís da Silva, mais de 20 mil pessoas acompanharam a festa”. Essa concentração na orla lagunar provoca a compactação do solo, causada pelo pisoteamento e grande presença de veículos (inclusive muitos ônibus), a deposição de lixo e a extração de plantas nativas, como bromélias e orquídeas. “Iemanjá é considerada a mãe de todos os Orixás, por isso esse dia é tão festejado. [...] Na Gruta do Balneário dos Prazeres, desde a noite de terça-feira o público depositava presentes e acendia velas para Iemanjá” (DIÁRIO POPULAR, 4 de fevereiro de 2011).



Figura 9: Concentração no dia de Iemanjá e Nossa Senhora dos Navegantes
Fonte: Foto da autora (2011)

Sobre os impactos das oferendas na mata, o arquiteto da SQA Fernando Caetano relatou-nos que as florestas do Laranjal e matas ciliares do Arroio Pelotas estão sendo destruídas, em função dessas práticas religiosas. Um novo fenômeno está sendo observado:

Ocorre nas áreas de matas do Laranjal o crescimento de uma espécie invasora chamada asparguinho. Essa planta está cobrindo toda a mata e o solo, impedindo a sucessão arbórea. Ela está sufocando a mata. Possivelmente esta seja oriunda dos arranjos florais dos rituais religiosos que ocorrem junto à orla da laguna e

nas matas ciliares do Arroio Pelotas. (informação verbal)³⁴.

No trabalho de campo, ao observar a mata, é perfeitamente visível a propagação dessa espécie vegetal invasora. Segundo o gestor ambiental em depoimento, “teremos que pensar urgente em um manejo” (2011).

Outras observações dizem respeito às ocupações irregulares em áreas públicas e de preservação ambiental, por parte tanto dos excluídos da cidade, quanto por aqueles que visam a obter uma exploração comercial. Esse é o caso dos cercamentos nas APPs, e das cabanas de alugueis construídas recentemente na beira da laguna (Figura 10) e dos campings.



Figura 10: Cabanas de aluguel em APP no Balneário dos Prazeres
Fonte: Foto da autora (2010)

Dos Balneários, esse é o que possui menos infraestrutura e maiores espaços destinados a *campings*. Tal fato gera um volume maior de impactos ambientais. Os veranistas distribuem-se pelo já citado *Camping Municipal*, localizado na praia do Totó, e neste balneário nas “Cabana do Pai Tomás” e “Sítio do Tarzan”. Estes últimos são

³⁴ Informação fornecida por F. Caetano, em entrevista a autora, em janeiro de 2011.

irregulares e atuam em péssimas condições, sendo que o “Sítio do Tarzan” foi fechado no verão de 2011 pelo poder público local. Por mais de 20 anos o posseiro conhecido como Tarzan ocupou e explorou economicamente, de forma ilegal, uma área de mata nativa na orla da praia. Para ele a área de mata se configurava numa forma de obtenção de ganhos econômicos através do uso do espaço como *camping*. Este posseiro alega ter recebido a área que ocupa do casal loteador do Balneário dos Prazeres o Sr Dr. José Ottoni Xavier e Amélia A. Assumpção. O *camping* funcionava com muitas irregularidades do ponto de vista ambiental. Além ocupar uma área de APP o mesmo operava sem as mínimas condições de infra-estrutura: os dejetos eram lançados diretamente na laguna, sem coleta de lixo, uso das árvores como postes de luz e lenha. A prefeitura questionou o uso da área junto ao Ministério Público. A área de mata, já bastante antropizada, foi alvo de reintegração de posse pela SQA do Município em dezembro de 2010.

O Tarzan foi uma tirada bastante traumática, houve quase tentativas de respostas à mão armada. O Tarzan teria voltado para a sua residência próxima dali, mas todo o discurso seria que estaria sendo desalojado. Ele alegava não ter para onde ir. Agora ficou mais fácil porque as pessoas não precisam mais pagar para fazer *camping* ali. A PATRAM está fazendo um bom trabalho ali (informação verbal)³⁵.

Esse fato demonstra o desfecho de um cenário de conflito socioambiental envolvendo o interesse privado, com fins econômicos, sobre uma APP. Nesse caso, é importante apontar que se trata de uma área que foi explorada por aproximadamente 30 anos, o que dificultaria judicialmente a retirada do ocupante. No entanto, por não haver área edificada no local, o caso foi relativamente rápido e com ganho de causa para o Município.

A municipalidade, depois de várias décadas de negligência, entra em cena em outras duas situações. Primeiro, disciplinando as ocupações irregulares no entorno da Praça Aratiba, onde a vegetação já foi praticamente toda alterada. Conforme parecer da Secretaria de Habitação, a área já consta em mapas da cidade como Área Especial do

³⁵ Informação fornecida por Fernando Caetano, em entrevista a autora, em janeiro de 2011.

Interesse Social (AEIS), sendo a única em todo o Laranjal. A segunda refere-se às obras de contenção das duas voçorocas localizadas ao norte desse balneário. A mais antiga delas, situada na Av. Minas Gerais com Av. Bahia, é a que apresenta maior estágio de degradação. Surgiu, principalmente por uma drenagem inadequada das águas, tanto do escoamento pluvial quanto dos esgotos que correm em direção à laguna, potencializada pela retirada da vegetação. A outra se localiza na Av. Minas Gerais com a Av. Alagoas. Esta se formou em função da abertura de um canal retilíneo para escoamento de efluentes da área urbanizada e de uma lavoura de arroz.

A própria prefeitura reconhece que o projeto do loteamento não cumpria as normas técnicas necessárias, mesmo assim foi aprovado. Conforme depoimento do gestor ambiental da SQA, as voçorocas são resultantes da falta de planejamento dos assentamentos urbanos que se sucedem há anos nesse balneário.

Faltam estudos sobre a bacia hidrográfica do Laranjal. Não há regime de diques nesse bairro, como ocorre em outras localidades de várzea da cidade. Quanto mais urbanização existir, maiores serão os problemas com inundações. O processo de urbanização no Balneário dos Prazeres foi deteriorando as características naturais de hidrologia, como sangas e fluxos de águas. Por não haver uma drenagem urbana, o caminho alternativo foi a abertura de valetas que provocaram o surgimento de voçorocas. (informação verbal)³⁶.

Sobre o projeto da contenção das voçorocas, o engenheiro do Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas (SANEP), responsável técnico pelo projeto, aponta que os estudos foram concluídos em 2007. Contudo, como não houve empresa interessada, o projeto sofreu alguns reajustes, estando hoje orçado em R\$ 130 mil e aguarda licitação. Conforme relata o engenheiro a um jornal local: “A ação imediata será o desvio das águas pluviais que caem de uma altura de dez metros, para o arroio Totó. Em um segundo momento vem a manutenção e a

³⁶ Informação fornecida por Fernando Caetano, em entrevista a autora, em dezembro de 2010.

revitalização do espaço danificado” (DIÁRIO DA MANHÃ, 25 de agosto de 2010, p. 03).

Com essa obra, a prefeitura busca resolver o problema das voçorocas. Contudo, a população espera a realização de um conjunto de outras melhorias, de acordo com o que mostra a reportagem publicada no jornal DIÁRIO POPULAR:

No local há inúmeras sacolas plásticas, pneus, roupas velhas, pedaços de sofás e até um gambá passeava por ali. [...] Todo ano são prometidas melhorias. O lixão assusta qualquer turista. [...] a população residente acredita que, após concluído o projeto para desvio da água, as obras para revitalização da área serão realizadas com maior facilidade e agilidade relata Alvacir Andrade. (DIÁRIO POPULAR, 25 de agosto de 2010).

Outro aspecto envolvendo os processos erosivos nesse balneário diz respeito à perda gradativa da vegetação da linha de costa e da largura de praia. Trata-se de um fenômeno natural potencializado pelas ações humanas. Esse fenômeno natural passa a oferecer riscos às pessoas, quando as áreas suscetíveis às marés, são ocupadas inadequadamente.

Conforme os moradores mais antigos, esse problema de erosão praial vem se agravando desde 1979. Na ocasião do depoimento, foi feita a primeira reivindicação junto à prefeitura para uma possível solução do problema.

Esses moradores relatam que foram feitos vários estudos, um deles de autoria da FURG, propôs o engordamento da praia com areia. No entanto, nem mesmo a tempestade de 2001 foi suficiente para que se resolvesse o problema. Essa tempestade teve ventos de direção leste que atingiram 150 km/h e provocaram um considerável aumento do nível da laguna, levando as águas de encontro às residências, trazendo alguns danos materiais e derrubadas de árvores. Os ventos e o movimento das águas na laguna provocaram a escassez de terras no entorno das raízes das figueiras próximas da orla e causaram o tombamento dessas. Devido à profundidade das raízes, duas figueiras tombadas ainda continuam com vida, como mostra a Figura 11, sendo que há outras em risco.



Figura 11: Efeito da dinâmica lagunar no Balneário dos Prazeres
Fonte: Foto da autora (2011)

O Conselho Municipal de Proteção Ambiental (COMPAM), junto com a SQA, o SANEP, representantes do IBAMA e do Ministério Público, com apoio da 3ª. Cia. Ambiental realizaram uma vistoria em 19 de dezembro de 2010, na orla da Laguna dos Patos. Essa vistoria teve como objetivo identificar a situação atual de danos e infrações ambientais realizadas por atividades e obras na praia e na Mata do Totó. Segundo informa o Centro de Estudos Ambientais (CEA), foram constatados diversas irregularidades tais como:

[...] depósito de lixo em local inadequado, corte ilegal de árvores, acampamento em local impróprio, lançamento de esgoto sem tratamento, danos ao ambiente de matas, ocupação do espaço público, construção sem licença, uso da água tratada sem medição de consumo, entre outras irregularidades que atentam contra as normas urbanísticas e ambientais, colocando em risco o equilíbrio do ecossistema lagunar e qualidade de vida das pessoas que moram, veraneiam ou transitam pelos balneários de Pelotas. (CEA, 2010).

Ainda, abordando as características desse balneário, é importante destacar a falta de segurança. Há anos os moradores reivindicam um posto policial no local, devido aos roubos frequentes, aos assaltos e, mais recentemente, ao esconderijo de traficantes. Há pouco dois indivíduos que atuavam nessas condições foram presos nesse balneário.

Como podemos perceber, esse Balneário e/ou sub-bairro do Laranjal possui uma fisionomia e uma vida cotidiana bastante particularizada. Observamos que ele possui uma significativa área de mata e, também, maior fragilidade ambiental. Nas relações evidenciadas entre a sociedade e o meio natural, muitos dos prejuízos são irreparáveis. No entanto, constatamos que, nesse trecho da orla, existem muitas situações de conflitos socioambientais latentes.

O desejo de lazer como uma necessidade socialmente criada acaba sendo privilégio daqueles que por ele podem pagar, uma vez que tal prática é submetida ao processo de compra e venda. Nesse sentido, o Balneário dos Prazeres representa a oportunidade de lazer da população de baixa renda, ao mesmo tempo em que expressa a diferenciação e segregação socioespacial existente nessa orla lagunar.

2.6 PONTAL DA BARRA

O trecho de orla denominado Pontal da Barra limita-se a Leste pela Laguna dos Patos, ao Sul é tangenciado pelo Canal São Gonçalo e a Norte e Oeste faz limites com a área urbanizada do Bairro Laranjal. O acesso terrestre ao Pontal da Barra é feito por uma via estreita paralela à Laguna dos Patos, que inicia no término do calçadão no Balneário Valverde.

O Pontal da Barra corresponde a uma área de 2.674.636,38 m² (quadro 01), coberta por vegetação de banhado, em suas várias formas de manifestações: charcos temporários, remanescentes de mata arenícola e palustre, com espécies animais e vegetais ameaçadas de extinção. A respeito da palavra banhado:

É utilizada principalmente no Rio Grande do Sul, onde estes ecossistemas ocupam, ou ocupavam grandes extensões da zona costeira e também de regiões mais internas. O termo espanhol *bañado* é devido à influência dos países vizinhos. [...] são definidos como áreas de solo cobertas por uma delgada lâmina de água, com vegetação palustre e sem o

desenvolvimento de uma população limnética.
(BURGER, 2008, p. 3).

Popularmente, os banhados são identificados como: ambientes alagadiços, brejos, charcos, pântanos, pantanal, varjões e outros. Nesses ambientes alagadiços, formam-se ecossistemas de grande importância ecológica.

O ecólogo Enrique Salazar, que atuou no Grupo Especial de Estudos e Proteção do Ambiente Aquático (GEEPAA), ao estudar o banhado Pontal da Barra, concluiu que o complexo pontal-dunas “Fitogeograficamente é uma região localizada dentro de áreas de formações pioneiras de influência flúvio-marinha e contém elementos comuns a restinga, floresta estacional de terras baixas (que pode ser considerada Mata Atlântica no sentido amplo do conceito) (SALAZAR, FERRER, 1997).

O pesquisador destaca, ainda, que os banhados são ambientes em constante sucessão e, de acordo com as características climáticas, hidrológicas e de solos, tendem a evoluir para a formação de mata palustre. Esse tipo de mata ocorre no Banhado Pontal da Barra. A Figura 12 mostra a vegetação de banhado grosso, com a mata palustre ao fundo, e a presença de animais impactando o local.



Figura 12: Banhado Grosso e, ao fundo, a Mata Palustre do Pontal da Barra
Fonte: IBAMA (2010)

Normalmente, os banhados formam-se em regiões planas resultantes de sedimentação ou paralelas à linha de costa, onde a água doce é represada e flui lentamente. A água dos banhados é oriunda de corpos hídricos próximos, no caso do Pontal da Barra, as águas provêm da Laguna dos Patos, do sangradouro da Lagoa Mirim, o Canal São Gonçalo, do lençol freático e do escoamento pluviométrico: “O ecossistema de banhados apresenta grande diversidade de vida, estando entre os ecossistemas mais produtivos do planeta” (WIDHOLZER, 1986, p. 40).

Os banhados desempenham importantes funções ambientais. Suas vegetações são responsáveis pela neutralização das águas, formando um sistema de filtragem que proporciona o enriquecimento do solo com matéria orgânica e nutriente, além de acondicionar abrigo e alimentação para inúmeras espécies de seres vivos. Também liberam gás carbônico e gás metano durante a fotossíntese.

Da mesma forma, agem como reguladores do volume de água dos ambientes aquáticos durante as chuvas. Nas áreas urbanas, atuam como esponjas capazes de realizar o amortecimento das cheias. Para o bairro Laranjal, a preservação do banhado é extremamente importante, pois esse realiza a função hidrológica na região, evitando possíveis alagamentos das áreas urbanizadas, ou não.

O banhado Pontal da Barra é, igualmente *habitat* de espécies endêmicas ameaçadas de extinção, servindo como ponto de apoio para a alimentação e descanso das aves migratórias.

Conforme apontam os diversos pesquisadores, os banhados são ambientes compostos por uma diversidade de espécies de flora e fauna. Para Selmo e Asmus (2006, p. 35), o banhado Pontal da Barra apresenta uma grande variedade de aves, dentre as quais se destacam-se o gavião-caramujeiro com sua colônia reprodutiva, o bem-te-vi, garças, joão-de-barro, marrecos, quero-quero, tachãs, entre outras. Quanto aos insetos e répteis, é possível encontrar formigas, grilos, moscas, mosquitos, cobras de banhado, rãs e outros. De acordo com a lista das espécies da fauna ameaçadas de extinção no Rio Grande do Sul (MARQUES, 2002), o banhado do Pontal da Barra abriga a população de *Austrolebias nigrofasciatus*, peixe-anual, uma espécie de peixe oficialmente considerado ameaçado de extinção, estando na condição de “em perigo”.

Das ações humanas, as que mais comprometem os banhados são: especulação imobiliária, crescimento urbano desordenado, contaminação da água e do solo por resíduos químicos e depósito de lixo urbano, além da atividade agropecuária. O cultivo do arroz irrigado, praticado em larga escala, provoca a redução das áreas naturais

através das drenagens, retirada da vegetação, eutrofização, envenenamento da fauna e flora pelo uso de agrotóxicos, além de muitos outros males prejudiciais ao ecossistema. A criação de gado, por sua vez, causa o pisoteio e a compactação do solo, alterando as comunidades vegetais típicas do banhado.

Dadas as características e funções ambientais dos banhados, associados aos processos históricos de ocupação e uso do solo dos últimos 30 anos, o trecho de orla Pontal da Barra pode ser considerado o mais problemático e polêmico em termos de gestão territorial da cidade de Pelotas no momento.

No que se refere às ocupações e usos do solo no Pontal da Barra, temos três áreas que, de alguma forma, envolvem irregularidades e apresentam conflitos socioambientais latentes ou evidentes: a primeira é o núcleo de pescadores que ocupa um trecho de orla da Laguna e do Canal São Gonçalo, local conhecido como vila da Barra; a segunda ocupação é a chamada vila do Trapiche, localizada entre a área urbanizada do Novo Valverde e o banhado; e a terceira está relacionada à construção de um loteamento residencial e de um complexo turístico a ser executada em área de preservação ambiental. Tais fatos configuram a existência de uma pressão urbana bastante forte sobre o frágil ecossistema de banhado.

No entanto, existe uma contestação a essa pressão urbana por parte de ambientalistas, ONGs, moradores do bairro, universidades e vereadores, gerando um campo de conflito socioambiental. A seguir, apresentamos, de forma mais detalhada, as características dessas três ocupações conflitivas no local Pontal da Barra.

2.6.1 Núcleo de pescadores da vila Barra

A vila da Barra localiza-se numa faixa de Terrenos de Marinha entre a Laguna dos Patos e o canal São Gonçalo, com fundos para a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Pontal da Barra. Nessa pequena vila, reside uma média de 40 famílias de pescadores. As moradias são bastante precárias, umas de madeira, outras de alvenaria. Possui atracadouros para pequenos barcos, galpões de salgas de alvenaria, um pequeno bar e um restaurante que também é pastelaria.

O restaurante existe há aproximadamente cinco anos no local. Seus proprietários possuem uma licença concedida pela Marinha do Brasil para ocuparem e explorarem economicamente uma área que está a menos de 33 metros da orla do canal. Eles por terem um aforamento, valor irrisório pago anualmente à Marinha, dizem-se operar dentro da

lei. O empreendimento dinamizou a economia no local, levando seus proprietários a ampliarem a sua área física. Porém, essa teve suas fundações construídas na borda do Canal São Gonçalo como mostra a Figura 13.



Figura 13: Obras de ampliação do Restaurante Pontal da Barra dentro do canal São Gonçalo

Fonte: DIÁRIO POPULAR (2010)

A obra de ampliação do restaurante foi embargada pela Procuradoria da União, que solicitou ao IBAMA uma solução para o problema. Segundo o ofício nº 101/2010, expedido pelo posto de apoio do IBAMA em Pelotas ao Advogado da União:

[...] a obra edificada não apresenta sistema de tratamento de emissão de efluentes produzidos em função do funcionamento para o fim que está sendo projetada [...] não atende as exigências mínimas de operação. Considerando a gravidade da situação pelo fato de já ter sido promovida alteração ao meio e maiores danos a serem produzidos pela utilização futura ou até mesmo pela retirada da mesma do local, cabe ao empreendedor apontar através de projetos a serem analisados pelo órgão ambiental que deverá apresentar as condicionantes para a mesma. (IBAMA, 2010).

Nesse caso, conforme relatou o analista ambiental do IBAMA Jairo Nogueira: “Normalmente, essas obras que são construídas

permanecem construídas, mas sem utilização porque o ambiente já se adaptou e retirá-las seria uma segunda interferência no ambiente”.

No entanto, o que pode ser observado, é que a obra teve alguns poucos acabamentos e vem sendo utilizada para a sua função, como previam os proprietários. O interesse na apropriação de parte da orla do São Gonçalo era o de transformá-la em um ambiente capaz de agregar valor ao seu empreendimento através da vista panorâmica da Laguna e do Canal São Gonçalo. Esse empreendimento é apontado pelos pescadores e moradores do local como o responsável pela atração de um grande número de turistas para a Barra.

O turismo tem melhorado bastante, depois que abriu o restaurante, e a estrada foi concertada. O movimento aumentou. Ontem nem cabia mais carros aqui, tinha aproximadamente uns 300 carros. Pra nós é bom porque sempre deixam um dinheirinho, o pessoal aqui também faz passeio de barcos e sai todo mundo contente, com a construção do Hotel vai ficar melhor ainda (informação verbal)³⁷.

Os fatos relatados nesse depoimento foram observados no trabalho de campo realizado durante um final de semana na temporada de veraneio. Nessa oportunidade, foi possível observar um fluxo intenso de veículos, chegando a formar filas na estreita rua de saibro. A população que se desloca até o Pontal vai à busca dos pescados comercializados, passeios de barco pela laguna e canal São Gonçalo, de um local mais tranquilo para pescarias ou, simplesmente, para frequentar a pastelaria ou o bar da dona Rosa, admirando a singularidade da paisagem.

Apesar de essa área fazer parte do perímetro urbano da cidade, por ser uma área de ocupação irregular, apresenta carência de infraestrutura urbana básica, como saneamento, transporte público, pavimentação da rua e, até recentemente, estavam sem energia elétrica. A falta da eletricidade tornava a vida desses moradores ainda mais difícil e cara, em função do gasto com o gelo e com geradores para manterem refrigerados tanto os pescados, como os demais alimentos. Além da falta de conforto, criava-se uma situação que dificultava o

³⁷ Informação fornecida por Cláudio Antônio Nizola, pescador e comerciante local, em entrevista a autora, 2010.

desenvolvimento socioeconômico, pois a pesca era explorada pelos atravessadores e os comércios, pouco diversificados.

A água foi ligada em 2000 pela prefeitura, mas a instalação da energia elétrica foi negada em função de o local ser uma área de preservação. No entanto, essa comunidade nunca recebeu nenhuma notificação para que desocupasse a área. Por ser um Terreno de Marinha é proibida qualquer intervenção humana, o que vinha impedindo a instalação da rede elétrica no local.

Um dos moradores mais antigos no local, sendo pescador e membro da diretoria do sindicato de pescadores da Z-3, representou os pescadores da Barra, juntamente com o advogado Claudio Fabrício Montanelli, Cargo de Confiança (CC) da prefeitura e neto dos loteadores do Laranjal, encaminhando uma ação judicial que solicitava a instalação da rede de energia elétrica para o Pontal da Barra. Assim, relatou-nos Montanelli: “Teve o Projeto Luz Para Todos, menos para os pescadores da Barra”, fato que o levou a representar judicialmente os moradores da Barra em ação jurídica encaminhada em junho de 2004, sem nenhum custo. No entanto, somente em janeiro de 2011 é apresentada a decisão favorável à ligação da luz. Conforme a reportagem publicada no jornal Diário da Manhã, “Decisão do TJ/RS manda CEEE instalar energia elétrica no Pontal da Barra” (DIÁRIO DA MANHÃ, 13 de janeiro de 2011, p. 8). De acordo com o analista ambiental do IBAMA da região de Pelotas, a licença ambiental para a instalação da energia foi dada pela FEPAM.

Um dos entrevistados, o morador do local Sr. Claudio Antônio Nizola, falou-nos, quando perguntamos sobre a relação da comunidade pesqueira com o banhado, que este fica atrás das ocupações da vila. Ele acredita não haver muita fauna no local, porque tem observado que, quase todos os anos, o banhado incendeia devido ao descuido das pessoas. Ao fazerem churrasco abandonam o local com as brasas ainda acesas e, por razão dos ventos típicos do verão, as palhas acumuladas contribuem para o alastramento do fogo.

Um aspecto observado é que, de forma geral, os moradores dessa comunidade não se opõem aos projetos privados existentes para o banhado, muito menos revelam preocupação com a preservação do mesmo. Também, não se opõem à retirada da vila do Trapiche, que está sendo removida para uma periferia na cidade, distante da orla. Com os projetos de revitalização da área e a urbanização do Pontal da Barra, a comunidade espera obter mais lucros por conta do aumento do fluxo de veranistas e turistas.

2.6.2 Vila do Trapiche

Essa área encontra-se situada entre a primeira quadra do loteamento Pontal da Barra e a orla da Laguna. É assim denominada por localizar-se próxima ao trapiche construído para atividades de pesca e lazer, sendo esse considerado cartão postal da cidade, apesar das suas péssimas condições de uso. A comunidade ocupa uma estreita faixa de terras que margeia a laguna, em direção ao Canal São Gonçalo.

A Figura 14 mostra uma visão panorâmica dessa ocupação. Atrás da Vila do Trapiche, é possível observar o banhado sendo demarcado em quadras, para formar os novos loteamentos e o traçado dos canais de drenagem do banhado.



Figura 14: Vista aérea da Vila da Barra
Fonte: IBAMA (2010)

A vila ocupa a área pública há mais de 20 anos, e é referência na localidade como ponto de venda de pescados. Essa ocupação é formada por mais de 50 famílias de baixa renda. A situação das moradias na vila é bastante precária. Os barracos são construídos pelos moradores com reciclagem de materiais como: madeiras, telhas, latões, papelões, dentre outros; o chão é batido, não apresentando condições mínimas de habitação. Entre os serviços básicos, pode-se averiguar que, apesar de

possuírem água encanada, não possuem saneamento básico, nem energia elétrica, como mostra a Figura 15.



Figura 15: Tipologia das moradias na Vila do Trapiche.
Fonte: Foto da autora (2010)

No trabalho de campo, observamos a existência de quatro a cinco pontos comerciais: um bar relativamente bem estruturado que se dedica à venda de bebidas e lanches à base de peixes e frutos do mar; três ou quatro peixarias, que também vendem os mesmos produtos, porém com estrutura muito precária.

A condição de irregularidade das famílias impossibilita-os de pleitearem acesso aos serviços públicos, como ocorre na Vila da Barra. Segundo os moradores, a possibilidade de instalação desses serviços foi usada, por diversas vezes, como aproveitamento político por parte das autoridades, que alimentam as esperanças dos moradores em relação a melhorias no local.

Além disso, há o agravante de que esses não são considerados pescadores pela ampla maioria da sociedade. Isso porque os pescadores com cadastro junto ao IBAMA são bem poucos e porque a maioria dos adultos, além de trabalhar com o pescado, exerce outras atividades no bairro, como diaristas, cortadores de grama, pedreiros, entre outras.

No entanto, no trabalho de campo e em conversa com alguns moradores, obtivemos o relato de que realmente são poucos os pescadores residentes na vila, mas que a maioria do povo ali, incluindo as crianças, trabalha no beneficiamento e comércio do pescado, além de exercer outras atividades. Esse fato foi comprovado no relato de uma moradora. Ela diz o seguinte:

Somos todos aconchegados ao lugar, nos transformamos em limpadores do produto da pesca para a sociedade levar. Aqui quem mexe com peixe, limpa, escama, faz filé, descasca o camarão, embala e pesa. É o segundo comércio da pesca, a Barra é o primeiro. (informação verbal)³⁸.

Uma questão que necessita ser analisada é a identidade social do pescador. Esta, muitas vezes é posta em xeque pela falta de estudos sobre a realidade social das comunidades de pesca. A família pesqueira é uma unidade que tem uma estratégia de produção relativamente autônoma em relação ao capital. Avalia as demandas da pesca e as oportunidades externas na busca de melhores condições de reprodução social. E, por isso, a composição da renda total das famílias é oriunda de múltiplas fontes. A lógica da reprodução social dessas comunidades envolve atividades pesqueiras e não pesqueiras, sendo a pluriatividade³⁹ uma forma alternativa de sobrevivência.

³⁸ Informação fornecida por Neli Martins Netto, moradora local, em entrevista a autora.

³⁹ “A pluriatividade se apresenta como um fenômeno social relativamente novo e desconhecido no espaço rural, embora suas características há muito estejam presentes nas diversas formas de trabalho exercido no âmbito urbano-industrial,

Não obstante, na opinião da ampla maioria da sociedade, incluindo o Poder Público Municipal e os próprios moradores da Barra, a Vila do Trapiche é foco de autores de pequenos delitos, o que prejudica o desenvolvimento do turismo no Laranjal. Logo, deve ser removida para outro local.

Essa comunidade apresenta os mesmos problemas sociais das periferias pobres da cidade. Por ironia, uma das poucas diferenças é que essa ocupa uma área privilegiada no território lagunar. A Vila do Trapiche, como pode ser visto na Figura 14, ocupa terrenos de frente para a laguna.

De acordo com Moraes (2007, p. 31): “A localização litorânea possui uma série de atributos singulares que vão qualificá-la como uma situação geográfica ímpar”. Nesse caso, a Laguna e as áreas de banhados significam “o valor de um espaço preservado é, portanto, um capital potencial, uma reserva de valor que se expande em relação direta com a possibilidade de uso” (MORAES, 2007, p. 19).

No caso do território ocupado pela vila do Trapiche, observamos que há uma convergência de interesses entre empreendedores imobiliários, comerciantes, o Estado e os próprios moradores. Estes últimos usam o território para a sua sobrevivência e tentam barganhar algo justo pela saída do local; os empresários imobiliários visam à valorização econômica da área, já que se trata de um espaço de amenidade o qual pode trazer desenvolvimento para o turismo local; o Poder Público Municipal alega que o território em questão, pertence ao município, pois a família Assumpção proprietária fundiária e fundadora do Laranjal havia doado esses terrenos para que, ali, fosse dada a continuidade da Avenida Antônio Augusto de Assumpção Junior e o calçadão da beira da Laguna. Fora os moradores da referida vila, os demais querem a requalificação da praia, para desenvolver o turismo, o veraneio e a expansão urbana da classe média-alta da cidade para esse bairro balneário.

A prefeitura buscou a reintegração de posse do território em 2004 e tentou negociar com os moradores, conforme nos relatou uma moradora e comerciante do local:

A primeira tentativa de remoção da vila foi para o bairro Getúlio Vargas, negado perante

pois, em essência, trata-se da combinação de mais de uma atividade ocupacional por pessoas que pertencem a uma mesma família” (SCHNEIDER, 2003, p. 117).

juízo pela comunidade, a segunda foi uma ordem judicial de despejo recebida recentemente pelo Ministério Público, sendo que o local ofertado para a remoção é outra periferia distante, onde as casas são minúsculas e geminadas. (informação verbal)⁴⁰.

A Secretaria Municipal de Habitação, em 2006, iniciou um cadastramento dos moradores da vila. A proposta era encaminhar os pescadores cadastrados no IBAMA à vila da Barra, também área irregular, e os demais, ao programa “Minha Casa Minha Vida”, política habitacional do Governo Federal no loteamento Eldorado, localizado próximo ao aeroporto e distante do centro urbano e do Laranjal.

Segundo o secretário municipal de habitação, 22 moradores foram cadastrados em anos anteriores. Esses deveriam ir para o Loteamento Eldorado, assim que fosse liberado. Tais moradores se comprometeram em pagar 10% de seus rendimentos à Caixa Econômica Federal até quitarem a nova propriedade. Os moradores que provassem ser pescadores, iriam para a vila da Barra.

No entanto, do período de cadastro da prefeitura até o atual, o número de moradores dobrou. Muitos não têm interesse em abandonar o local, pois suas relações de trabalho já estão consolidadas, é o caso dos proprietários de bares.

Conforme nos relatou a moradora e comerciante, quanto à decisão judicial, os moradores não se negam a sair, alegam apenas quererem uma casa adequada, já que vão pagar pela nova propriedade. “Se a casa for do tipo geminado nós não vamos sair”, afirma a depoente. No entanto, o Poder Público Municipal deve cumprir a ordem judicial, interferindo para que haja a desocupação da área.

Os habitantes dessa comunidade, por estarem próximos à rede elétrica e sem o serviço, tinham ligações clandestinas de energia elétrica. Quando a CEEE foi implantar a rede de energia elétrica até a Barra, foi feita uma vistoria na vila do Trapiche e segundo relato da moradora entrevistada:

A polícia invadiu a casa dos moradores sem mandado para averiguar o furto de luz. Os “gatos” existentes foram cortados, e a população ficará sem luz até a mudança para o loteamento Eldorado, que já se arrasta há

⁴⁰ Informação fornecida por Célia Carvalho, em entrevista a autora.

meses. Em razão dessa situação a população do local realizou um protesto cercando a rua com fogo, pois um senhor morador veio a falecer, por não poder usar um aparelho respiratório ligado à luz, e sem falar nos mosquitos que não deixam ninguém dormir. (informação verbal)⁴¹.

Assim, enquanto alguns estão sem luz, à espera da entrega das casas, outros procuraram outras formas de moradia no Laranjal alugando ou buscando se alojarem nas proximidades da Vila da Barra, já que a energia elétrica foi estendida até lá.

Esse conflito, além do caráter socioambiental, por envolver uma área de banhado, também traz, em seu bojo, aspectos de injustiça ambiental. No primeiro caso, destaca-se o fato de que as agressões aos banhados pelas ocupações e loteamentos geraram a perda do território de várias espécies, dentre essas, as cobras, que acabaram por invadir o espaço ocupado pela comunidade ameaçando sobretudo, as crianças⁴². No segundo, o fato observado, também relatado por esses moradores, diz respeito à presença de lixo na localidade. Muitos habitantes dos balneários costumam desfazer-se de seu lixo doméstico, descartando-o nas bordas do banhado e nas proximidades da vila. O Poder Público Municipal não age diferente, pois, no final da vila, há duas coletoras de lixo da prefeitura, onde é depositado parte do lixo recolhido dos balneários Santo Antônio e Valverde. Esse lixo fica exposto e é espalhado pelo vento e por animais, até que a prefeitura recolha parte do entulho como mostra a figura 16.

⁴¹ Informação fornecida por Célia Carvalho, em entrevista a autora.

⁴² Conforme dados disponibilizados pela Escola Municipal de Ensino Fundamental Dom Francisco de Campos Barreto, em conversa com a orientadora educacional, a escola atende mais ou menos 30 crianças da vila do Trapiche.



Figura 16: Coletores e lixo no final da Vila do Trapiche sobre o banhado Pontal da Barra Fonte: Foto da autora (2010)

No entanto, a primeira impressão que se tem é de que a comunidade é a única responsável pelo lixo. Porém, os frascos e resíduos encontrados não condizem com o padrão econômico dessa comunidade, constituindo, assim, uma injustiça ambiental para com esse grupo. Neste trabalho, tomamos o conceito de justiça ambiental nos termos propostos por Acselrad (2009, p. 16), “o direito a um meio ambiente seguro, sadio e produtivo para todos, onde o ‘meio ambiente’ é considerado em sua totalidade, incluindo suas dimensões ecológicas, físicas construídas, sociais, políticas, estéticas e econômicas”.

Outra situação semelhante foi relatada pela moradora Célia, quando perguntamos sobre o abastecimento de água no local. Segundo ela, “a água falta seguidamente e acredito que isso ocorra em função do desperdício dos moradores que desperdiçam a água com as piscinas afetando na distribuição desse bem aos mais pobres”.

Dos conflitos identificados, esse é o que envolve processos de injustiça ambiental, desterritorialização e reterritorialização de uma comunidade.

2.6.3 Loteamento Residencial Pontal da Barra e Complexo Turístico Hotel Caval Verde

O loteamento Residencial Pontal da Barra ocupa uma fração de terras de 163 ha, situado em área de preservação ambiental, entre a barra do Canal São Gonçalo e a margem direita da Laguna dos Patos, no Laranjal.

O residencial Pontal da Barra juntamente com o loteamento Novo Valverde, representa a expansão urbana dos balneários mais antigos, Santo Antônio e Valverde no sentido sul.

O conflito socioambiental no entorno desse loteamento residencial marca o início das manifestações de ambientalistas, ONGs, moradores do Laranjal e outros profissionais lutam contra a descaracterização do banhado ali presente.

O conflito emergiu, quando a empresa Pontal da Barra Loteamentos Mineração e Negócios Gerais Ltda. começou a interferir na área de banhado, drenando e aterrando as áreas alagadiças, para a construção de um loteamento residencial no local. As obras do loteamento e o corte ilegal de árvores levaram as ONGs CEA e GEEPAA a denunciarem as intervenções no banhado nos jornais e na defensoria comunitária. Conforme matéria no Diário Popular, entidades ambientais manifestaram-se sobre esse fato:

O corte ilegal de 15 corticeiras – do – banhado, arbusto nativo da região do Pontal da Barra foi denunciado ontem ao promotor da defensoria comunitária. [...] A corticeira é considerada imune ao corte pela Lei 9.519/92, do Código Florestal Estadual. (DIÁRIO POPULAR, outubro de 1994, p. 6).

É importante ressaltar que um dos sócios desse loteamento é o ex-prefeito Irajá Andara Rodrigues (PMDB). Este se encontrava no exercício de poder no período das denúncias, tendo declarado ao jornal Zero Hora “[...] que o corte não foi feito pelos proprietários dos loteamentos, mas por uma empreiteira encarregada de instalar postes de energia elétrica na área” (ZERO HORA, 21 de outubro de 1994, p.?).

As denúncias levaram a promotoria de justiça especializada de Pelotas a abrir um inquérito, cuja discussão da ação pautava-se no fato de que parte do loteamento estava dentro de uma área de banhado

considerada pela FEPAM, autora da licença ambiental, como campo inundável.

Nas negociações para o licenciamento ambiental do empreendimento, foi acordado entre os empreendedores e a FEPAM que o loteamento seria licenciado, caso uma parte do banhado fosse preservada. Conforme consta na licença prévia concedida pela FEPAM, uma área de aproximadamente 46 ha deveria ser preservada, por tratar-se de uma área de banhado, estando o restante identificado como campo inundável, liberado para ocupação.

Assim, em 1999, da sua área total de 228,96 ha, o empreendedor incorporou 65,33 ha ao Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC) e obteve a licença prévia para o loteamento. A área de banhado foi enquadrada na categoria de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), sendo instituída pelo IBAMA a primeira e única RPPN de Pelotas.

No ano anterior, o jornal Diário da Manhã havia publicado uma nota sobre a importância da preservação dos banhados: “Banhados do Estado no Conselho Nacional”. Essa nota apresenta o advogado ambientalista Antônio Soler, integrante da ONG – CEA, como o representante dos três Estados da região Sul na reunião do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Conforme aponta a nota:

Antônio Soler frisa que a moção pela preservação imediata dos banhados remanescentes do RS foi aprovada por unanimidade, recebendo 72 votos de conselheiros de todo o Brasil e que o CEA está estudando uma proposta de resolução em conjunto com o Grupo Especial de Estudos e Proteção do Ambiente Aquático (GEEPAA) para normatizar a preservação e uso sustentável desses ecossistemas com o objetivo de aprovação pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente. (DIÁRIO DA MANHÃ, dezembro 1998, p. 12).

Diante desse fato, representantes de diversas entidades⁴³ de defesa do ambiente realizaram denúncias sobre as obras do loteamento Pontal

⁴³ Dentre essas ressaltam: o GEEPAA, a CEA, a APEB (Associação Pelotense de Biólogos), CORECICLO (Cooperativa de Reciclagem de Lixo), SMUMA, (Secretária Municipal de Meio Ambiente), a deputada estadual e membro da

da Barra. Encaminharam um documento ao Ministério Público, solicitando o embargo das obras do empreendimento imobiliário, e destacando:

Eles também questionam a condenação em primeira instância dos proprietários do loteamento em razão das irregularidades destacadas e a continuação das obras que estão degradando os ecossistemas existentes, principalmente os banhados. Está sendo requerido ao Ministério Público um encontro entre [...] todos os profissionais que se manifestaram contrariamente ao loteamento. (DIÁRIO POPULAR, 30 de janeiro de 1998, p. 09).

Tanto a FEPAM, órgão estadual responsável pelo licenciamento ambiental do loteamento, quanto a prefeitura, não consideraram a lei de zoneamento existente, ao liberarem o loteamento. Conforme a Lei Municipal Nº 2565/80 do II Plano Diretor, uma parte da área do loteamento que ocupa uma Zona de Preservação Permanente Legal (ZPPL). Nesse tipo de área, não é permitida nenhuma intervenção no local. Outra parte do empreendimento ocupa uma Zona de Preservação Natural (ZPPN), onde a ocupação humana é permitida com restrições de usos. Essa área, para ser licenciada, necessita do Estudo de Impacto Ambiental (EIA), bem como de Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). Os documentos foram entregues pelos empresários, porém continham erros e equívocos graves, detectados mais tarde nas averiguações.

Em entrevista concedida para o presente trabalho, o promotor de justiça Dr. Paulo Charqueiro informou-nos que uma grande discussão técnica foi levantada. Técnicos e professores especializados da UFPEL tinham opiniões divergentes e optaram por não emitirem seus pareceres. Assim, técnicos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) foram trazidos pelas ONGs, para emitirem um parecer sobre o caso.

Conforme avaliação do biólogo e professor da UFRJ José Fernando Pacheco:

Comissão de Saúde e Meio Ambiente Cecília Hypólito, professores e acadêmicos de Ciências Biológicas da UFPEL e UCPel (DIÁRIO POPULAR, jan.1998, p. 09).

[...] os banhados litorâneos da costa do Rio Grande do Sul oferecem condições únicas de reprodução, alimentação e trânsito para uma infinidade de aves aquáticas da região austral sul-americana. [...] a conservação do Pontal da Barra salvaguardará parcela do ambiente de inestimável valor em um total de 224 espécies de aves que habitam a área, incluindo espécies raras e já ameaçadas dentro de suas respectivas áreas de distribuição, como o socó boi marrom (DIÁRIO POPULAR, 23 de março de 1995. p. 8).

Esses profissionais apontaram que o loteamento seria inviável e que se trata de uma área de banhado que deveria ser preservada. Os empreendedores tendo a licença de instalação concedida pela FEPAM mantiveram as obras no local, enquanto a ação civil pública tramitava.

No entanto, nem mesmo a área da RPPN estava recebendo os devidos cuidados. De acordo com estudo coordenado por Barger (2006), essa RPPN não cumpre as normas do SNUC. Apresenta uma série de irregularidades, como a presença de ocupações humanas, de animais domésticos e acúmulo de lixo próximo à vegetação de matas, como evidencia a Figura 17.





Figura 17: Entrada da RPPN pela rua marginal ao canal São Gonçalo. Fonte: BAGER (2006)

O uso indevido desse espaço gera acúmulo de lixo, corte das matas existentes para uso de lenha e compactação do solo, provocada pelo pisoteamento dos animais.

Numa das vistorias realizadas pela FEPAM, foi detectada a situação da RPPN, ou seja, o não cumprimento das condições e restrições estabelecidas pela licença de instalação do loteamento acordada junto à FEPAM, o que gerou um procedimento criminal. Conforme consta no processo crime nº 2201998038 da comarca de Pelotas:

[...] os infratores Irajá Andará Rodrigues e Irineu Paludo, no período compreendido entre 18/09/2000 e 17/03/2004, mediante atividade de implantação de atividade imobiliária no Balneário do Laranjal e denominado Loteamento Pontal da Barra, teriam praticado o crime ambiental previsto no art. 60 da Lei 9605/98, “ao instalar em qualquer parte do território nacional, obras potencialmente poluidoras⁴⁴, contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes”. (TJ-RS, 2005)

⁴⁴ A FEPAM, em 2003, ao realizar uma vistoria no empreendimento, identificou uma série de irregularidades: “extravasamento de esgotos para a rede pluvial, sistema de proteção contra cheias fora das dimensões especificadas e

Os empresários autuados alegaram que não houve descumprimento dos itens da licença, e informaram que foram vítimas de roubos, em 2003 pelos ocupantes das margens do São Gonçalo. Assim, a FEPAM retificou a sua manifestação e, em nova vistoria realizada em abril de 2005, não identificou nenhuma irregularidade. Não havendo delitos, encaminhou o arquivamento do processo criminal.

No entanto, é importante salientar que, nas vistorias realizadas no local feitas pela FEPAM, foram identificadas duas situações de ocupações irregulares: uma da classe de baixa renda e outra da classe média. A primeira, na RPPN, com moradias e criatório animal, e a segunda, com os adquirentes dos lotes no loteamento Pontal da Barra. Conforme consta na Vistoria da FEPAM:

[...] ocupação irregular de parte da área de lazer (recreação pública – 5,20 ha) com residências e criação de animais, junto a mata nativa no interior da mesma, na altura da Rua Quarai com a Rua 19. [...] os moradores do loteamento relataram dificuldades como ligações clandestinas de esgotos, acessos com má conservação, inundações periódicas nos períodos de chuvas e etc., o que tem causado a inadimplência dos adquirentes dos lotes. (FEPAM, RG, 2003)

Nos períodos em que as chuvas são mais intensas, é comum os terrenos mais baixos serem inundados no Laranjal. O fato de as áreas de banhados terem sido ocupadas sem as condições necessárias de drenagem das águas expôs os moradores a transtornos provocados por inundações.

No ano de 2002, devido a uma cheia do canal São Gonçalo, um dique de contenção estourou inundando o loteamento como mostra a Figura 18.

insuficiente, falta de cercamento e de placas indicativas na RPPN, ocupação irregular de mata nativa, com moradia e criação, condições críticas de pavimentação e valetamento de acessos, significativo potencial de impacto ambiental, inclusive fora da área do empreendimento com a ocupação da área de banhado” (FEPAM/RG, mar. 2003).



Figura 18: Alagamento nos loteamentos Pontal da Barra e Novo Valverde.

Fonte: GUIMARÃES (2002)

Esse acontecimento demonstra a fragilidade da área física em relação às ações de drenagem e aterramentos realizadas pelo homem. Diante desse acontecimento, consideramos pertinente levar em conta o posicionamento de Serra sobre os resultados das modificações feitas ao meio-ambiente:

As adaptações do espaço são, portanto, conscientes e dirigidas para determinadas finalidades; entretanto, as modificações do meio-ambiente resultantes dessas adaptações implicam, com frequência, aspectos negativos imprevistos. (SERRA, 1987, p. 48).

Sobre esse aspecto, o empreendedor em entrevista relatou que houve falhas no funcionamento das bombas d'água que realizam a drenagem do terreno. O entrevistado não descarta a possibilidade de sabotagem por parte daqueles que querem a impugnação do loteamento, tendo também um fundo político, visto que preparava candidatura a Câmara Federal.

O Ministério Público, em investigação, identificou o rompimento de um dique improvisado com sacos de areia no Pontal da Barra e a ausência de bombas de sucção de água. Esses tinham sido colocadas pela municipalidade, para solucionar o problema dos moradores que tiveram suas casas invadidas pela água. Segundo matéria publicada no D.P. (20 de junho de 2002, p. 3): “Rompimento de dique inunda Pontal da Barra. Prefeitura acionará proprietários do loteamento por danos ambientais”.

A ação cível pública para barrar o loteamento foi morosa em função de uma grande discussão técnica, para a qual foram chamados profissionais da Fundação Zoobotânica do Rio de Janeiro e Metroplam afim de avaliar o banhado. Profissionais das universidades locais não se manifestaram, e o juiz acabou julgando o caso com base nos documentos existentes e, assim, julgou-o improcedente.

Não obstante, o empreendedor aproveitou-se da licença concedida para a efetivação do loteamento e projetou, sobre o mesmo, a construção de um Hotel.

Assim, o empreendedor apresentou, na Câmara de Vereadores de Pelotas, seus projetos para o Pontal da Barra e Pelotas, ocasião em que ele mostrou a maquete do Complexo Turístico Hotel Cavalão Verde, contendo este, além de um grande hotel, um parque temático composto de auditório para 212 pessoas, salão de festas, estacionamento para 1000 veículos, 2 espaços para rodeios com arquibancadas para 1000 pessoas, um pavilhão reproduzindo o carnaval da Rua XV de Novembro, parque aquático com 5 piscinas, parque de diversões e, ainda, um amplo espaço destinado às diversas culturas que fazem parte da história de Pelotas com sua gastronomia e danças típicas: portuguesas, alemãs, italianas, sírio-libanesas, espanholas e africanas. Também, a construção de um campo de golfe, tudo isso para além da área do loteamento já licenciado.

No caso da licença ambiental do complexo turístico do Pontal da Barra, o órgão ambiental municipal considerou o empreendimento de grande impacto ambiental e repassou a responsabilidade para a FEPAM.

Os órgãos de fiscalização estadual, não percebendo grandes diferenciações entre a utilização residencial, já licenciada, e a função de hospedagem, dispensaram o empreendimento hoteleiro da licença ambiental estadual. Isso, porque, no entendimento dos representantes da FEPAM, conforme consta no Inquérito Cível (2008-60), “um hotel em área já loteada é isento de licença ambiental no âmbito estadual; que, no entanto, isso não significa a dispensa de licenciamento por parte do órgão ambiental municipal”.

Neste ponto, cabe também destacarmos a existência de um conflito de competências entre os órgãos licenciadores e fiscalizadores federais, estaduais e municipais. Tal conflito foi confirmado por dois depoentes. O analista ambiental do IBAMA relatou que um agravante da problemática ambiental da orla está no impasse entre os órgãos ambientais: “Muitas vezes se fica na dúvida de quem é a competência para licenciar a ocupação e obras de determinados locais, principalmente nas áreas de Marinha”. Esse conflito também foi apontado como um agravante pelo depoente da FEPAM. Segundo ele, “existe um conflito institucional onde uma das facetas é administrativa”. O depoente refere-se aos processos de municipalização da questão ambiental e aponta que:

[...] dos 497 municípios do Rio Grande do Sul, aproximadamente uns 200 já fazem licença ambiental. Nesse sentido, enquanto a maioria dos municípios na regional licenciam o padrão *stander* que corresponde a 2 mil metros, Pelotas ultrapassou esse limite licenciando sobre 10 mil metros. [...] Além de falta de experiência das prefeituras em relação às incumbências de cada órgão fiscalizador, há falta de corpo técnico profissional, e assim como ocorre na FEPAM se fiscaliza muito aquém do que deveria. (informação verbal)⁴⁵.

A falta de articulação entre os órgãos públicos ambientais, de certa forma, acaba deixando brechas nas quais os empreendedores imobiliários costumam agir. Isso, quando não pressionam o Estado para alterar as políticas urbanas e ambientais em prol de seus interesses.

Não é demais ressaltar que para construir o hotel, o empreendedor precisaria de lotes maiores, os quais o mesmo solicitou junto a prefeitura as áreas públicas do loteamento. Conforme depoimento de técnicos da SQA, “em 31 de dezembro de 2009 foi votada e aprovada a desafetação das vias públicas para criar o poligonal do Hotel, indo contra os interesses públicos”.

Essa situação gerou impasses no licenciamento do empreendimento em escala local, também por conta das denúncias encaminhadas à Procuradoria da República. O curso de Ecologia da Universidade Católica de Pelotas encaminhou um laudo técnico,

⁴⁵ Informação fornecida por Paulo Anselmi Duarte da Silva, em entrevista a autora.

esboçando a ideia de que quase toda a área do Pontal da Barra é área de banhado, sendo essencial para o equilíbrio hídrico da região, pois, é *habitat* de espécies endêmicas ameaçadas de extinção, bem como local onde se encontram sítios arqueológicos devendo, portanto, ser preservada. No presente estudo, a preocupação com a preservação futura do banhado fundamenta-se em argumentos ambientais, considerando a legislação em todas as esferas, a qual discorre sobre áreas úmidas, histórico-culturais e socioeconômicas (CRUZ, 2008, p. 5-6).

O Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas (LEPAARQ - UFPel), também, encaminhou um laudo técnico arqueológico comprovando a presença de sítios arqueológicos no Banhado Pontal da Barra e destacando a sua importância cultural.

O LEPAARQ é responsável pelo Projeto de Mapeamento Arqueológico de Pelotas e Região, com registro no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Com base nessas pesquisas, foi identificada a existência de sítios arqueológicos das culturas indígenas Guarani e de construtores de cerritos tanto no litoral, quanto na zona serrana de Pelotas.

A pedido da municipalidade, o LEPAARQ produziu um laudo técnico para a Comissão de Elaboração do Plano Diretor vigente em Pelotas. O objetivo foi identificar, no município, áreas de interesse cultural e áreas de interesse arqueológico. Como resultado desse trabalho, têm-se a identificação, o registro e os respectivos estados de preservação de 16 sítios⁴⁶, encontrados na localidade Pontal da Barra. Esse estudo serviu como laudo apresentado ao Ministério Público Federal na tentativa de preservar o banhado Pontal da Barra e evitar a destruição dos legados indígenas com a urbanização da praia. Os sítios arqueológicos estão situados em áreas a serem ocupadas pelos projetos de loteamentos Valverde e Pontal da Barra e pelo complexo turístico Hotel Cavalos Verdes.

⁴⁶ Os grupos construtores de Cerritos, denominados pela arqueologia brasileira como Tradição Vieira, ocuparam a região sul da Laguna dos Patos desde aproximadamente 2.435 ± 85, sendo até aproximadamente 200 ± 80 (cf. Schmitz 1976). Segundo Basile (2002), os grupos indígenas que construíam os Cerritos teriam sido os índios Charrua e Minuano, os quais, na época do contato ocupavam o Sul do Rio Grande do Sul, às margens da Laguna dos Patos, canal São Gonçalo, Lagoa Mirim e regiões litorâneas e interioranas do Uruguai (Basile; Becker, 2002; Schmitz, 1976 e Cope 1992) (CERQUEIRA; MILHEIRA; CUNHA, 2008, p.4).

Antes mesmo de a população conhecer o processo histórico de ocupação indígena na região, os vestígios da existência desses terão sido aniquilados pelos novos empreendimentos imobiliários. Sobre a importância da manutenção desses sítios arqueológicos, destacamos um trecho do laudo elaborado para a prefeitura:

Os sítios arqueológicos do Pontal da Barra, além de serem importantes fontes para compreensão da história regional devem ser encarados como elementos significativos para o desenvolvimento de projetos turísticos e educacionais que permitam auxiliar na sustentabilidade das comunidades locais (CERQUEIRA, 2008, p.3).

A SQA também encaminhou um laudo técnico ambiental ao Ministério Público, reconhecendo que o Pontal da Barra é uma área de banhado. Essas denúncias levaram à instauração de um inquérito civil, contendo em sua capa a seguinte informação: “Apurar o impacto ambiental de empreendimentos imobiliários e turísticos a serem construídos na área do Pontal da Barra, junto à Lagoa dos Patos e ao Canal São Gonçalo, na praia do Laranjal, em Pelotas/RS” (PORTARIA, MPF/PRM-PEL/GAB/MCS n° 003/2008). Nesse momento, o empreendedor foi questionado sobre os impactos ambientais e socioculturais que o seu projeto poderia gerar. Em defesa de seu empreendimento, o ex-prefeito, em declaração à Procuradoria da República, responde que:

A FEPAM decidiu licenciar há mais de dez anos o loteamento, tendo em vista a circunstância de que se não fosse feita a ocupação legal e ordenada, essa acabaria acontecendo desordenadamente, com sacrifícios dos matos ali existentes e comprometimento do lençol freático, além do que a maior parte da área era perfeitamente habitável, como o é hoje. Na época já havia a ocupação por posseiros da Barra, de uma pequena parte da margem do São Gonçalo e da rua Nova Prata no contíguo loteamento Novo Valverde, com absoluta complacência do Poder Público. [...] que se não fosse a vigilância permanente dos proprietários do loteamento e

de seus moradores regulares neste período de mais de 10 anos, teria havido ocupação total da área privada, com completa destruição dos matos existentes e estaríamos convivendo com uma grande favela. (5 de março de 2008).

Os agentes imobiliários assim como as elites locais, no intuito de legitimar suas ações, são interpretados por eles mesmos como ativos na história do município. O loteador, de acordo com as palavras do ex-prefeito, interpreta as suas ações como as melhores possíveis. A sua intenção é sempre em prol do desenvolvimento da cidade e de sua melhoria.

Desse modo, enquanto o projeto do Resort “Hotel Cavalo Verde”, orçado em R\$ 13 milhões e de 150 ha de área tramitava nas esferas do poder público, mesmo estando sob uma liminar, as intervenções, para transformar o banhado numa área apta à ocupação, permaneciam em atividades, como mostra a Figura 19.



Figura 19: Obras no Banhado Pontal da Barra
Fonte: IBAMA (2010)

Enquanto a SQA procurava negociar com o empreendedor um projeto que garantisse a ecologia da paisagem, ele deveria optar entre hotel e loteamento. Dessa forma, foi enviado à SQA, pelo chefe maior do executivo, um ofício pedindo a agilidade no licenciamento do Hotel, “pois, conforme imagem do Google anexa, não vê motivo de

preservação do banhado e que o interessado possui contrato com a *Federation Internationale of Football Association* (FIFA) por 90 dias” (OFÍCIO, GAB-352/2010).

Neste ponto, é importante ressaltarmos que as questões que envolvem o “patrimônio”, sejam culturais ou ambientais, formam um campo de tensões que se dão no e pelo espaço geográfico. Os conflitos vêm do fato de que o ambiente natural passa a ser visto, muitas vezes, como obstáculo, tanto ao processo de valorização do espaço, como à sua própria reprodução e, nesse sentido, ele deve ser eliminado para que prevaleça a racionalidade econômica na lógica desse espaço.

Também, identificamos uma relação de interesses em comum entre o proprietário empreendedor e o prefeito, uma vez que ambos compartilham do mesmo grupo de poder social local⁴⁷. É de interesse da municipalidade e de setores privados desenvolver o turismo no Laranjal.

O empreendedor do Projeto Hotel Cavalão Verde, em entrevista informou-nos que irá construir em breve, no Pontal da Barra, um hotel cinco estrelas dentro dos padrões exigidos pela FIFA. A área do hotel pode ser visualizada na Figura 20.



Figura 20: Área aterrada para a construção do Hotel Cavalão Verde
Fonte: IBAMA (2011)

⁴⁷ Grupos formados por uma elite local que influencia nas decisões municipais são os formadores de opinião. Agem por meio de associações empresariais, meios de comunicação de massa, clubes e aparelhos do Estado.

O empreendedor, igualmente, relatou-nos que pretende realizar um contrato de hospedagem com delegações da FIFA e que, para a construção do hotel, realizou um financiamento de 18 anos através do PROCOPA. Em relação às outras obras do complexo turístico, essas necessitariam de novas licenças ambientais, e ele não estaria disposto a se indispor com a FEPAM, que esteve ao seu lado junto ao Ministério Público, em defesa da manutenção dos loteamentos e que no lugar dos equipamentos do *resort*, ele irá construir três conjuntos residenciais. Um desses é o empreendimento loteamento Vila Guilhermina cuja primeira etapa é formada por 64 lotes como mostra a Figura 21.



Figura 21: Loteamento Villa Guilhermina

Fonte: Construtora, Incorporadora e Imobiliária Green Horse Ltda. (2011)

Para a venda dos lotes, a construtora Incorporadora e Imobiliária Green Horse Ltda. explorou, em seu material publicitário os atributos naturais da zona costeira, aquilo que Moraes (2007, p. 19) chamou de “valor contido no espaço, denominado de valor do espaço” e, também, o “valor criado definido como valor no espaço”. Conforme consta no material de divulgação:

O loteamento Villa Guilhermina traz diferenciais raros no mercado imobiliário, disponibilizando aos compradores a melhor vista da cidade de Pelotas [...] área próxima de **espaços de preservação ambiental, lagos, canais navegáveis e da Praia do Laranjal**, proporcionando a harmoniosa integração entre

o contemporâneo, presente na **área nobre do Laranjal**, com a tranquilidade e a vista privilegiada de um imóvel às margens da Lagoa dos Patos (GREN HORSE, 2011, grifo nosso).

Passados alguns meses buscamos nos informar junto à Secretária Municipal de Qualidade Ambiental e Secretaria de Desenvolvimento Econômico sobre o andamento das licenças para os empreendimentos imobiliários no Pontal da Barra. Ambas as secretarias responderam que o licenciamento estava em processo de análise pelo Grupo de Apoio Técnico (GATE). O empreendimento do hotel está sendo analisado conforme prevê a Lei Nº 5.100/2005 que regulamenta o Programa de Investimentos para Desenvolver Emprego e Renda – “Desenvolver Pelotas”. Com base nessa lei, o empreendedor apresenta uma “carta consulta”, na qual o projeto do empreendimento deve estar especificado, incluindo uma projeção em investimentos, geração de empregos e infraestruturas para os próximos dez anos.

3 A CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM LAGUNAR: ATORES E INTERESSES EM CONFLITOS

3.1 A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO LAGUNAR

Em todas as cidades, a história busca explicar a formação socioespacial pela análise dos acontecimentos que marcaram a reprodução da sociedade. Não se pode compreender qualquer configuração espacial, a paisagem urbana de uma dada cidade, sem o conhecimento das relações sociais que engendraram tal produção material em um determinado contexto.

Nesse sentido, seguindo o método aqui proposto, procuramos datar os elementos e processos espaço-temporais que configuram a atual estrutura da orla lagunar, conforme apresentado no capítulo anterior. Para Santos (2004, p. 14), “o momento passado já não é, nem voltará a ser, mas sua objetivação não equivale totalmente ao passado, uma vez que está aqui e participa da vida atual como forma indispensável à realização social”. O passado passou como tempo, mas se faz presente, como espaço, nas formas espaciais, objetos presentes na paisagem.

Serão reconstituídos, em seu tempo passado, os processos de formação territorial e urbana dos balneários do litoral de Pelotas, bem como a participação dos atores sociais nesses processos. Assim, buscamos uma interpretação do seu presente e as possibilidades do seu futuro, que farão parte do capítulo seguinte.

3.1.1 Antecedentes da formação dos Balneários do Laranjal

As primeiras ocupações por europeus na orla de Pelotas estão associadas ao contexto de formação territorial e socioeconômica da fronteira Sul, o que se conforma pelas disputas territoriais entre portugueses e espanhóis. Nesse contexto de disputas, o regime jurídico de propriedade aplicada às terras conquistadas foi o sistema de sesmaria. A estratégia do governo português era povoar com estancieiros militares as áreas em disputa. Assim, por conta desse período da história colonial do Brasil, a metade Sul do RS vai ser marcada por uma grande concentração fundiária.

As terras onde hoje se localizam os balneários da praia do Laranjal, bem como a área territorial de Pelotas, tiveram sua ocupação a partir da sesmaria doada ao Coronel Tomás Luiz Osório, em 1758. O “Rincão das Pelotas”, como ficou conhecida essa propriedade, tinha seus limites como sendo desde a Serra dos Tapes até a Laguna dos

Patos, limitando-se a Sudoeste pelo Canal São Gonçalo, até o arroio Corrientes, ao Norte.

Posteriormente essas terras foram divididas em outras sesmarias e, mais tarde, dessas vão surgir, segundo Gutierrez (2001, p. 216), cinco fazendas: Patrimônio ou Sá, Graça, Palma, Galateia, Laranjal ou Nossa senhora dos Prazeres e Sete Charqueadas⁴⁸. Elas se localizavam junto ao arroio Pelotas, exceto uma que ocupou o Laranjal.

Outros parcelamentos ocorreram, e desta grande área a Estância Nossa Senhora dos Prazeres ou Laranjal será propriedade da família Assumpção, vindo, em meados do século XX, ser incorporada à cidade na forma de balneário. Esse grande empreendimento teve a iniciativa do advogado Antônio Augusto de Assumpção Junior, proprietário de terras no Laranjal⁴⁹. Ele era também político atuante no município e no Estado. Conforme consta em nota sobre o seu centenário, escrita pelo seu neto Antônio Augusto de Assumpção Mazzini:

[...] teve destaque na vida pública como vereador e presidente da câmara municipal respondendo pelo governo executivo em várias ocasiões. Após eleger-se deputado estadual em 1936 pelo partido Republicano Liberal chefiado por Flores da Cunha. Nesta época, na Assembléia Legislativa foi eleito presidente da comissão de constituições e justiça e participou ativamente em seu trabalho em prol da sociedade. [...] destacou-se também no terreno econômico como adiantado pecuarista no município de Bagé. (DIÁRIO POPULAR, 31 de maio de 1998).

A condição de proprietário fundiário aliada a sua ampla participação política, levou Antônio Augusto Assumpção Junior, já nos anos 1930, a observar a tendência do mercado de terras para as áreas

⁴⁸ Em 1780, as charqueadas desenvolvidas às margens do arroio Pelotas já operavam com estrutura industrial. Essa indústria saladeril foi a mola propulsora do desenvolvimento e da urbanização de Pelotas, marcando também profundamente a formação socioeconômica do Rio Grande do Sul, no início do século XIX (ARRIADA, 1994).

⁴⁹ O nome Laranjal teve origem em 1789, quando a região pertencia ao Capitão Manuel Bento da Rocha. Na época havia uma grande plantação de laranjeiras na parte que atualmente é o Balneário Santo Antônio (C.P, 7 fev. 1982, In: ECHEVERRY, LARANJAL, v.3, 1982-1992, PELOTAS, 1998).

dotadas de amenidades. Tal tendência já vinha sendo verificada, no litoral uruguaio, o qual Assumpção Junior frequentava.

Nesse período, os banhos de mar no Brasil eram hábitos praticados por pessoas de alto poder aquisitivo, influenciadas pelos europeus⁵⁰. Tais hábitos estavam associados a tratamentos terapêuticos: a fadiga da elite curada pelos banhos de mar e o tratamento de doenças pulmonares. A primeira, pautada nas qualidades curativas da água do mar e a segunda, na qualidade do ar dos ambientes litorâneos.

No entanto, essas práticas tornaram-se mais frequentes a partir dos anos 1930, intensificando-se nos anos 1940-1950. O que não impede que, em determinados lugares, elas não tenham se efetivado mais cedo, como no caso do município de Rio Grande. Este foi o primeiro no Brasil a criar um balneário. Em 1890, nascia o Balneário Vila Sequeira, como era chamada inicialmente a praia do Cassino⁵¹. O local era apreciado também pelas famílias da elite da região, dentre essas as de Pelotas, as quais desfrutavam de lazer junto às águas frias desse balneário. Para os mais abastados havia, e ainda há as tentações dos modernos balneários cassinos uruguaios⁵², muitos apreciados pelas famílias da aristocracia pelotense.

Uma parte dessa elite era composta por familiares, conhecidos e amigos da família Assumpção. Esse grupo também costumava frequentar, nos finais de semana, a praia do Laranjal, onde a família

⁵⁰ Na Europa, o ato de frequentar praias passou a ser popularizado a partir de meados do século XIX, conforme aponta o historiador Hobsbawm: “O capitalismo industrial produziu duas formas de prazer: turismo e viagens de verão para a burguesia, e pequenas excursões mecanizadas para as massas, em alguns países como a Inglaterra. Ambas eram os resultados diretos da aplicação do vapor no transporte, já que pela primeira vez na história, viagens regulares e seguras eram possíveis para grande quantidade de pessoas e bagagens e por qualquer tipo de terreno ao mar” (1982, p.216-17).

⁵¹ Sobre a formação do Balneário da Praia do Cassino, há a dissertação apresentada ao curso de Pós-graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), em 2005, pela pesquisadora Rebecca Guimarães Enke, cujo título é “Balneário Vila Sequeira: a invenção de um novo lazer (1890 – 1905)”.

⁵² As praias uruguaias encantavam e continuam a encantar “muitos brasileiros principalmente aqueles que se identificam com os nobres anseios do povo irmão, cujo progresso é motivo de orgulho para toda a América, uma estadia na bela Praia de Artigas significa todas as vantagens de uma fuga ao cotidiano, sem esquecer o encanto de um idioma diferente, mas que se entende com facilidade” (DIÁRIO POPULAR, 15/11/1952, p. 8).

Assumpção tinha, como suas segundas residências, as grandiosas e aprazíveis sedes das antigas fazendas.

Conforme relato de Felipe Assumpção Gertum⁵³, “formavam-se caravanas para ir passar os domingos e feriados na beira da lagoa. Os visitantes convidados recebiam uma autorização ao cruzarem por uma casinha de madeira, onde ficava o capataz Leão Dias controlando o acesso à orla da lagoa” (Figura 22).

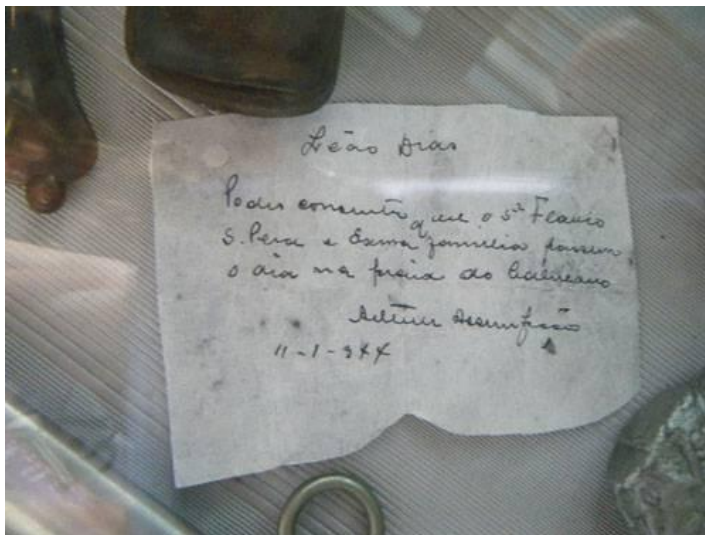


Figura 22: Autorização da família Assumpção.

Fonte: Museu histórico Instituto Senador Joaquim Assumpção (2010)

⁵³ Escritor e neto do loteador do balneário Valverde, Arthur de Assumpção. Felipe Assumpção Gertum, atualmente, ocupa função de CC na administração municipal.



Figura 23: Travessia no Arroio Pelotas, em 1945.

Fonte: Museu Histórico Instituto Senador Joaquim Assumpção (2010)

Apesar das precárias vias de acesso à orla, o hábito começou a ser difundido em setores da população local. A informação do depoente é complementada com mais detalhes pela descrição feita do cotidiano vivido na época, publicada nos cadernos Echeverry:

Com a licença dos proprietários Sr. Arthur e Judith Assumpção, os caravaneiros iam acampar na sua estância, e lá se apanhava sol, ia-se ao banho, sestiava-se, lia-se a sombra do abundante mato, matavam-se cobras, lagartos. [...] Na ida e na volta, a gente geralmente tirava um “peludo”, que se traduz por “ficar com o carro enterrado na areia”. No regresso a cidade, à tardinha, havia o horror de enfrentar a fila de veículos que esperavam a vez de passar na balsa, no histórico rio Pelota. [...] a odisseia se repetia todos os domingos e feriados”. (ECHEVERRY, Laranjal, até 1947, nº 29).

Esse relato traz uma visão das características naturais do espaço lagunar, em sua forma mais preservada, e da precariedade da via de acesso. Evidencia, também, certa demanda pelas práticas de lazer junto

à praia do Laranjal, mesmo sendo uma parcela privilegiada da sociedade pelotense que igualmente frequentava praias de mar.

Observando que um número bem expressivo de pessoas passou a procurar suas terras para desfrutar de lazer junto à orla da laguna com certa regularidade, o proprietário, empreendedor e homem público (articulado nos núcleos de poder), Antônio Augusto de Assumpção Junior, vislumbrou a possibilidade de auferir grandes lucros. Buscou converter uma área de produção agrícola secundária em um espaço de exploração econômica, através do setor imobiliário, voltado para o turismo e lazer. Visava, também, criar um espaço de moradias diferenciadas, seguindo os exemplos bem sucedidos encontrados em outras localidades do Brasil e do vizinho Uruguai.

O desejo pelas praias foi muito importante para o desenvolvimento do turismo enquanto atividade econômica indutora e produtora dos territórios à beira-mar. O novo hábito social que se difundia foi responsável pelas demandas por equipamentos de hospedagem, lazer, compras, transporte, assim como gerou trabalho, salário e lucro excedente.

Para que a usura moral e a obsolescência das coisas trabalhem rapidamente, é preciso também que as necessidades envelheçam, que jovens necessidades as substituam. É a estratégia do desejo! Em segundo lugar, a capacidade produtora tornaria desde agora uma extrema mobilidade da vida, dos objetos, das casas, das cidades, do habitar. A vida real poderia deixar de estacionar na cotidianidade. A obsolescência, ideologia e prática encara o efêmero apenas como método para tornar o cotidiano rentável. (LEFEBVRE, 1991, p. 91).

A partir dessa reflexão de Lefebvre, é possível identificarmos algumas das estratégias de reprodução do capital adotada pelos atores sociais hegemônicos do espaço urbano. Nesse sentido, é importante salientar o poder de criar a fantasia na sociedade capitalista de consumo. No caso dos balneários do Laranjal, junto com as especulações iniciais da realização do empreendimento, os meios de comunicação local tiveram um importante papel: o de propagar o novo hábito de lazer.

O jornal Opinião Pública mencionava, com grande ênfase, o hábito de lazer relacionado às praias e ao contato com o ambiente natural o qual estava se formando. Conforme evidenciava o periódico, já

no final dos anos 1930, “assistimos em vários domingos afluírem ao Laranjal para mais de 150 automóveis” (OPINIÃO PÚBLICA, 05 de maio de 1938, p.7).

Assim, enquanto se planejava o futuro balneário do Laranjal, vários fatores foram convergindo para a realização desse evento, dentre eles devemos citar: a existência de uma demanda por novos espaços de lazer e segundas residências; interesse do poder público em criar um eixo de expansão urbana para as moradias de alto padrão, constituindo-se em espaço de investimentos privados; e a vontade da “sociedade” em equiparar-se aos padrões da moda. Para a elite a necessidade de se modernizar “à la française” ou, no mínimo, “a la Punta...”, criou-se a ideia de que veranejar na praia se torna moda; para a juventude, a necessidade da “paquera” na praia.

3.1.2 A formação da Vila Residencial Balneária Santo Antônio

Desde as ideias iniciais até a inauguração oficial da Vila Residencial Balneária Santo Antônio, em 1952, foram quase duas décadas, quando se projetaram e organizaram-se os instrumentos de ação para a realização do empreendimento imobiliário.

Uma das primeiras tarefas foi difundir, entre a sociedade pelotense, o hábito de frequentar praias e de veranejar. Nesse período, frequentar praias como prática de lazer ainda era muito restrito a um segmento da sociedade. Assim, as notícias jornalísticas cumpriam o papel de criar, na sociedade, esse novo hábito; para tal usava-se uma linguagem que buscava valorizar a propriedade que daria lugar ao futuro balneário do Laranjal. Conforme mostram os documentos jornalísticos da época, foi criada a firma J. C. di Luca & Bender, com a finalidade de divulgar, nos jornais, vistosos anúncios de meia página e página inteira, enaltecendo as belezas da praia do Laranjal e incentivando os pelotenses a adquirirem terrenos na vila residencial Balneário Santo Antônio. Num desses anúncios, encontrava-se o seguinte texto:

Visite o pitoresco e encantador recanto á margem da Lagoa dos Patos, onde se está iniciando a construção de uma cidade em miniatura. Visitando-o, conhecerá a ousada e já vitoriosa iniciativa que é a vila residencial balneária Santo Antônio. Sob o encanto de uma paisagem magnífica, onde as cores variegadas da vegetação contrastam com as plácidas águas da lagoa e com as límpidas areias de uma

belíssima praia, sem dúvida sentirá que descansar ante tal cenário constitui uma forma toda particular de aproveitar as horas de lazer, retemperando as forças para o trabalho diário e... caminhar menos depressa para a velhice. E tudo isso está a apenas quinze minutos de automóvel da cidade. Ante tais circunstâncias, estamos certos de que lhe ocorrerá a idéia de adquirir um terreno na praia do Laranjal. (DIÁRIO POPULAR, 17 de dezembro de 1950).

Nesse sentido, é importante salientar a confluência de interesses entre os empreendedores e a imprensa local trabalhando para criar o “desejo” de veranejar. Conforme Bazcko (1991, p. 31), “para conseguir a dominação simbólica é fundamental controlar os meios que são outros tantos instrumentos de persuasão, de pressão, de inculcação de valores e de crenças”. Os jornais locais frequentemente apresentavam o novo projeto para a cidade em tom grandiloquente, procurando promover o empreendimento, como aponta o Diário Popular⁵⁴ (26 de fevereiro de 1950) “a grandiosa obra elevará Pelotas a uma invejável situação, uma espécie de “*Miami Beach*”, em miniatura”.

A natureza não só estava sendo apropriada e transformada em mercadoria pelo setor imobiliário, como também estava sendo produzida. Os setores jornalísticos engrandeciam algo que tem um potencial limitado para o turismo, pois as praias de lagoas e lagunas não despertam a atração, de igual forma para as praias de mar. O ufanismo em torno do Laranjal pode ser lido na matéria intitulada “História em torno do Paraíso plantado às margens da Lagoa dos Patos. O Laranjal Será Transformado Numa Das Mais Belas Praias da América!” (DIÁRIO POPULAR, fevereiro de 1950).

No discurso da imprensa, a “natureza” também era usada como atrativo, procurava-se criar um processo de valorização imobiliária associada à ideia de beleza natural e sofisticação das moradias, “Onde a Naturêza Estazia! A praia do Laranjal – um recanto agradável e delicioso” (OPINIÃO PÚBLICA, 5 de maio de 1938, p. 7).

⁵⁴ O jornal Diário Popular, historicamente, é vinculado a grupos políticos específicos: primeiro, ligado a Arena e, depois, ao PDS. A família Fetter assumiu a liderança da empresa em 1949 e permanece até hoje. Não por acaso, encontramos propagandas “otimistas” com relação à criação dos balneários do Laranjal.

Um dos *folders* de propagandas dos terrenos trazia as seguintes palavras: “Vila Residencial Balneário Santo Antônio, Um suave declive sob a imensidão da lagoa a 6 km de Pelotas”.

Nesse aspecto, é importante salientar o papel da simbolização na efetivação das novas práticas sociais, conforme salienta Bourdieu (1992, p.LX), “a reelaboração simbólica que o discurso efetiva é parte integrante da realidade social e, por esta razão, tal realidade é constituída, ou melhor, determinada pela própria atividade de simbolização”. Assim, o litoral de Pelotas material e simbolicamente foi sendo incorporado à esfera do mundo capitalista, criava-se, em Pelotas um novo estilo de lazer e de moradia (segundas residências).

Segundo foi publicado no diário local, “o capital da grande organização deverá ser realizado nos meios capitalistas, comercial e industrial de Pelotas, e, outra parte, em Porto Alegre e Rio de Janeiro” (OPINIÃO PÚBLICA, 14 de dezembro de 1938, p. 4). O empreendedor tinha, como segunda estratégia, a construção de um Hotel Cassino no Balneário do Laranjal, “a uns 20 metros da praia será construído um cassino, com ótimo restaurante, pista de dança, salas de estar, etc.” (DIÁRIO POPULAR, 20 de janeiro de 1948).

Para a realização desse projeto, o empreendedor contava com a participação do empresário Antônio Dias da Costa, proprietário do Cassino da Urca. Este se propôs organizar uma empresa ou sociedade mercantil para a exploração do Hotel Cassino Balneário do Laranjal.

O cassino seria uma coisa muito atrativa para a época e para o empreendimento. Considerou-se o fato de Pelotas ter uma vida social muito ativa. A cidade sediava espetáculos, e orquestras que muitas vezes preferiam se apresentar aqui em nossos teatros do que em Porto Alegre. Este investimento não chegou a se concretizar, porque em seguida o presidente da época, proibiu os cassinos no Brasil. O prédio que abrigaria o Hotel Cassino do Laranjal seria onde hoje se situa a Galeria *Shopping* Mar de Dentro. (informação verbal)⁵⁵.

O depoente refere-se a um período em que os lazeres faziam parte de uma atividade coletiva, e não individual como hoje, na qual as

⁵⁵ Informação fornecida por Gilberto Demari Alves, em entrevista a autora.

pessoas em suas casas têm acesso a várias formas de entretenimentos eletrônicos. A cidade de Pelotas, pela sua posição geográfica, também se beneficiava culturalmente. Os espetáculos paulistas e cariocas que partiam, via navegação, em turnê para a região platina, tinham, nas cidades de Pelotas e Rio Grande, uma escala estratégica. Os navios atracavam nesses portos seja para o seu abastecimento, seja para a oportunidade de novos ganhos econômicos. As elites dessas cidades, por conta de seu passado, apresentavam uma tradição cultural marcante, fazendo com que os espetáculos tivessem grande público.

Assim, o Hotel Cassino do Laranjal seria um espaço para a realização de jogos, espetáculos artísticos e culturais, como ocorria nos cassinos dos balneários uruguaios, da praia do Cassino, no município de Rio Grande, e no Cassino da Urca, no Rio de Janeiro. Este último teve, como frequentadores, a alta sociedade do Rio e visitantes do mundo inteiro. Vários artistas se tornaram famosos, apresentaram-se nesse espaço, a exemplo de Carmem Miranda, Emilinha Borba, as irmãs Baptistas, Laurindo de Almeida, dentre muitos outros.

Um empreendimento no estilo do Hotel Cassino da Urca, associado ao espaço criado para segundas residências, asseguraria maior fonte de lucros ao empreendedor, acolhendo não só os veranistas, mas também os turistas, pessoas que, por diversos motivos, visitassem Pelotas. A ideia dos empreendedores era que o Laranjal ganhasse a valorização do solo à beira-mar, a padronização dos lugares, compromissada com uma felicidade capitalista que também estava posta na vontade de seus idealizadores.

O projeto dos promotores de vendas se apresenta como ocasião e local privilegiado: lugar da felicidade numa vida cotidiana miraculosamente e maravilhosamente transformada. [...] a ideologia da felicidade através do consumo, a alegria através do urbanismo adaptado a sua nova missão. (LEFEBVRE, 1960, p. 28-29).

Importante ressaltar que, apesar dos jogos terem sido proibidos no Brasil em 1946, havia uma esperança por parte de uma elite frequentadora de que as casas de jogos voltassem a funcionar. No entanto, conforme nos informou Ivone Assumpção⁵⁶, esse tipo de empreendimento não chegou a ser concretizado “meu pai acabou

⁵⁶ Filha do empreendedor Antônio Augusto de Assumpção Junior.

substituindo a construção do hotel-cassino, pela construção do Laranjal Praia Clube” como mostra a Figura 24.



Figura 24: Laranjal Praia Clube com imagem da sua piscina
Fonte: Foto da autora (2011)

Nesse espaço, funcionaria um centro de recreio para os seus associados, principalmente, durante a época de veraneio, não apenas com festas sociais, mas com concursos de mulheres bonitas e banhos de piscina.

A construção de piscina num clube localizado na praia estava relacionada a dois fatores. Primeiro, demonstra que os proprietários fundiários já sabiam da variabilidade das condições de banho na laguna, como veremos mais adiante (p. 121), devido ao problema de saúde provocado pela contaminação da água da laguna em 1948. Segundo,

evidencia certa autossesregação, pois o clube não era acessível a todos. Esse espaço marcava o território da elite, que procurava se isolar do “povão” que frequentava a praia. O clube foi inaugurado em 24 de fevereiro de 1954.

No que se refere à execução da ponte sobre o Arroio Pelotas, obra de suma importância para a realização do empreendimento, o Sr. Antônio Augusto contou com o apoio da municipalidade e da sociedade civil. Conforme apontam os autores Hall, Lumley, Mc Lennan (1983, p. 67), “na organização da hegemonia na sociedade capitalista, o bloco dominante mobiliza os órgãos tanto da sociedade civil como do Estado”.

A convergência de interesses entre as esferas públicas e privadas induz o Poder Público Municipal a ficar encarregado de construir a ponte sobre o arroio Pelotas na estrada para o Laranjal: “A municipalidade promete construir a ponte sobre o arroio Pelotas” (OPINIÃO PÚBLICA, 15 de dezembro de 1938, p. 4). Havia o interesse municipal em desenvolver o turismo histórico e cultural, já que, por conta de seu passado histórico, Pelotas herdou vários casarões situados no entorno da praça central.

No entanto, frente a uma demanda de serviços prioritários, a ponte é deixada em segundo plano pelo Poder Público Municipal, fazendo com que o empreendedor buscasse outros auxílios. Conforme noticiou o *Opinião Pública* (22 de maio de 1941, p. 4), o Coronel Cordeiro de Farias, em visita ao Laranjal, prometeu auxílio oficial com a ponte. As expectativas com a construção desta animavam a sociedade pelotense, que “há muitos anos ansiava para que a linda praia do Laranjal – esse maravilhoso recanto do nosso município, beijado docemente pela brisa fagueira da Lagoa dos Patos – tornasse um dia, na mais palpitante realidade” (OPINIÃO PÚBLICA, 20 de fevereiro de 1941). O investimento público com a ponte, apesar de ser divulgado nos meios publicitários, vai tornar-se realidade bem mais tarde.

As obras da ponte iniciaram em julho de 1947, com capital privado. Para a construção da avenida de acesso à praia, como apontou Soares (2002), foi doada parte dos terrenos de Luiz Assumpção, Edgar Maciel de Sá e Hugo Almeida. O autor aponta que essas doações de terrenos por esses proprietários foram planejadas e que suas terras obtiveram uma fabulosa valorização por parte da infraestrutura pública.

Neste período, centenas de carros e caminhões, conduzindo banhistas para o Laranjal, ainda cruzavam o arroio Pelotas a bordo das balsas. Aos domingos, formavam filas intermináveis, uma verdadeira “romaria” rumo ao Laranjal.

A necessidade de conclusão das obras da ponte do Laranjal foi noticiada por diversas vezes no Diário Popular, vindo mesmo a criar uma campanha em prol do apoio municipal para a obra. Em 1948, a municipalidade, sob nova administração, resolveu terminar a ponte. A lei orgânica do município⁵⁷, promulgada em 1948, indicava que “o município” deveria “fomentar o turismo, proporcionando condições de acesso à praia do Laranjal, onde seria construído um balneário com higiene e conforto”. Para isso seria conduzido à frente o projeto dos balneários e se realizaria a construção de uma ampla avenida arborizada para conecta-los à cidade, “tudo faz crer que a ponte para o Laranjal será, dentro em breve, uma realidade auspiciosa para os pelotenses” (DIÁRIO POPULAR, 25 de abril de 1948). Assim, ao se aproximar do período do veraneio, o Sr. Adolfo Fetter, vice-prefeito e futuro investidor no balneário, determinou que os trabalhos fossem acelerados.

Na Câmara Municipal, foi aprovado o projeto de lei que criou a cobrança de uma taxa de pedágio. O arrecadado seria destinado ao calçamento da estrada de acesso ao Laranjal, até que a prefeitura fosse indenizada das despesas com a construção da ponte e da estrada. Dessa forma, já no verão 1948-1949, o projeto de lei mostrava seus bons resultados, apesar de também existirem aqueles contrários ao pagamento do pedágio. Esses foram chamados de “pão-duro” pela imprensa, que considerou o valor de dez cruzeiros para a passagem de caminhonetes um valor simbólico. O argumento era que se tratava de um investimento com retorno ao povo pelotense, “vamos pagar o pedágio, pelotenses, sorrindo, sorrindo sempre” (ETCHEVERRY, 1997, p. 14). Contudo, a inauguração oficial da ponte só ocorreu em dezembro de 1948, sendo que a primeira etapa do loteamento foi protocolada pelo empreendedor no verão de 1949. A orla recebeu grande público nesse verão, como mostra a Figura 25.

⁵⁷ Lei orgânica do município de Pelotas, publicada, no Diário Popular, em 02 de abril de 1948.



Figura 25: Orla lagunar no verão de 1949.
Fonte: Ponto de Cultura UCPEL.

Em maio do ano seguinte, é lançada a Pedra Fundamental, marco do início do empreendimento Vila Residencial Balneário Santo Antônio.

A Figura 26 mostra a ponte de madeira sobre o arroio Pelotas já finalizada pela municipalidade, porém ainda sem o calçamento da estrada.



A PONTE DO LARANJAL ANOS 50

Figura 26: Ponte do Arroio Pelotas
 Fonte: Ponto de Cultura UCPel (1950)

A construção da ponte facilitou o trajeto às praias, atraindo um grande público, antes mesmo da solenidade de inauguração do primeiro loteamento e da própria ponte. Ainda, aguardava-se o término da construção das principais obras como logradouro público, posto policial, serviço sanitário, aramados e outros melhoramentos indispensáveis à aprovação do loteamento na Secretaria Municipal de Urbanismo. Conforme publicado nos jornais da época, o uso da praia, sem que as obras de saneamento da primeira etapa do balneário fossem concluídas, acabou por comprometer a qualidade da água para o banho na laguna e, de igual forma, a água dos poços de abastecimento doméstico. “Fica-se sabendo que a água do Laranjal está contaminadíssima, acusando vinte mil colibacilos” (ETCHEVERRY, 1948, p.18). O Centro de Saúde Municipal advertia e recomendava à população ter certos cuidados com as doenças propagadas pela água, “até ontem vinham os banhistas bebendo uma água impura e deveras perigosa para a saúde, tanto que o que colhemos já se verificaram alguns casos de tifo e muitas outras moléstias gástricas” (ETCHEVERRY, 1948, p. 18).

Contudo, esse é um ponto bastante importante para ser pensado. Teria sido realmente a demanda por veranistas, ao usarem a praia sem saneamento, que provocou a contaminação das águas da enseada do Laranjal em 1948, como apontavam os jornais?

Como no Rio Grande do Sul, antes da década de 1980, não havia a exigência de controle da qualidade das águas dos balneários e as pesquisas existentes eram restritas e pouco conhecidas, formulamos algumas hipóteses para pensar a questão acima.

É sabido que os recursos hídricos da cidade não recebiam nenhum tratamento⁵⁸. Através do canal São Gonçalo a Laguna recebia, além do esgoto doméstico, os dejetos da indústria charqueadora e, posteriormente, das indústrias que surgiram com o avanço tecnológico, o que permitiu o aproveitamento dos subprodutos da atividade principal (PESAVENTO, 1985). Dentre essas indústrias, destacam-se os curtumes, frigoríficos, fábricas de sabão, velas e de cervejas, além de inúmeras indústrias alimentícias, todas com grande emissão de efluentes com potencial poluidor.

Com a intensificação da urbanização do Pós – guerra, Pelotas cresceu sem dar conta dos serviços urbanos básicos, como o tratamento prévio dos resíduos, tanto de esgotos cloacais, quanto industriais. Esses dejetos urbanos, somados aos esgotos sanitários sem tratamento gerados pelos banhistas, significaram um grande volume de poluentes nesse trecho da orla. Os dejetos, por conta da formação geomorfológica, da dinâmica natural de circulação das águas, e de variáveis climatológicas, como regime de chuvas e direção dos ventos nos meses de verão, concentraram-se na enseada do Laranjal, provocando a contaminação dos balneários, já naquele período.

Os trabalhos de análises químicas das águas da Laguna realizados pela UFPEL, desde 1978, vêm comprovando que:

Os banhos não são aconselháveis na Barra da Lagoa. É que ali desembocam os dejetos de toda a cidade, via Canal São Gonçalo, o que deixa a água naquele local sem balneabilidade [...] Isto se deve à configuração geográfica do Laranjal. Exatamente nos dois principais balneários se forma uma enseada onde se acumula matéria orgânica, especialmente nos

⁵⁸ A questão do saneamento de Pelotas ganhou importância a partir da epidemia de cólera morbo ocorrida em 1855. [...] rapidamente propagou-se para a cidade através dos cursos d'água (SOARES, 2001,p.71).

meses de verão. (DIÁRIO POPULAR, 25 de dezembro de 1991).

No entanto, mesmo com os problemas com a falta de balneabilidade, o uso do balneário antecipadamente acabou trazendo outros transtornos aos veranistas e problemas para a municipalidade. Conforme consta no Diário Popular (25 de janeiro de 1949), “às seis horas da manhã já era muito difícil conseguir-se um lugar à sombra. Centenas e centenas de automóveis cortavam a estrada, uns desafiando o sangue frio dos passageiros, outros menos perigosos e outros ainda ‘atolados’ em plena areia”.

Dentre os problemas amplamente divulgados pela imprensa estavam: os que envolviam a saúde pública, o acesso às praias, saneamento e policiamento. O primeiro é retratado pelo depoimento de um veranista que se encontrava acampado à beira da praia: “Às segundas feiras, o mau cheiro é insuportável em certos lugares, os detritos orgânicos são jogados por toda a parte, mesmo até no meio da estrada” (DIÁRIO POPULAR, 25 de janeiro de 1949). Essa situação representou um enorme perigo à saúde pública de uma forma geral. Campanhas de vacinação contra a febre tifoide foram amplamente divulgadas nessa época.

O segundo problema refere-se ao acesso ao Laranjal. Esse ainda possui várias facetas, de um lado surgiram muitas reclamações por parte daqueles que não podiam desfrutar do novo lazer, seja por não possuírem veículos próprios e condições de pagar o ônibus para toda a família, seja por aqueles que desistiam por não conseguirem lugares nos primeiros ônibus. Por outro lado, também havia a falta de guardas de trânsito no município, o que gerava insegurança no trajeto:

Da ponte ao Laranjal, já não existe mais lei do tráfego. Grande número de motoristas mete-se em proezas [...] domingo último os moços que morrem de amores pela velocidade fizeram coisas de arrepiar os cabelos, principalmente depois da parte propriamente de areia. (DIÁRIO POPULAR, 25 de janeiro de 1949).

A dificuldade de acesso ao Laranjal foi contornada pelo poder público, que conseguiu uma licença na diretoria Estadual de Trânsito para o transporte de passageiros em caminhões, até que se organizasse um serviço completo de condução para a orla. Para isso, foi organizada

uma equipe de fiscais de trânsito que cuidaram da segurança no trajeto, contornando o problema de acesso às praias.

Um detalhe a salientar é que a ponte possuía horários de funcionamento. Depois das 21 horas, era fechada ao trânsito, a passagem era impossibilitada por ambos os lados. Isso provocou transtornos aos veranistas, visto que as balsas não funcionavam mais. Ocorreram casos de pessoas que adoeceram, necessitando de atendimento médico e remédios da cidade, o que foi impossível. Esse fato provocou reclamações ao executivo e Câmara de Vereadores. No entanto, o problema só foi resolvido em fevereiro de 1951, quando o vice-prefeito, o Sr. Adolfo Fetter, realizou a obra de uma estrada ligando o Barro Duro à localidade do Retiro, na BR-116. A produção do arroz deixaria de ser escoada pelo arroio Pelotas, passando a usar a nova estrada, liberando o acesso total da ponte.

Nesse caso, existia uma convergência de interesses entre o vice-prefeito e o loteador Antônio Augusto de Assumpção Junior, o que justifica o poder público municipal ter alocado verbas públicas para favorecer interesses particulares, maquiados pelas necessidades de uma elite. Mais tarde, o vice-prefeito compra grande parte desse empreendimento.

O terceiro problema diz respeito à ausência de saneamento, tanto da área urbana, quanto do loteamento, comprometendo a qualidade de vida no ambiente lagunar. Os relatos dos veranistas nos jornais mostram que as condições de higiene precisavam ser melhoradas com urgência e que a prefeitura, na tentativa de amenizar a questão, abriu fossas pelas adjacências da praia.

O outro problema apontado na época era a falta de policiamento no Laranjal. Nesse caso, como no verão não havia jogos de futebol, os policiais utilizados nos eventos esportivos passaram a auxiliar no patrulhamento do Laranjal.

Para por em prática seus planos de transformar sua propriedade no litoral de Pelotas num grande investimento, Antônio Augusto de Assumpção Junior contou com a participação de diversos associados e profissionais, dentre esses, o arquiteto uruguaio Juan Carlos Di Luca. Este participou, ajudando na elaboração do projeto e, depois, nas vendas dos lotes. Foi um grande “entusiasta” da ideia de transformar o Laranjal numa cidade balneária aos moldes das praias uruguaias. Ele se intitulava “organizador de balneários”, sendo um dos responsáveis pela realização do projeto do Balneário Santo Antônio.

Entre os profissionais técnicos envolvidos, está o engenheiro agrônomo Adolfo Bender, que foi responsável pela parte técnica. Esse

profissional orientou a drenagem das áreas de banhados e os aterros, trabalho dificultoso devido à baixa declividade do terreno, estando muito próximo ao nível da praia. Na abertura de ruas, o agrônomo procurou desviar algumas vias, para preservar as figueiras existentes, assim como ajudou no transplante de figueiras e coqueiros para a beira da Laguna. Bender também atuou nas vendas das unidades.

Os demais envolvidos no empreendimento são os Srs. Francisco Agrifóglia e Washington Peres Ortegui. O primeiro era chefe de vendas, o segundo é, também, uruguaio e entusiasta do empreendimento. Instalou escritórios em Buenos Aires e Montevidéu para a venda de lotes. Segundo consta em notas jornalísticas, esses dois senhores participaram juntamente com os proprietários fundiários representados por Antônio Augusto de Assumpção Junior, seu irmão Artur de Assumpção e o engenheiro agrônomo Adolfo Bender, de um estudo através do qual foi avaliado o potencial econômico do empreendimento para Pelotas.

Esse conjunto de agentes formava o grupo dos promotores imobiliários do Balneário Santo Antônio. Foram responsáveis por realizar o financiamento, estudos técnicos (engenheiros, economistas e arquitetos), contratação de firmas especializadas para as mais diversas etapas do processo produtivo, ou seja, a incorporação imobiliária⁵⁹, além de ocuparem-se com a comercialização dos lotes. Conforme Soares (2002, p.263), “algumas das primeiras sociedades imobiliárias da cidade foram constituídas pelos proprietários; ainda que progressivamente se perceba o domínio da sociedade de promotores profissionais na realização dos negócios imobiliários”.

Esses agentes tomaram, como exemplo, o caso de sucesso do Uruguai com a experiência do turismo, no mesmo período. No país vizinho, “O turismo é a principal ‘indústria’. Com praias colossais, bem organizadas, cheias de atrativos, contando com ótimos hotéis e cassinos” (OPINIÃO PÚBLICA, 1950). Logo eles concluíram que, “a circulação de capitais dependeria de dotar o balneário de todos os recursos necessários ao conforto e bem estar da população” (OPINIÃO PÚBLICA, 1950). Nesse sentido, como estratégia para tornar uma praia

⁵⁹ “A incorporação é a operação chave da promoção imobiliária, o incorporador realiza a gestão do capital-dinheiro na fase de sua transformação em mercadoria, em imóvel; a localização, o tamanho das unidades e a qualidade das edificações a serem construídas, assim como as decisões de quem vai construí-lo, a propaganda e a venda das unidades” (CORRÊA, 1989, p. 20).

de laguna atraente, além da construção do hotel cassino, previa-se a construção de:

Uma moderna “*Pelouse*” de tênis, dotada do que demais moderno existisse, com arquibancadas e etc; campo de Golfe, de acordo com os “*fields*” ingleses e norte-americanos, num terreno propício para a prática desse conhecido e aristocrático esporte; grande piscina; cancha de basquete e de vôlei (DIÁRIO POPULAR, 25 de fevereiro de 1950).

Estava nos planos do empreendedor desenvolver, na orla lagunar de Pelotas, uma urbanização diferenciada, capaz de atrair, inclusive, compradores da região platina. Dessa forma, como apontam os jornais da época, a cidade balneária estava planejada para ser dividida em dois mil lotes. A construção das casas obedeceria a estilos elegantes, “não permitiremos a construção de barracos. Todas as residências, antes de iniciado o trabalho, terão suas plantas submetidas à nossa apreciação” (DIÁRIO POPULAR, 25 fev., 1950).

Esse depoimento dos empreendedores ao jornal indica um projeto de loteamento bastante elitizado. A planta seria traçada de acordo com as mais recentes determinações do moderno urbanismo. Suas ruas convergentes seriam amplas e arborizadas, assim como fartamente iluminadas. Haveria um bairro comercial, contendo casas de diversões, escolas, igreja, jardins públicos e um moderno hipódromo, como também um lago artístico. A cidade balneária iria dispor de todas as instalações próprias, tais como água, esgoto, luz elétrica, policiamento e transporte urbano.

Com essas obras, o empreendedor pretendia não só produzir criar um espaço de segundas residências para o veraneio e fomentar o turismo para a orla lagunar de Pelotas, mas também criar uma comunidade balneária dotada com todas as infraestruturas e serviços urbanos, “Vamos possuir em breve, não um balneário apenas, para refúgio dos não menos abastados. Vamos ter a suprema satisfação de possuímos uma nova e moderníssima cidade, como muito poucas poderão existir no país” (OPINIÃO PÚBLICA, 20 de fevereiro de 1941).

Nesse ponto, chamamos a atenção para o fato de que o empreendedor, por ser um homem político, buscava preservar a sua imagem pública perante os eleitores. Assim, em algumas publicações, seus interesses particulares aparecem como uma grande obra para a

sociedade como um todo, não deixando os menos abastados de fora, como mostra a citação acima. Mesmo assim, a essência de seu projeto não seria alterada com isso. Dessa forma, quanto à comercialização, ficou acordado também que, tão logo a empresa fosse constituída, os terrenos seriam vendidos com preços diferenciados, atendendo as diferentes classes sociais. O respectivo pagamento seria em prestações mensais a longo prazo. Assim, os melhores terrenos foram sendo ocupados pelas classes de maior poder aquisitivo. As áreas mais baixas, por demandarem maior número de aterros e infraestruturas, eram mais baratas. Essas foram sendo ocupadas pela classe média. Quanto à ocupação por pessoas de baixo poder aquisitivo, veremos mais adiante, ainda neste capítulo, que essas ocupações ocorreriam duas a três décadas mais tarde, no Balneário dos Prazeres e nas áreas públicas à margem dos loteamentos do Laranjal – Vila do Trapiche e intensificação da Vila da Barra.

Entretanto, como foi criada uma grande “demanda” pelos promotores imobiliários e meios de comunicação, com as propagandas que bombardearam a opinião pública, antes mesmo da inauguração oficial do balneário, já havia vários proprietários de segundas residências. A população de alta renda, seduzida pelas propagandas da qualidade de vida e da natureza na orla lagunar, vai adquirindo uma propriedade no novo espaço. Apesar da proximidade existente entre o centro urbano e o litoral lacustre, “a procura tem ultrapassado a mais otimista das expectativas, pois, somente em dois dias, foram transacionados mais de cem terrenos” (DIÁRIO POPULAR, 5 de maio de 1950).

Conforme texto escrito pela Sr.^a Zilda Assumpção, esposa do empreendedor do balneário (sem data precisa) *apud* Mascarenhas (1994, p.13), “os preços iniciais dos terrenos foram de quatro e seis mil cruzeiros, passando imediatamente para doze, dezoito e vinte mil cruzeiros e ninguém mais seguiu a valorização e o progresso da Vila Residencial Balneário Santo Antônio”. Importante salientar que, no ano de 1952, quando foi inaugurado o referido balneário, o salário mínimo era de Cr\$ 1.200,00. Esse valor também sofreu reajustes nos anos seguintes, passando para Cr\$ 2.400,00 em 1954, e Cr\$ 6.000,00, em 1959. No entanto, com base nesses valores, podemos inferir que: a população de baixa renda não tinha muitas chances de adquirir uma segunda residência na praia.

Usando o *software* de atualização de valores disponibilizado no site da FEE, aplicamos o valor de Cr\$ 20.000,00, correspondente ao valor máximo de valorização dos terrenos do balneário, no início dos

anos 1950, perpassando as demais variações monetárias, e encontramos o valor equivalente a R\$ 15.838,18 na atualidade. Todavia, é preciso considerar que a região vivencia um *boom* imobiliário, possivelmente por conta dos investimentos no porto de Rio Grande, pela fatura de créditos fornecidos pela Caixa Econômica Federal, dentre outros fatores econômicos. Tal fato elevou os valores praticados no mercado imobiliário, na região, sobretudo nas regiões cercadas ou próximas à água (mar, lagos, rios), onde o *marketing* imobiliário cria um espaço de moradia de alto padrão, desenvolvendo um acesso desigual a esses recursos e belezas naturais.

Isso foi evidenciado, ao consultarmos os valores dos terrenos no Balneário Santo Antônio nos classificados do Diário Popular, “terreno Santo Antônio de esquina, uma quadra da praia, medindo 17x20 – R\$ 130.000,00” (03 jul. 2011).

O Laranjal, já no início de sua formação, mostrava a tendência de valorização dos terrenos, fazendo com que os proprietários de terras deixassem grandes vazios urbanos à espera de uma revalorização imobiliária.

Foi a partir de 1950, com a aprovação do novo plano de saneamento, que a cidade passa a mudar a sua morfologia. Sobre esse aspecto, Soares (2002, p. 276) aponta que, nesse período as famílias dos “terratinentes”⁶⁰ aproveitavam as intervenções públicas no momento de produzir um novo solo urbano. No processo de parcelamento, reservavam parte de suas terras para futuras promoções. Nesse período, além da criação do balneário, surgem novos bairros e vilas na cidade que, em 1950, já apresentava uma população de 127.641 habitantes (IBGE *apud* VIEIRA, 2005, p. 125).

A lógica da conversão da terra rural em urbana geralmente está ligada ao poder que os proprietários de terra exercem sobre os governos municipais. Segundo Corrêa (1989, p. 16), os proprietários fundiários estão particularmente interessados em obter a maior renda possível com suas propriedades. Para tanto, exercem pressão sobre o poder local, para que possam interferir nas leis de uso do solo e zoneamento urbano. “Estão particularmente interessados na conversão da terra rural em terra urbana, ou seja, têm interesse na expansão da cidade na medida em que a terra urbana é mais valorizada que a rural” (CORRÊA, 1989, p. 16).

⁶⁰ Conforme Soares (2002, p. 263), esses foram os principais agentes que atuaram nas promoções imobiliárias em Pelotas. “Trata-se de boa parte de imigrantes e comerciantes que haviam adquirido terras na periferia da cidade”.

Em 31 de janeiro de 1952, é inaugurada a segunda etapa do loteamento, com a oficialização da Vila Residencial Balneário Santo Antônio. Nesse dia, foram feitas as comemorações do grande empreendimento e a “abertura” da praia ao público. A programação incluiu uma missa homenageando Santo Antônio, nomeado Padroeiro do Balneário, e um baile na “Taberna da Lagoa”. Esse prédio era o de maior destaque entre as edificações da época, por ser amplo e possuir mesas embaixo de uma grande figueira localizada de frente para a Laguna dos Patos. Nesse local, passou a funcionar um bar e restaurante.

A construção do Balneário Santo Antônio marcou o início da transfiguração da paisagem natural do litoral de Pelotas. É importante salientar que no processo de construção do Laranjal, foi necessária uma série de intervenções no meio físico, demandando grandes somas de capital e soluções técnicas, como drenagem dos banhados e terraplanagens.

O litoral de Pelotas é considerado um dos espaços periféricos da cidade que mais possui áreas verdes, além das matas nativas, muitas outras foram plantadas. Na orla lagunar do Balneário Santo Antônio, foi plantado um “cordão” de figueiras e coqueiros (jerivás) transplantados das matas próximas (Figura 27).



Figura 27: Arborização da orla no Balneário Santo Antônio

Fonte: Museu Histórico Instituto Senador Joaquim Assumpção (1960)

Essas espécies sobrevivem, até hoje aos efeitos dos ventos de quadrante leste. No entanto, outras espécies foram sendo introduzidas pelos proprietários das segundas residências. É comum encontrarmos jardins e canteiros públicos com espécies exóticas, como o plátano, o álamo, o salso chorão, o eucalipto, a aroeira da praia e a oliveira. Conforme Diluca, “o Laranjal já é bonito por natureza [...] iremos, entretanto, aperfeiçoá-lo”. O que significava, nas entrelinhas, moldá-lo aos interesses capitalistas de seus proprietários e investidores, ou seja, a natureza estava sendo retrabalhada sob a forma de uma segunda natureza, a fim de proporcionar os fetiches, a sensibilidade do mercado e grandes lucros.

O loteamento possuía duas mil porções de terras, perto de mil e quinhentos metros de praia. Nesse espaço, estavam projetadas as obras de maior imponência do projeto, como o hotel cassino.

O empreendedor também doou terrenos. Áreas nobres do loteamento foram doadas para ordens religiosas como a Igreja Santo Antônio e a Mitra Diocesana, para entidades como o Laranjal Praia Clube e o Hospital Pronto Socorro. Tais obras foram erguidas logo após a inauguração do balneário.

Por motivos de saúde, Antônio Augusto de Assumpção Junior vendeu o loteamento Vila Residencial Santo Antônio ao vice-prefeito Sr. Adolfo Fetter, vindo a falecer anos após. Esse fato é comprovado pela citação do jornal:

O Sr. Adolfo Fetter firmou contrato de compra e venda com Dr. Antônio Augusto de Assumpção, adquirindo os terrenos da Vila Residencial Santo Antônio [...] inclusive no que diz respeito á vendas e cobranças das mensalidades de terrenos já adquiridos. (DIÁRIO POPULAR, 7 de abril de 1952)

A avenida à beira da Laguna recebe o nome de Av. Antônio Augusto de Assumpção Junior, homenagem póstuma ao fundador do primeiro balneário do Laranjal. Nesse período, o vice-prefeito criou uma sociedade para administrar os loteamentos, a Sociedade Praia do Laranjal Ltda., composta por ele, seus filhos, genros e nora.

Nessa, o Sr. Adolfo Bender entrou na condição de sócio. Um escritório de vendas foi montado no centro da cidade e, como forma de publicidade, disponibilizou-se um veículo, somente para levar os interessados em adquirir um lote para visitar o local.

O êxito do empreendimento demonstrou a demanda criada no período anterior, e as possibilidades financeiras incentivaram os outros herdeiros da família Assumpção a incorporarem também suas propriedades à cidade. No final da década de 1950, é criada: a Vila Residencial Balneário Valverde, aprovada em 1959, e o Balneário dos Prazeres, aprovado em 1960. Estes, mais o Santo Antônio formam a praia do Laranjal. A imagem aérea a seguir mostra o Balneário Santo Antônio e, ao fundo, a área de mata onde se situa o balneário dos Prazeres. Apesar da imagem não trazer a data, a fisionomia da ocupação é compatível com as informações captadas dos documentos nos anos 1960.



Figura 28: Balneário Santo Antônio

Fonte: Centro de Pesquisas e Documentos Nelson Nobre Magalhães (s/d)

Uma área nobre do loteamento residencial Santo Antônio não foi vendida para o vice-prefeito. Tal área corresponde ao empreendimento batizado de Colina Verde, construído em local topograficamente privilegiado, pois ocupa um dos terrenos de maior altitude. Esse loteamento foi executado pela Sr.^a Zilda Assumpção, esposa do fundador do balneário Santo Antônio, sua filha Ivone e seu genro Gilberto Demari Alves. O projeto teve início em 1978 e foi concluído em 1982. Conforme relato de Ivone Assumpção, “nesta época a postura municipal exigia calçamento, instalação de rede de água e de eletricidade, além de arborização. Deste loteamento foi destinado um

terreno para o SANEP, para a Escola Estadual Edegar Fetter e uma praça”. A depoente refere-se à Lei Nº 6766/1979⁶¹.

Sobre os balneários Valverde, Prazeres e o loteamento Pontal da Barra, não encontramos materiais publicados em jornais com a mesma frequência e entusiasmo por parte dos loteadores, quando houve comparação com o Balneário Santo Antônio. Isso, por não se tratar mais de um grande evento. Também, não obtivemos o acesso necessário aos documentos que fazem parte da construção dos três primeiros, pois a Prefeitura Municipal carece de uma estrutura organizativa que possibilite a localização da documentação com sistema de busca.

. Essa tarefa é, muitas vezes, relegada a estagiários que, por falta de conhecimento, não prestam as informações necessárias. Em virtude desses fatos, tivemos certas dificuldades em reconstituir o processo de formação dessas áreas.

3.2 A FUNDAÇÃO DA VILA RESIDENCIAL BALNEÁRIO VALVERDE

A Vila Residencial Balneário Valverde foi criada pelo Sr. Arthur Augusto de Assumpção, irmão de Antônio Augusto de Assumpção Junior, proprietário das terras batizadas de “Vila Juditte”, uma homenagem a sua esposa. A concessionária de vendas é a firma criada por ele, Arthur A. de Assumpção & Cia Ltda. No ano de 1958, esse proprietário deu início ao loteamento, ocupando uma gleba de terras com 942.229,894 m², no formato de um trapézio. Tal empreendimento, conforme consta no memorial descritivo, possuía um total de 74 quarteirões e 1.423 lotes. Quanto à distribuição dos quarteirões e lotes, houve a preocupação do loteador em conseguir a melhor orientação e o resguardo das futuras residências de ventos que assolam essa parte do Laranjal em determinadas épocas do ano.

⁶¹ De acordo com a Lei do Parcelamento do Solo Urbano, Lei Nº 6.766/79, no artigo 2º § 1º e 2º:

§ 1º. – Considera-se loteamento a subdivisão de gleba em lotes destinados à edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes.

§ 2º. – Considera-se desmembramento a subdivisão de gleba em lotes à edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique na abertura de novas vias e logradouros públicos, nem no prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes.

Também, foram destinadas terras para avenidas, ruas, espaços verdes e praças. Previam-se futuros usos relacionados aos cultos religiosos, uso educacional, recreativo, comercial, sanitário e policial. Um acordo entre a prefeitura e o empreendedor liberou uma área para a construção de mais um clube esportivo no Laranjal. Em janeiro de 1963, foi fundado o Valverde Praia Clube.

O projeto foi aprovado pela prefeitura em dezembro de 1959, com prazo de quatro anos para a regularização das obras discriminadas no projeto. Não tendo concluído todas as obras do projeto, o proprietário pediu uma prorrogação. Esta foi concedida pela prefeitura, com vencimento em 16 de outubro de 1971.

Observamos que, passados 24 anos, mesmo não tendo efetuado as obras da primeira etapa do loteamento, o empreendedor iniciou a segunda, a do loteamento denominado “Novo Valverde”. Segundo consta em documentos da Secretaria Municipal de Urbanismo, a regularização do projeto foi sendo prorrogada até 1982. Neste ano a segunda etapa do loteamento foi indeferida pela prefeitura municipal, pôr estar o mesmo em péssimas condições, faltando bueiros, estabilização das ruas e escoamento pluvial.

Assim, os empreendedores tentaram um acordo com a secretaria municipal de urbanismo, foi feito um adendo ao termo de compromisso, no qual 31 lotes foram hipotecados em garantia do término das obras. Dessa forma, no ano de 1983, foi feito um termo de liberação parcial do loteamento, ficando os lotes para as construções, e sua entrega final, no prazo de seis meses, com a execução das seguintes obras: patrolamento das ruas e estabilização do solo, se fosse o caso, ficando os 31 lotes ainda caucionados como garantia.

Em 1985, é criada a Lei Nº 2944/85 que autoriza a prefeitura municipal a receber como doação em pagamento das obras de infraestrutura da segunda etapa do loteamento Valverde, lotes constantes da escritura de hipoteca. Com a transferência dos lotes e a execução das obras pela administração municipal, o loteamento pôde ser totalmente liberado.

Nos arquivos da Secretaria de Urbanismo (SEURB), encontramos uma pesquisa realizada durante a gestão do Partido dos Trabalhadores, em 2002, cujo objetivo era regularizar a situação dos lotes do Novo Valverde. Conforme a pesquisa realizada em material arquivado pela SEURB:

Não foi possível distinguir, em nível de aprovação se as duas etapas obtiveram

aprovação simultaneamente, como um todo e só a execução é que ocorreu em momentos diferentes, ou se existiu algum requerimento de aprovação posterior, da 2^o etapa. [...] e que após a criação da lei 2988/85 não foi mais encontrado nenhuma informação a respeito do referido loteamento. (SEURB, 2002).

Dos lotes caucionados, há o registro dos imóveis em nome do Município, no entanto, em vistoria realizada pela SEURB, a mesma constatou que a maior parte dos lotes caucionados possuem construções, e somente três encontram-se baldios. Por tratar-se de um loteamento já entregue, a SEURB entende que a regularização seria inviável e que, nesse caso, compete ao setor zelar pelo sistema viário do loteamento.

O Balneário Valverde ocupou áreas de banhados, descaracterizando o ambiente natural e trazendo transtornos aos novos proprietários. Tais terrenos não receberam a execução adequada das obras de terraplanagem. Estes nos períodos de chuvas mais intensas, estão sujeitos a alagamentos em ruas e casas.

De uma forma geral, o Balneário Valverde e principalmente o dos Prazeres receberam menores investimentos e possuem pouca infraestrutura. No entanto, propiciaram grandes lucros aos seus empreendedores, que investiram pouco e lucraram com o diferencial da renda das terras: estas, de valor agrícola, passaram a ter valor de área aprazível voltada ao mercado imobiliário de lazer e turismo.

3.3 A FUNDAÇÃO DO BALNEÁRIO DOS PRAZERES

As terras que deram origem a Vila Residencial Balneário dos Prazeres, faziam parte da Estância Nossa Senhora dos Prazeres, pertencente ao casal Luiz de Assumpção e Amélia Augusta Assumpção de Assumpção. Esse loteamento foi idealizado por Luiz de Assumpção. De acordo com o memorial descritivo, o loteamento teve início em 1953. Por motivos de saúde quem dá continuidade ao empreendimento é seu genro, Dr. José Ottoni Ferreira Xavier. A área foi de 1.412.019 m², incluída, na mesma, a porção ocupada pelo logradouro público. A área a cima foi dividida em 76 quarteirões, de um modo geral retangulares com 1.522 lotes de 13 m de testada por 33 m de fundo, e duas áreas destinadas a clubes de esportes.

Nesse balneário, os aspectos naturais não foram considerados na escolha dos sítios a serem loteados. Havia uma ausência na integração

com os fatores naturais, disso decorrem hoje parte dos problemas urbanos e ambientais desse balneário, conforme apresentado no capítulo anterior.

Como consta em Escritura Pública de Doação, os proprietários doaram para o Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas - SANEP um terreno, em contrapartida, órgão público teria a responsabilidade de arcar com a distribuição de água potável para o restante do loteamento. Nesse acordo, o loteador e os futuros herdeiros ficariam isentos de toda e qualquer responsabilidade pelo cumprimento dessas obrigações. Tal fato, por si só, já evidencia a falta de comprometimento e preocupação dos loteadores com o novo espaço de moradias fixas ou temporárias por eles criado.

Assim, o SANEP foi o responsável pelas perfurações de poços artesianos na tentativa de solucionar o problema de abastecimento de água. O problema da escassez de água nos balneários foi amenizado, arrastando-se até os anos 1990.

Dos balneários, esse foi o que menos se preocupou com divulgações, pois, para ele, não havia grandes projetos urbanísticos. Isso nos leva a crer que seus loteadores não estavam interessados em investir capitais para promover qualidade do lugar, estando mais empenhados em obter lucros com seus lucros através da venda dos lotes. Os loteadores não estipulavam padrões de residências, tampouco lhes interessava a classe social que estava adquirindo os lotes, porque a demanda por segundas residências já teria sido preenchida pelo balneário Santo Antônio.

Uma ampla área de mata que margeia a Laguna nesse balneário foi doada à municipalidade como logradouro público. Esse espaço passou a ser ocupado por veranistas que apenas frequentavam a praia sem condições de pagar por um terreno ou aluguel, optando pelo *camping*, ou por aqueles que não tinham interesse em adquirir uma casa de praia e frequentavam o Balneário dos Prazeres, por este possuir maior beleza natural, sombra e uma água mais confiável.

O balneário dos Prazeres, por possuir maior área de matas, sempre foi considerado o mais bonito de todos. No entanto, recebeu menos investimentos com infraestrutura, tanto por parte dos loteadores, quanto pela municipalidade.

Conforme aponta Voivodic (2007 apud MACEDO, 1993), nas zonas costeiras, as ocupações são voltadas bem mais para a exploração dos valores paisagísticos ligados à praia e ao mar, e que “os demais valores paisagísticos, como barras de rios, manguezais e matas, não são objetos de atenção imediata nem para o empreendedor, nem para a

maior parte do público consumidor e são eliminados quando necessário”. Como foi publicado no *Correio do Povo* (31, jun., 1979) o balneário dos Prazeres “reúne por tradição, pessoas de mais baixa renda e geralmente de cor”. Com base na análise da paisagem desse balneário, conforme apresentado no capítulo anterior, a informação do *Correio do Povo* de 30 anos atrás continua atual.

Seja por preconceito de classe e de cor, seja pela concentração de pessoas de classe média-alta que representam o Santo Antônio e Valverde, o fato é que o Poder Público Local simplesmente não olha para esse balneário de igual forma que os outros dois. Como salientou Matozzo, que é morador do local e foi vereador, em matéria da imprensa local, “Isso só pode ser descaso. O Laranjal, como praia, é composto pelos três balneários e somente dois recebem as atenções do poder público” (DIÁRIO DA MANHÃ, 01 de fevereiro de 1994, p. 8).

3.4 PONTAL DA BARRA

Conforme apresentamos no capítulo anterior, o Pontal da Barra é o trecho de orla mais problemático em termos de ocupação e uso do solo. Além disso, possui três áreas bastante distintas.

Entre elas, a mais antiga é o núcleo de pescadores tradicionais da Barra, que se situa na divisa entre os terrenos particulares e as áreas de Marinha na beira da Laguna e margem do Canal São Gonçalo. Não encontramos registros do início desta ocupação; contudo, os relatos apontam que é bastante antiga.

Em visita ao Pontal, conversamos com a proprietária do único bar do local e esposa de pescador. Ela informou-nos que mora ali há 28 anos e que, quando chegou, já havia um grupo de pescadores lá instalados. Essa informação nos é confirmada pelo depoimento de um dos ambientalistas entrevistados. De acordo com ele, essas ocupações irregulares são anteriores à fundação dos balneários do Laranjal (1952) e, ali, funcionava um entreposto pesqueiro. Sobre tal estabelecimento, um pescador do local nos relatou que, devido à falta de luz, sem ter como armazenar o pescado, os atravessadores vinham de barco e levavam o produto para as fábricas em Rio Grande. Somente com as obras nas vias de acesso à orla, por conta da fundação dos balneários, é que algumas pessoas passaram a buscar peixe e camarão na Barra. Isso, quando a dinâmica lagunar não destruíra a estrada de acesso que beira a laguna, como foi o caso que levou o vereador Valdir Rodrigues, conhecido como Boião e comerciante no balneário Santo Antônio,

representante de uma parcela de eleitores moradores do Laranjal, a solicitar providências para o caso. Segundo ele:

O acesso à vila dos pescadores da barra continua difícil e só pode ser feito a pé ou de charrete. Há duas semanas, o nível do canal São Gonçalo e da Lagoa dos Patos com as constantes mudanças na direção do vento, subiu mais de um metro e acabou destruindo a estrada. É necessário uma providência ainda esta semana. Cerca de 3 mil quilos diários de pescados estão comprometidos pela falta de acesso à Barra dos pescadores. (DIÁRIO POPULAR, 28 de novembro de 1997).

Essa comunidade de pescadores vive aquém do modelo modernizador e padronizador desenvolvido na cidade. Apesar do estilo de vida tradicional, alguns sonham com os confortos do modo de vida urbano, como nos relatou a comerciante entrevistada, “com a construção do Hotel haverá a possibilidade de ligarem a luz até aqui, aí, finalmente eu vou poder comprar uma geladeira”. A depoente refere-se aos projetos de urbanização do Pontal da Barra apresentados no capítulo anterior. Apesar de o Pontal da Barra fazer parte do perímetro urbano desde 1980, os moradores do núcleo de pescadores não possuem luz nem transporte público. O ônibus que faz o trajeto centro-bairro e vice-versa, vai até o loteamento Novo Valverde. Tal fato tem dificultado o acesso das crianças e adolescentes à escola, pois, muitas vezes, durante o inverno, a estrada de acesso, além de escura, é coberta pelas águas da Laguna que avançam devido à ação dos ventos.

Por tratar-se de uma ocupação em área da Marinha, a competência quanto à cessão de uso é somente da SPU. Isso contribui para que não haja nenhuma ação efetiva no território. Assim, a comunidade segue seu ritmo, até que novos empreendimentos surjam próximos a ela, levando infraestruturas até o local.

A segunda ocupação do Pontal da Barra já é mais ofensiva e ameaçadora das qualidades e funções dos banhados e matas palustres ali existentes. Trata-se de um loteamento residencial que, desde o seu início, nos anos 1980 gerou grande polêmica. Segundo Selmo e Asmus (2006, p.32), “a primeira empresa a explorar a área foi a Bureau de Pesquisas e Serviços Promocionais Ltda. que atuou nas vendas dos lotes em 1984, já com algumas destas unidades situadas dentro de banhados e matas nativas”.

Conforme nos relatou o ex-prefeito e atual empreendedor imobiliário do Pontal da Barra Sr. Irajá A. Rodrigues a área pertencia a um grupo de uruguaios que iniciaram o projeto de construção da “Cidade Balneária do Pontal da Barra”. Eles haviam adquirido a área mediante a compra da família Assumpção. Como não conseguiram levar adiante a venda dos lotes, venderam os mesmos e retornaram para o Uruguai. Irajá, juntamente com um sócio, comprou o empreendimento já de terceiros, em 1990. Juntos, fundaram a empresa Pontal da Barra – Loteamentos, Mineração e Negócios Gerais Ltda., dando continuidade ao empreendimento imobiliário que passou a chamar-se Loteamento Pontal da Barra. A documentação para a regularização foi encaminhada aos órgãos ambientais responsáveis e, com base no acordo de que uma parte da área do banhado deveria ser preservada, a licença de instalação foi concedida pela FEPAM ao empreendimento.

Segundo o empreendedor, as obras de drenagem e aterros no local geraram denúncias junto ao Ministério Público Federal, por parte de um grupo de ecologistas, por motivações políticas, com o intuito de prejudicá-lo, tendo em vista a sua trajetória pública.

Tais denúncias geraram a abertura de um inquérito civil junto ao Ministério Público Federal, levando a julgamento judicial a FEPAM, pela licença concedida, e os empreendedores, pelos aterros no banhado.

Sobre a situação vivenciada, no Pontal da Barra, no final dos anos 1990, Eugenio Antunes, morador do Laranjal, biólogo, professor da UCPel, ex-presidente da Associação Pelotense de Biólogos (APEB) e um dos participantes da campanha pela criação da APA das Lagoas, declarou, ao jornal Diário da Manhã, os danos ambientais causados pelo Loteamento Pontal da Barra e pela falta de respeito como é tratado o COMPAM. Conforme Eugenio:

O ex-prefeito Irajá Rodrigues nos considera como pseudo-ecológicos ou atribui a contestação a infundadas perseguições. [...] com a área que está sendo aterrada estamos perdendo riqueza ambiental. O banhado funciona como uma esponja, e a drenagem é condenável [...] verbas previstas para ações do COMPAM não tem sido repassadas, o que dificulta abrandar o desequilíbrio. (DIÁRIO DA MANHÃ, 15 de março de 1998).

Conforme apontado no capítulo anterior, mesmo após um grande debate técnico, no qual o pontal da Barra foi declarado área de banhado

por especialistas, a visão econômica prevaleceu na decisão judicial. O juiz julgou a ação improcedente, posicionando-se a favor da manutenção dos loteamentos residenciais.

Diante desse fato, a empresa em questão não só passou a interferir na dinâmica hidrológica do banhado, como tenta a execução de outros projetos no local. Em 2003, o empreendedor solicitou junto à SQA a licença prévia para a construção de um “pesque e pague” na área “não loteável” do loteamento Pontal da Barra. O parecer da SQA nº 004/2003 indeferiu o pedido com os seguintes termos:

Não encontramos justificativas, sob o ponto de vista da racionalidade que justifique a aprovação deste projeto. Primeiramente é necessário destacar que o próprio loteamento pontal da Barra obteve licença ambiental em um julgamento judicial de conteúdo tecnicamente duvidoso, sem a realização de prévio EIA-RIMA, em área de banhado. [...] No próprio processo de aprovação do projeto, amplamente questionável sob o ponto de vista legal. A área em apreço em virtude de seus atributos biofísicos foi declarada como solo não edificável. Por fim, trata-se de pedido que pretende avançar sobre área cuja destinação inicial era para área de uso público, ou seja, destinação essa que não pode ser alterada em face do disposto na Lei Federal 6766/79. (SQA, 2003).

Outro projeto desse empreendedor diz respeito a um “grande empreendimento” para o Laranjal, trata-se de um complexo turístico tipo *resort*. A documentação para as licenças desse empreendimento, como mostra o capítulo anterior, encontra-se em processo de análise nas secretarias do Município.

A terceira área de ocupação do Pontal da Barra é a Vila do Trapiche, uma ocupação “irregular” (do ponto de vista da propriedade fundiária), situada na estreita faixa de terras paralela à Laguna pertencente à municipalidade. Essa ocupação tem o agravante de estar entre o loteamento e *resort* e a laguna.

Não encontramos registros do início dessa ocupação. Porém, ao conversarmos com alguns moradores, obtivemos o relato de que essa vila é um lugar de passagem. As pessoas chegam ficam um tempo e, ao

surgir uma oportunidade melhor de residência e/ou trabalho, vão embora. Dessa forma, os primeiros moradores já não se encontram mais, inviabilizando uma reconstituição histórica da mesma. Dos atuais moradores, os mais antigos estão há mais ou menos 20 anos no local. Contudo, nesse período, muitas pessoas já passaram por lá, como nos relatou uma de nossas depoentes, comerciante e moradora desse local.

Essa vila, conforme descrita no capítulo anterior, apresenta aspecto degradado. Ela é resultado dos processos de produção social que restringiram às condições de acesso à moradia para uma parcela da sociedade. O que diferencia essa vila de outras áreas de exclusão da cidade é que se situa junto à orla. A localização é considerada uma vantagem locacional também para quem a ocupa irregularmente, pois, nesse caso, há a possibilidade de os moradores exercerem a pluriatividade como meio de sobrevivência.

No entanto, essa comunidade está em processo de reterritorialização, por conta da revitalização desse espaço. Nesse sentido, consideramos importante ressaltar que o fato de a vila ser um local de passagem dividiu a posição dos moradores, quando notificados a deixar o local. Havia o grupo dos moradores que aceitou a propostas do Município e os que tentaram barganhar algo melhor. Em visita ao local, percebemos que os mais antigos são os que valorizam mais o lugar, já possuindo uma identidade territorial, enquanto os moradores mais novos são iludidos pelas políticas compensatórias de moradias populares dos governos. Estes não só se conformaram com a ideia de um novo local de moradia, como também se iludiram em ao pensar que iriam ganhar uma casa.

Sobre essa situação o jornal Diário Popular, administrado por familiares do atual prefeito, deu ênfase em sua matéria sobre o assunto, aos moradores satisfeitos com a transferência para o novo local, mesmo sabendo da existência da posição contrária. O uso da imprensa para reforçar as ações do Estado na hierarquização urbana em favor do mercado imobiliário formal novamente se repete.

3.5 UMA PAISAGEM NADA ELEGANTE: DA CIDADE BALNEÁRIA AOS LOTEAMENTOS PRECÁRIOS

O grande problema do Laranjal é que suas praias ainda não merecem a rigor, a designação de balneários, trata-se na verdade de uma praia por urbanizar. (DIÁRIO POPULAR, 25 de janeiro de 1989).

As metas de urbanização, conforme proposto no projeto inicial dos balneários do Laranjal, não só tardaram a acontecer como ainda estão incompletas, fazendo valer a epígrafe acima para o momento atual.

Os jornais locais de diferentes períodos trazem, com frequência, matérias com críticas às administrações públicas municipais e estaduais, muitas reivindicações em infraestruturas para melhorar a qualidade de vida nos balneários. Tais reivindicações partem dos moradores dos Balneários Santo Antônio e Valverde. Esses, na sua ampla maioria, fazem parte das classes sociais com poder aquisitivo médio e alto. Destacamos a presença de muitos profissionais liberais, como: professores, funcionários públicos, advogados, médicos, jornalistas, arquitetos, dentre outros. Portanto, são pessoas capazes de se fazer ouvir quando reivindicam melhores condições de infraestrutura urbana. Nos jornais, também aparecem muitas ações da municipalidade nessas áreas, no entanto sem resolver os problemas estruturais.

Com base nessa constatação, este item traz um breve olhar na história da produção do espaço urbano do Laranjal, a partir de pesquisas em jornais locais como o Diário Popular, Diário da Manhã, Opinião Publica e a Coleção Cadernos de Pelotas José Vieira Echeverry – Laranjal v. 2 (1948-1970), v. 3 (1982-1992), v.4 (1993-1996) e v. 5 (1997 e 1998).

A Figura 29 revela a extensão da Avenida Antônio Augusto de Assumpção Junior, apesar de a imagem não apresentar data, pelas características da paisagem, imaginamos que corresponda ao final dos anos 1960 ou início dos anos 1970. Esta paisagem mostra-se bem distante da imagem propagandeada pelos empreendedores imobiliários, nem ao menos, possui um passeio público adequado.



Figura 29: Avenida Antônio Augusto de Assumpção Junior
Fonte: Centro de Pesquisas e Documentos Nelson Nobre Magalhães (s/d).

Observamos, na imagem acima, que a avenida à beira da Laguna não possuía sinalização para pedestres, as pessoas circulavam por entre os veículos e bicicletas. Como não havia obstáculos (meio fio), frequentemente os veículos estacionavam sobre as areias, diminuindo os espaços disponíveis para o público. A falta de pavimentação nas ruas, em dias secos, levantava muito pó em direção às residências. Para os moradores, as chuvas traziam os transtornos do barro, também não havia lixeiras, o lixo era jogado no chão.

Se, no principal “cartão postal” da orla, a situação mostra-se precária pela falta de obras de infraestrutura e de serviços, podemos imaginar a situação das ruas secundárias. Estas apresentam os graves problemas de esgoto a céu aberto, alagamentos, falta de pavimentação e iluminação. Nesse período, ainda havia muitos lotes no Balneário Valverde à espera da construção das obras do projeto, para ser liberado pela prefeitura. A demora na conclusão das obras provocava transtornos ao dia-a-dia no lugar, gerando reivindicações por parte dos moradores fixos e veranistas.

Os loteadores diziam-se preocupados com as questões ambientais, estando muito à frente de seu tempo, por arborizarem a orla da praia e preservarem algumas unidades de figueiras centenárias. No entanto, não se preocuparam em instalar uma rede de tratamento de

esgoto. O não tratamento adequado do esgoto cloacal do Laranjal é um agravante na contaminação dos mananciais subterrâneos e das águas dos balneários.

Nesse sentido, consideramos relevante enfatizar a persistência da falta de balneabilidade desse estuário, identificada e divulgada para a sociedade pelo Governo do Estado a partir dos anos 1980, com coletas realizadas nos meses de verão.

Conforme a pesquisa de Pessoa (2008), que avaliou os valores médios, mínimos e máximos de quantidade de coliformes fecais, em cada balneário do Laranjal, no período de 1986 a 2007, e o conhecimento que temos do lugar, a balneabilidade das praias do Laranjal, muito cedo, foi comprometida. São raros os períodos em que a água encontra-se própria ao banho. Dos pontos de coleta, o Balneário Valverde é o que apresentou as piores médias, por um período de tempo maior. “Em 12 anos de amostras, 10 apresentaram valores médios de coliformes fecais acima do limite, o que representa mais de 83% das amostras com classificação impróprias para o banho” (PESSOA, 2008, p. 56)

As obras de tratamento de esgoto do Laranjal ainda são incompletas. Somente após quase seis décadas da fundação dos balneários é que o poder público local vai buscar resolver uma parte do saneamento das praias. Porém, a inexistência de banheiros públicos ainda prevalece, como apresentado no capítulo anterior.

Em 1976, Pelotas elege, pela primeira vez, o prefeito Irajá Andara Rodrigues (MDB), oposição à velha aristocracia agrária que se mantinha, até então, no poder. No ano de 1979, com a reforma partidária nacional, que extinguiu o bipartidarismo vigente no cenário político – partidário local, o ex-prefeito integra-se ao PMDB. Frente a muitas de suas propostas, o Laranjal também ganha destaque em sua política. No início de seu primeiro mandato, realiza obras de melhorias no acesso à orla da laguna. A Av. Ferreira Viana é refeita, e a Av. Adolfo Fetter é pavimentada em suas duas pistas. Outra intervenção do então prefeito no Laranjal ocorreu em 1980. É quando foi aprovado o II Plano Diretor, Lei Nº 2565/80. Com a nova lei de zoneamento, o Laranjal foi incorporado ao perímetro urbano da cidade. Ao ser tratado como um bairro da cidade, teria maiores chances de receber mais equipamentos e serviços urbanos necessários a sua estruturação.

Essa lei também instituiu as Zonas de Preservação Permanente Legal – ZPPL do município. Assim, ficou proibido o parcelamento e a edificação em áreas ocupadas por florestas e demais formas de vegetação naturais situadas ao longo dos rios, lagos, lagoas, nascentes,

vegetação de dunas e outras formações naturais, conforme consta no Código Florestal. No novo Plano Diretor, o Laranjal passou a pertencer à Zona Paisagística Natural Leste.

Uma primeira preocupação ambiental por parte do poder público municipal com o ambiente natural da orla é evidenciada, ainda que, na prática, tal zelo não funcione muito bem, pois, nesse caso, o interesse em restringir o uso do espaço está na possibilidade de criar uma dinâmica espacial. É importante ressaltarmos que o reconhecimento do valor ambiental de determinadas áreas fomenta novas perspectivas de exploração econômica.

Por conta dos loteamentos dos balneários, no trajeto cidade-praia formaram-se grandes vazios urbanos⁶². Muitas dessas terras pertenciam aos familiares dos loteadores. A incorporação do Laranjal à cidade e as melhores condições de trafegabilidade nas avenidas de acesso geraram um processo de expansão territorial para a zona leste. As inúmeras áreas que permaneciam sem construções, ou “vazias”, “valorizando-se” em face de sua localização, aos poucos vão sendo preenchidas. A respeito da localização:

Há consenso que o espaço urbano é produzido - todo o espaço social o é [...] é produzido pelo trabalho social despendido na produção de algo socialmente útil. Logo esse trabalho produz um valor. [...] Esse valor é dado pela localização dos edifícios, ruas, praças, pois é essa localização que os insere na aglomeração. (VILLAÇA, 1998, p. 72).

A localização exerce um relevante papel no processo de uso e apropriação do espaço, podendo ser entendida como a condição na divisão socioeconômica e socioespacial da cidade. Assim, a partir dos primeiros investimentos públicos no trajeto centro-praia, os terrenos adjacentes a esse trecho sofreram uma valorização e foram sendo ocupados pelos segmentos sociais de maior poder aquisitivo. Esses investimentos serão apresentados mais adiante, no item 3.5.1.

Apesar de o Laranjal iniciar os anos 1980 como área urbana da cidade, seu processo de urbanização é bastante lento. Em 1982, é instalada a primeira farmácia, com atendimento 24 horas e serviços de

⁶² Consideram-se vazios urbanos as áreas parceladas ou não, localizadas em meio à malha urbana, não possuindo nenhum tipo de ocupação ou encontrando-se subutilizada (EBNER, 1997).

enfermagem. Apesar de uma área do loteamento ter sido destinada à construção de um hospital, este não chegou a funcionar, o prédio passou a ser abrigo de menores, e o Laranjal só vai ser contemplado com um posto médico em 1985.

Na tentativa de tornar a praia mais urbanizada e atrativa, no ano de 1984 uma licença é concedida para a exploração econômica da orla. São instalados *campings* no Balneário dos Prazeres e vários *trailers*, destinados ao comércio de alimentos e bebidas nas areias dos balneários Santo Antônio e Valverde. Tais instalações de exploração econômica da orla ocorreram sem que houvesse uma fiscalização nas suas condições ambientais de funcionamento. Isso mais adiante resultou em conflitos socioambientais.

O contexto da instalação dos comércios na beira da praia foi marcado pela necessidade de urbanizar o Laranjal e incentivar o turismo na cidade. Nesse período, as questões ambientais eram consideradas como uma postura contrária ao “progresso”. Ainda hoje, encontramos, junto aos órgãos públicos, argumentos de que a questão ambiental impede o desenvolvimento, fazendo com que haja permissividade para ocupações em áreas de preservação ambiental.

No balneário dos Prazeres, algumas figueiras tombaram devido à dinâmica lagunar e por estarem com suas raízes apodrecidas. O assunto foi retomado pelo poder público local somente em 1991, quando foi realizada uma endocirurgia nas figueiras. Esse é um trabalho de restauração e revitalização das raízes com base na raspagem do material apodrecido ou queimado das árvores, para uma posterior colocação de calda bordalesa e fechamento da cavidade com cimento e areia. Na reportagem, o arquiteto responsável pelo projeto solicita que “as pessoas não façam churrascos nos troncos das árvores, nem tão pouco, acendam velas, utilizadas em trabalhos religiosos nas proximidades das figueiras, pois isso contribui para o apodrecimento” (DIÁRIO POPULAR, 25 de dezembro de 1991).

Observamos que a falta de sensibilização com o ambiente natural acompanha a evolução do uso da praia e de seu entorno pela sociedade pelotense, dadas as informações do período atual no capítulo anterior.

No ano de 1992, o D.P. publica um parecer sobre a Assembleia do “Todo o poder emana do povo”⁶³, realizada no clube Oasis, no Balneário dos Prazeres. Nessa, foi acordado que o asfalto na Av. Adolfo Fetter até o Barro Duro teria início ainda no ano corrente. Já, a

⁶³ Trata-se de uma experiência de consulta popular desenvolvida pelo Governo de Bernardo de Souza na Prefeitura de Pelotas, de 1983 a 1987.

pavimentação da segunda pista da Av. Amazonas, bem como a colocação de sete mil metros de rede de água no loteamento ficariam incluídos no orçamento municipal para o próximo ano. Nessa ocasião, os moradores aceitaram a proposta da administração e pediram providências com relação à erosão praial e à situação dos posseiros. Quanto à erosão a prefeitura diz que está buscando soluções com a Marinha. Em relação aos posseiros, o caso será abordado no cronograma da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente.

Como podemos observar, os interesses de uma parcela da sociedade que se desloca para a praia seja de automóvel particular, seja de ônibus, é tratado com prioridade diante de problemas bem mais urgentes, como o abastecimento de água dentro do próprio Balneário dos Prazeres. Dessa forma, intervindo no processo de produção da cidade, o poder local reforça a hierarquia dos lugares, criando centralidades e periferias empobrecidas.

Passados dois anos da pavimentação da Av. Adolfo Fetter, os meios de comunicação já apontavam a necessidade da sua duplicação. O Diário Popular (06 de dezembro de 1988) publica a matéria: “Público recorde lotou as praias do Laranjal, mais de 13 mil pessoas utilizaram o transporte coletivo com destino às praias do Laranjal nesse domingo”. A informação é do diretor municipal de trânsito. Ele também aponta a necessidade da duplicação da Av. Adolfo Fetter, pois considera a pista existente já insuficiente e perigosa.

No verão seguinte, a demanda de veranistas pelo Laranjal aumenta, exigindo mais investimentos em infraestruturas. A operação Golfinho, com 69 policiais responsáveis pela segurança nas praias, registrou em um domingo, a passagem de 15 mil veículos pela Av. Adolfo Fetter. Esse fluxo provocou um engarrafamento de aproximadamente três horas de fila no retorno ao centro. Este fato, segundo o depoimento do tenente “Guto” ao Diário Popular (24 de janeiro de 1989) teria ocorrido porque a água da Laguna havia salgado melhorando a sua balneabilidade.

Essa demanda crescente pelas praias lacustres do Laranjal, mesmo este sendo considerado uma praia por urbanizar-se e de pouca balneabilidade, demonstra a sua importância como área de turismo interno e intrarregional. Também revela a situação socioeconômica a qual vivenciava o País como um todo.

Entre o final de década de 1970 e o início da década de 1990, o cenário da economia brasileira era de crise. Esta resultou do “choque dos juros” dado pelos Estados Unidos sobre a dívida externa brasileira. Nesse período vivia-se uma fase de recessão econômica e de

desvalorização dos salários por conta da alta inflação. Assim as famílias, em sua maioria, com baixo poder aquisitivo, não possuíam condições para se deslocarem em direção às praias marítimas mais distantes e concentravam-se no Laranjal.

Diante das dificuldades econômicas enfrentadas nessa época e da falta de soluções para os problemas vivenciados pela comunidade, os moradores do Laranjal, além de já estarem organizados na Associação dos Moradores do Laranjal (AMOLA)⁶⁴, tentam criar uma autarquia, para administrar os problemas do bairro, mostrando-se sempre ativos na construção de seu espaço. No entanto, essa não chegou a ter existência.

A prefeitura, visando à possibilidade de desenvolver o turismo no Laranjal e, com isso, atrair recursos para a cidade, em 1989, deu início à construção do calçadão da praia. A obra trouxe conforto e segurança aos moradores e veranistas, pois foi criada um passeio público para pedestres com bancos, e delimitou-se espaço para estacionamento de veículos.

Apesar de algumas obras terem sido realizadas, o Laranjal encerra a década de 1980 repleto de problemas. Estes são listados pela AMOLA e publicados nos jornais. As reivindicações são para a solução dos seguintes problemas: ruas esburacadas e tomadas pelo capinzal, muito lixo, proliferação de mosquitos e moscas, praia sem balneabilidade, abastecimento de luz e água insuficientes, inexistência de banheiros públicos, de hotel, de passeio público nas ruas e freqüentes assaltos nas residências.

O transporte público também foi alvo de reivindicações. Fazia-se necessário um maior fluxo de ônibus, não só durante o dia como também na madrugada, o chamado “corujão”. Para tal, era preciso que fosse feita a pavimentação do trajeto até a praia. Os moradores também pediam que a prefeitura fiscalizasse os novos loteamentos responsáveis por acentuarem os problemas com o escoamento pluvial. Solicitavam, ainda, a construção de uma creche, de um ginásio estadual, uma sede para a associação dos moradores e o fim imediato da retirada de areias das dunas.

A última solicitação refere-se à degradação do último cordão de dunas existentes no município. Já, tendo sido alvo de denúncias pela Associação Pelotense de Proteção ao Ambiente Natural (APPAN), em anos anteriores, “está sendo destruído ilegalmente, o local conhecido como “Areias”, próximo ao Laranjal e a prefeitura não tomou nenhuma

⁶⁴ Consideramos importante o papel desempenhado pelas associações de Bairros, como a AMOLA, na produção do espaço. No entanto, não dispomos de tempo suficiente para tratar desse assunto com maior profundidade.

providência efetiva para impedir o desaparecimento de um dos mais belos recantos naturais de nossa comunidade” (DIÁRIO POPULAR, 15 de agosto de 1979). As areias das dunas foram exploradas ilegalmente pela construção civil e pela própria municipalidade. Esta última usou grande quantidade de areia desse remanescente de dunas paleolíticas, para aterrar o *Ecocamping* municipal.

Com fundos para essa área de dunas, encontra-se hoje um loteamento residencial de alto padrão conhecido como Las Acácias, cujo nome representa a espécie exótica introduzida, no local com o intuito de amenizar as áreas alagadiças.

3.5.1 Anos 1990: o Laranjal mais urbano

É somente na década de 1990 que o Laranjal passa a ganhar mais urbanidade. No entanto, é nesse período que também surge uma demanda por parte de moradores e veranistas por novos investimentos, como maior número de supermercados, um hotel, ampliação da rede de água, pavimentação, entre outros pontos.

Nesse sentido, os balneários ganham um plano específico “Pelotas 1990”, por parte da Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente (SMUMA), durante a gestão do prefeito Anselmo Rodrigues. Até esse momento, conforme aponta o secretário da SMUMA, o arquiteto Breno Correa Filho:

O Laranjal dispunha de uma central telefônica, rede de água e de energia elétrica, posto de saúde, posto policial, alguns bares e um pequeno supermercado para o abastecimento diário da população, suas principais vias de acesso possuem bom estado. (OPINIÃO PÚBLICA, março de 1989).

Conforme o projeto “Pelotas 1990”, as prioridades do Laranjal são específicas de urbanização de sua orla, ainda que pese a opinião do titular da SMUMA, “que uma das obras mais urgentes refere-se a um coletor de fossa, com uma bacia de decantação” (OPINIÃO PÚBLICA, março de 1989). Como seria uma obra cara, haveria a necessidade de buscar recursos externos, portanto não poderia ser executada em curto prazo. Dessa forma, as obras incluídas no projeto foram aquelas relacionadas à circulação e fisionomia do espaço. O poder público se encarregou de “organizar o fluxo de pedestres, veículos, bicicletas e

similares, estacionamentos, zoneamento e estudo da estrutura física dos *treilers*, bares, sanitários e vestiários, áreas de lazer, recreação infantil e mobiliário urbano” (OPINIÃO PÚBLICA, março de 1989).

O plano específico “Pelotas 1990”, na verdade, não planejou o futuro do Laranjal, apenas viabilizou a construção de cenários, atendendo algumas necessidades básicas e outras mais superficiais, como a estética. O espaço, quando dotado de certos equipamentos urbanos, torna-se mais vistoso e “valorizado”, evidenciando o trabalho do gestor público, ao fazer surtir efeitos nas campanhas eleitorais.

Conforme observamos no capítulo anterior, as intervenções das políticas públicas urbanas na orla eram pouco abrangentes e de curto prazo. Essas sendo constituintes de um histórico jogo de interesse, no qual predominam determinados setores os quais impõem a sua visão de planejamento, de acordo com seus interesses. Desse fato resulta uma parte considerável da atual problemática urbana ambiental da orla. Nesse sentido, concordamos com os apontamentos de Souza, quando esse ressalta que as relações sociais projetadas sobre o espaço vão implicar um determinado comportamento social e organização espacial.

A organização espacial e as formas espaciais refletem o tipo de sociedade que as produziu, mas a organização espacial e as formas espaciais, uma vez produzidas, influenciam os processos sociais subseqüentes. [...] Também as relações de poder projetadas no espaço (espaço enquanto território) e os valores e símbolos culturais inscritos no espaço [...] serve de referencia para as relações sociais (SOUZA, 2003, p. 99).

Em 1991, a prefeitura realiza uma concorrência para a exploração comercial na orla balneária. Nessa, foram acordados contratos de três anos com os donos de bares e lanchonetes. Dessa forma, alguns critérios de ocupação foram estabelecidos. Assim, o calçadão passou a ter bares mais estruturados, com abastecimento de água e saneamento.

No verão (1991/92), os moradores e veranistas também contaram com os serviços do Banco do Brasil, Correios e de Telefonia, pois foi criado um posto em conjunto para a prestação desses serviços no Balneário Santo Antônio, o qual funcionou até abril de 1992. Conforme matéria do Diário Popular, o prefeito Anselmo Rodrigues tinha como meta de governo desenvolver o Laranjal, “Nossa intenção é transformar o Laranjal no melhor e mais bonito balneário de toda a zona sul [...] hoje

o Laranjal vive uma temporada de grande animação e alegria com milhares de pelotenses e turistas” (DIÁRIO POPULAR, janeiro de 1992).

Esse prefeito contribuiu para expandir o Balneário Santo Antônio sobre as áreas de matas nativas em direção ao Balneário dos Prazeres. Ele, “abriu uma extensão de 2,2 km de estrada entre o mato nativo e a lagoa e iluminou o trajeto visando ampliar a área de praia e estacionamento” (DIÁRIO POPULAR, janeiro de 1992).

A agenda da prefeitura continha uma ampla programação para o verão, com a realização de competições esportivas, *shows* e carnaval. Esse veraneio de muito “entusiasmo”, também resultou em conflitos entre moradores e veranistas pelo descumprimento dos critérios estipulados para os shows executados na praia. Conforme o diretor da Fundapel, “fica muito difícil controlar horário quando o público pede mais e mais músicas [...] o Laranjal voltará a ter shows depois da análise da justiça” (DIÁRIO POPULAR, 22 de janeiro de 1992). Esse conflito já nasceu com o balneário e sempre vai existir, enquanto houver simultaneidade de diferentes interesses pelo uso do mesmo território, descanso e entretenimento, como apontado anteriormente.

Acontece que o território lagunar, para uns, é espaço de pertencimento, moradia, associado à tranquilidade, enquanto, para o grande público frequentador dos finais de semana, em maioria, jovens, o território é marcado pelo agito e badalações diurnas e noturnas. Como aponta Saquet (2007, p.158), “no território, existe uma pluralidade de sujeitos, em relação recíproca, contraditória e de unidade entre si, *no e com* o lugar e *com outros* lugares e pessoas; identidades”. A inter-relação entre os “sistemas de objetos e sistemas de ações”⁶⁵ presentes no território são inseparáveis da variável tempo, fazendo com que haja simultaneidade e superposição em um mesmo lugar de territorialidades econômicas, políticas e culturais e de relações socioambientais. Tal fato explica a existência das conflituosidades entre os sujeitos, e desses com o seu meio natural.

Outro conflito que identificamos é em relação ao lixo. Seguidamente, os moradores reivindicavam a limpeza da praia e das ruas. Eles atribuem a sujeira à falta de conscientização dos visitantes que

⁶⁵ Assim como o espaço para Santos (2008, p.119) deve ser considerado como “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”, o território como parte do espaço também apresenta essas relações, fruto da totalidade.

jogam o lixo em qualquer lugar e de alguns moradores que colocam lixo e entulhos nos terrenos baldios.

No balneário dos Prazeres, a quantidade de lixo também é grande. No entanto, nesse balneário, as reivindicações dos moradores são por outras necessidades, como mais horários de ônibus, abastecimento de água, dentre outros. Nesse balneário, as reivindicações partem dos moradores que buscam uma articulação com os movimentos sociais dos outros dois Balneários de maior possibilidade de participação pela sua condição socioeconômica. Infelizmente, a representação política tende a se tornar um espaço elitizado, visto que envolve a possibilidade de participação como: tempo disponível, acesso a informação e recurso. Quem participa aponta suas perspectivas.

Um exemplo de movimento articulado entre os balneários foi a Associação de Comerciantes do Laranjal, criada em junho de 1992. A entidade tinha o compromisso de buscar, junto ao governo municipal, estadual e federal, recursos para empreendimentos futuros, não só em períodos de veraneio, mas também no ano inteiro, procurando incentivar a evolução dos balneários nos mais diversos segmentos.

Visando a ampliar a participação da sociedade no direcionamento dos rumos do Laranjal, a AMOLA é substituída, em 31 de março de 1997, pela Associação Comunitária do Laranjal. A nova entidade sem fins lucrativos possui uma filosofia diferente, incentivando a participação de proprietários, moradores e amigos do Laranjal, tendo promovido várias ações sociais em prol da qualidade de vida nos balneários, desde mutirões de limpeza da praia até programas de educação ambiental voltados para as escolas locais.

Observamos que, mesmo apresentando uma série de problemas estruturais, o Laranjal atraía moradores novos e um número cada vez maior de veranistas. Apesar do otimismo declarado na reportagem, “Fim de semana ensolarado leva 120 mil pessoas ao Laranjal (DIÁRIO DA MANHÃ, 1º de fevereiro de 1994, p. 9). Esse fato tem sido um dos responsáveis pelos conflitos existentes nos balneários, visto que a demanda por serviços aumentou, tornando sempre incompleta a urbanização do Laranjal.

Uma das demandas de serviços que consideramos importante ressaltar é a segurança. Frequentemente ocorrem roubos em residências e casos de vandalismo com o mobiliário urbano. A reportagem intitulada “Vândalos continuam agindo no Laranjal” aponta a falta de segurança no local:

Os “pivetes”, aos mangotes andam pelos balneários, quando não arrombando e assaltando, praticando os mais diversos atos de vandalismos. Quebram vidraças de residências. Estouram para-brisas dos automóveis, furam pneus. Enfim, cometem os mais diversos tipos de tropelias. (DIÁRIO DA MANHÃ, 8 de fevereiro de 1994, p. 8)

Essa situação pode estar associada ao fato de o crescimento da população urbana de Pelotas ser mais significativo nas classes mais baixas, contribuindo para que esse segmento social passe a frequentar os espaços públicos dos balneários. Outro fator que pode estar associado a essas ocorrências é o fato de os balneários Santo Antônio e Valverde possuírem as melhores infraestruturas de lazer e maior “badalação”, porém seus preços tornam-se inacessíveis para os jovens pobres. Uma das formas de estes se expressarem é através de vandalismo e gestos / comportamentos que “agridem” as pessoas de outras classes⁶⁶. Além disso, esse público representa os moradores da não cidade, reagindo, assim, em resposta de quem recebe tudo o que tem de pior: as residências, as ruas, a escola, a praça, etc.. Situações, como essas, também ocorrem no Balneário dos Prazeres, além de brigas e arrastões. Esse balneário oferece poucas infraestruturas e uma segurança precária.

Outra situação possível e muito comum em outros balneários, como os do litoral do Estado, é que as segundas residências ficam fechadas durante o inverno sendo alvo fácil para ladrões.

Os anos passam e os problemas são os mesmos. Em 1997, a Associação Comunitária do Laranjal exigiu uma atenção do poder público com a segurança no Balneário Santo Antônio. Essa associação reivindicou “a construção de um módulo na Av. Antônio Augusto de Assumpção, uma ambulância e um carro guincho” (DIÁRIO POPULAR, 28 de novembro de 1997).

Os Balneários Santo Antônio, Valverde e dos Prazeres, mesmo que, de forma gradual e ainda incompleta, entraram no século XXI urbanizados. Já os trechos do Pontal da Barra e o eixo de acesso aos balneários passara, também, a apresentar processos de urbanização.

⁶⁶ Em Pelotas, como de resto nas cidades brasileiras, a passagem da economia escravocrata e agro-exportadora para a capitalista industrial não foi acompanhada de mudanças na sua estrutura de poder político local, o que contribuiu para acentuar, ainda mais, as desigualdades sociais, fruto dos processos de formação socioeconômica brasileira e gaúcha.

Com base na leitura de sua paisagem, o Laranjal, no seu conjunto, demonstra ser um bairro bastante promissor do ponto de vista do interesse do capital imobiliário. Sua expansão urbana é visível não só em sua orla, mas também no entorno do seu eixo de acesso.

No entanto, tal atratividade não está diretamente relacionada ao fato de o Laranjal ser um bairro-balneário, mas por uma série de transformações espaciais que ocorrem, nesse setor administrativo, ao longo dos anos. Tais mudanças foram realizadas pelos agentes sociais da produção do espaço urbano (Estado, proprietários de terras, comerciantes, empreendedores imobiliários, moradores, dentre outros). Assim, as modificações na paisagem desse setor resultam de um conjunto de fatores e ações, dentre essas destacamos:

- o crescimento populacional da cidade que, na década de 1970, chegou a quase 40 mil habitantes, demandando novos parcelamentos do solo e remodelando o tecido urbano;
- o comércio passou por uma re-estruturação espacial, o aumento da demanda e a valorização dos terrenos, geraram a necessidade de novas centralidades⁶⁷, e o abandono da área central por uma parcela da classe alta. Esta passou a buscar no entorno do centro, locais com áreas verdes e fácil acesso, garantido-lhes *status* social, segurança, dentre outros atrativos explorados pelo *marketing* imobiliário e midiático;
- a Avenida Ferreira Viana foi refeita, e os balneários por já apresentarem características de bairro, foram incorporados ao perímetro urbano no Plano Diretor de 1980. Por conta desse novo zoneamento, os vazios urbanos situados no trajeto centro-praia foram valorizados;
- a Lei municipal Nº 6525/80 criou as zonas de preservação ambiental da cidade, reforçando a valorização desse eixo devido ao diferencial “caminho da Zona de Preservação Permanente Natural Leste”;
- no período entre 1987 e 1994, em vista por conta das altas taxas de inflação e processos de desindustrialização da cidade, muitos empresários buscaram assegurar seus capitais investindo no setor imobiliário. As construções e promoções imobiliárias passaram a ser a forma de acumulação de capital mais frequente na cidade.

⁶⁷ “A formação de novas centralidades é um fenômeno que decorre da adequação das formas do comércio às tendências apresentadas pelo consumo pós-moderno.[...] em Pelotas facilmente se reconhece a emergência de novas centralidades nos bairros Fragata, Areal, Três Vendas e Laranjal” (VIEIRA et al, 2009, p.34).

A conjunção desses fatores elevou a zona leste da cidade, já caracterizada por ser uma periferia de amenidades, à condição de área de valorização e expansão urbana da cidade juntamente com a Zona Norte.

Outro fator importante, nesse processo, foram às intervenções do Estado. Este, filiado à estrutura dominante desenvolveu a infraestrutura viária, o caminho de acesso à Laguna teve sua distância encurtada. A permissividade das fiscalizações, em tempos passados, proporcionou ocupações em áreas de proteção ambiental.

É importante salientarmos que Pelotas, por ser uma cidade de médio porte, possui seu litoral bem próximo ao seu centro, diferentemente de muitas cidades litorâneas metropolitanas, em que o deslocamento para as praias requer percorrer uma maior distância. Tal fato contribuiu para que o processo de explosão urbana se encontrasse com a atração da praia, levando ao preenchimento dos vazios urbanos no caminho da mesma.

Assim, estrategicamente, a zona leste de Pelotas passou a reunir infraestrutura urbana, proximidade entre praias e centro, áreas verdes e beiras d'água. Logo a atmosfera natural foi incorporada ao mercado imobiliário, que busca vender, além do imóvel, um “estilo de vida”, seguindo as tendências dos modernos padrões urbanísticos. Algumas residências, quando próximos à beira d'água possuem atracadouro de barcos e iates, proporcionando uma sensação de liberdade e de reencontro com a natureza. A Figura 30 mostra o padrão arquitetônico das residências do loteamento Recanto de Portugal, um dos primeiros voltado às classes médias e altas, situado no acesso à praia.



Figura 30: Padrão residencial das ocupações no Recanto de Portugal com atracadouro para barcos e iates no arroio Pelotas

Fonte: Fotos da autora (2011)

Estrategicamente, a família Assumpção, ao criar os balneários deixou amplas áreas de terras vazias no caminho dos mesmos, para um posterior investimento. Como a terra é objeto de investimento seguro, seus proprietários aguardaram a melhor remuneração possível para negociarem seu valor de troca. Conforme Correia (1989, p. 16), os proprietários fundiários “[...] estão fundamentalmente interessados no valor de troca da terra e não no valor de uso”. Como o valor de troca é

externo às ações dos proprietários, estes mantêm seus terrenos vazios, aguardando os investimentos de infraestrutura urbana e viária, capazes de proporcionar-lhes a melhor renda possível.

Isso ocorre em função do valor contido no espaço geográfico, que é produzido pelo trabalho social, diferentemente da terra.

A terra matéria não pode ser reproduzida, mas o espaço o é constantemente, mudando o significado à medida em que o processo histórico avança (...) Nesse sentido a 'terra-espaço' passa a ser definida em função das articulações com a totalidade do espaço e seu processo de apropriação (através da terra matéria) marcará o fato de que o que realmente esta sendo apropriado é o trabalho geral da sociedade contido na totalidade do espaço geográfico. (CARLOS, 1994, p.170)

Sendo assim, a valorização da "terra-espaço" obedece a uma série de elementos considerados pela sociedade, como a proximidade dos centros ou vias de acessos importantes, bem como de áreas de amenidades no caso do litoral. Essas áreas são mais valorizadas em relação às demais. As transações imobiliárias dependerão das condições do indivíduo em pagar o preço dado pelas peculiaridades definidas pela produção do espaço. Esses processos geram uma urbanização descontínua, com altos custos sociais e, por outro lado, garantem bons lucros aos proprietários fundiários e investidores.

Nesse sentido, entre os anos 1980 e 1990, após a área adquirir maior infraestrutura urbana, em terrenos de propriedade da família Assumpção, ocorreram as primeiras promoções imobiliárias no caminho dos balneários, como os loteamento de alto e médio padrão: Las Acácias, Villa Assumpção I e II e São Conrado. Esses, bem como as demais ocupações no entorno da via de acesso à praia, podem ser visualizados no mapa de setorização do Laranjal.

4 TENDÊNCIAS DE URBANIZAÇÃO DAS ÁREAS COSTEIRAS DE PELOTAS

Observamos, ao longo dos capítulos que a configuração das paisagens urbanas dos balneários, bem como os conflitos socioambientais resultantes em determinados momentos históricos, não são espontâneos, muito menos aleatórios. São frutos da ação de atores privados e públicos em suas diferentes escalas e matizes.

Dois projetos serão aqui analisados como ações sistematizadas do Estado como agente produtor do espaço. Primeiro com base no “Projeto Orla da Lagoa”, projeto de revitalização em andamento, proposto pela municipalidade e, depois, com o “Projeto Orla”, promovido pelo Governo Federal. Por último, apontamos algumas tendências para o futuro da orla e seu eixo de acesso, ou seja, aquilo que ainda não está feito, mas que está apontado pelas relações de produção em atividade.

4.1 PROJETO DA PREFEITURA: ORLA DA LAGOA

O Projeto Orla da Lagoa, proposto pela Prefeitura de Pelotas, consiste num programa de melhorias na infraestrutura urbana do calçadão da orla que abrange os balneários Santo Antônio e Valverde. O projeto partiu de uma pesquisa de opinião em relação a questões específicas e tem, como premissa, a melhoria dos espaços junto à Avenida Antônio Augusto de Assumpção Junior (PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS, 2011). Ele abrange questões de acessibilidade, lazer, arborização, infraestrutura e ordenação de uso e ocupação junto à orla. O projeto começou a ser elaborado em 2006, porém a licitação de sua obra só foi concluída em julho de 2011.

Para a sua execução, prevêem-se a pavimentação da segunda pista da avenida da beira da Laguna, Av. Antônio Augusto de Assumpção Junior, e nova pavimentação do calçadão, a inclusão de travessias de pedestres, de faixa para ciclistas e ordenamento do estacionamento. Estão previstos, igualmente, novos mobiliários urbanos, contemplando *playground*, cancha de bochas, equipamentos de ginástica e esporte, pista de caminhada, área de estar, além da introdução de novas espécies vegetais junto ao canteiro central da via principal da revitalização das espécies existentes.

Quanto à infraestrutura, o projeto conta com a implantação de iluminação cênica, fiação subterrânea e saneamento. A ordenação de uso e ocupação será contemplada com um zoneamento de atividades e padronização dos quiosques. De acordo com o secretário-executivo de

gestão urbana, que revisou o projeto, a ideia do atual prefeito foi “priorizar o aspecto estético da praia, sem abrir mão dos locais de lazer e esporte em benefício de moradores, turistas e veranistas” (PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS, 2011).

Sem dúvida, todas essas obras são importantes para proporcionar uma melhoria na qualidade do lugar e para desenvolver o turismo. No entanto, observamos que o “Projeto Orla da Lagoa”, um dos principais projetos da municipalidade que contemplam a orla lagunar de Pelotas, não só ignorou os conflitos socioambientais existentes, como também poderá contribuir para o seu agravamento.

Primeiro, porque ele se ocupa em ordenar apenas seus trechos mais valorizados, aqueles já urbanizados e, segundo, porque um dos principais agravantes dos ditos “problemas urbanos” é a desigual distribuição setorial e espacial dos investimentos públicos.

Outra observação é que, mesmo nesses balneários, há carências de infraestruturas que não foram contempladas pelo referido projeto, como, por exemplo: a inexistência de banheiros públicos, alagamento de ruas e calçadas, trechos da orla no Balneário Santo Antônio sem calçamento, incluindo uma das reivindicações mais frequentes dos moradores, que é a construção de um posto policial.

Quanto à balneabilidade da praia do Laranjal, considerada um dos entraves ao desenvolvimento do turismo, a prefeitura está regularizando o sistema de saneamento que será ligado a uma estação de tratamento de efluentes. A primeira etapa contempla os Balneários Santo Antônio e Valverde e a segunda o Balneário dos Prazeres. A obra poder amenizar o problema, mas não solucioná-lo, pois, como apresentado anteriormente, o entrave da falta de balneabilidade passa, também, pela necessidade de saneamento em toda a cidade e depende da dinâmica de circulação das águas da Laguna, das variáveis climatológicas, assim como de um gerenciamento integrado de bacias hidrográficas. Consideramos oportuno ressaltar que não foi possível obtermos maiores informações sobre a balneabilidade dos balneários do verão 2011. Tal fato está associado ao processo de municipalização da questão ambiental. O SANEP, órgão ligado à prefeitura, desde 2011, passou a ser responsável pelas análises e divulgações das condições de balneabilidade dos balneários do Laranjal. Conforme relato do depoente Paulo Duarte, técnico da FEPAM, “esse ano (2011) o SANEP fez as análises, não disponibilizou no site, nem informou a FEPAM para ser posto no site dela, onde há um link específico para essa informação que é de direito do cidadão”. Essa ocorrência pode estar associada a mais de um fator. Ou ocorreu uma ação deliberada de dissimulação do SANEP,

ou é fruto de uma desarticulação e descompromisso deste com a sociedade. Ainda pode estar associada ao conflito institucional que ocorre no processo de repasse de atribuições entre os órgãos ambientais municipais e estaduais. Na opinião do depoente trata-se de um conflito positivo, “[...] primeiro há amadurecimento das relações, o conflito significa a oportunidade de discutir a relação. Isto é muito positivo, tanto o cidadão como o município, e entre Estado e município”.

Observamos, na fala do depoente, certo otimismo em relação à municipalização da questão ambiental. Com o repasse de atribuições do Estado aos municípios, diminui a sobrecarga de atividades de fiscalização e de licenciamento do Estado que opera com deficiências de técnicos como apontou Paulo Duarte: “Aqui para 23 municípios, são quatro técnicos”.

No entanto, esse processo apresenta duas facetas. De um lado, a municipalização dessas atribuições pode garantir uma maior participação da sociedade local nas tomadas de decisões. Ao mesmo tempo, torna-as mais suscetíveis a pressões de grupos de interesses, que variam no tempo e espaço. Além de que, pelo montante que é repassado em fundos de participação dos municípios, esses também não apresentam condições técnicas apropriadas para o exercício das novas atribuições.

Desse modo, em nosso entendimento, o Estado deveria equipar-se com infraestruturas adequadas capazes de concentrar e unir esforços em razão da questão ambiental, e não dividir as fraquezas. Conforme já apontamos anteriormente, existe uma estreita relação entre Estado e produção do espaço. Através de seus diferentes órgãos, este tanto concebe a forma como deve ser a ocupação deste espaço, como pode reverter tendências de ocupação e gerar novas perspectivas de uso. Estas podem estar relacionadas ao tombamento do espaço, dotação de infraestruturas de diversos tipos, ao desenvolver projetos e instrumentos de articulações entre as políticas públicas ambientais, urbanas, patrimoniais, educacionais, dentre outras.

Nesse sentido, o “Projeto Orla da Lagoa”, da municipalidade, pautou-se nos atributos estéticos da paisagem. Dessa forma, evidenciamos mais uma preocupação da municipalidade com a imagem da cidade vendável ou do *city marketing* analisado por Sanches (2003), do que com o planejamento urbano-ambiental de uma área costeira. Portanto, a tendência que se apresenta para os balneários é de aprofundamento das diferenças socioespaciais e de perda do patrimônio ambiental, já que o projeto indica a ocupação dos balneários por meio de

uma classificação baseada na correlação entre as condições sociais dos frequentadores e os atributos estéticos da paisagem.

4.2 O PROJETO ORLA

O Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima – Projeto Orla foi criado no âmbito do Governo Federal, desenvolvido a partir de uma proposição do Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro (GIGERCO), da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), tendo como coordenadores a Secretaria de Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (SQA/MMA) e a Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP/ SPU). O projeto Orla vem sendo implementado desde 2001 até o presente momento. De acordo com Moraes (2007, p. 226), esse projeto é fruto de uma revisão no Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, que passou por um período de paralisia na atuação de seu programa durante meados dos anos 1990, período de desregulamentação das atividades públicas e de razoável desestruturação do aparato estatal do Brasil.

O Projeto Orla foi pensado com o objetivo de atender demandas de natureza ambiental e patrimonial, buscando o aperfeiçoamento de normas que auxiliem na gestão, minimização e solução de conflitos de uso e ocupação da orla marítima, tanto em sua porção terrestre quanto marinha, articulando as três esferas do governo e a sociedade. Preocupada em harmonizar e articular as práticas patrimoniais e ambientais com o planejamento de uso e ocupação das orlas, a política nacional centra-se na ação local (BRASIL, 2004).

É na escala local que o Estado tem-se mostrado permissivo com a implantação de empreendimentos econômicos sobre as vegetações de restinga. Tal fato é recorrente no litoral brasileiro como um todo. A cada ano que passa, essas áreas verdes vêm sendo suprimidas e descaracterizadas, além de sofrerem impactos de diversas origens. No sentido de reverter esse quadro e buscar atender as necessidades de uso coletivo de forma sustentável, a participação da sociedade nas formulações de projetos de ordenamento e gestões da zona costeira mostrou ser tão necessária quanto na elaboração dos Planos Diretores. Conforme aponta Moraes, em relação ao Projeto Orla:

Implementava-se um efetivo planejamento participativo, que não ignorava os conflitos sociais existentes, mas ansiava trabalhar a

partir deles, mobilizando os portadores dos interesses contraditórios que os instituíam. A idéia era envolver atores sociais e internalizar interesses no processo planejador, tendo como alvo espaços pequenos e circunscritos (MORAES, 2007, p. 226).

Através do Projeto Orla, os municípios irão planejar e executar suas atividades de gerenciamento costeiro em articulação intergovernamental com a sociedade. O referido projeto busca unir os mais diversos setores governamentais, a sociedade organizada e as universidades, de forma a compatibilizar o processo de gestão por meio de interesses setoriais e públicos. Esses segmentos irão preparar e implementar um plano integrado para a conservação e o desenvolvimento dos ecossistemas e recursos costeiros. De acordo com o PNGC, apesar da ação conjunta, os estados e municípios devem ter seus planos de gerenciamento costeiro estadual e municipal, respectivamente.

Conforme aponta Moraes (2007, p. 227), “centenas de municípios litorâneos estão envolvidos com o Projeto Orla, o que evidencia o seu sucesso”. No entanto, o autor ressalta que o projeto reconhece a ineficiência da aplicabilidade de certos instrumentos, como o zoneamento ecológico econômico e que seu grande desafio, no momento, é “desenhar um modelo de gestão que seja, ao mesmo tempo, realista e democrático, integrador e especializado, universalizado e atento às diferenças” (ibidem).

O Programa de Gerenciamento Costeiro no Estado do Rio Grande do Sul (GERCO/RS) é coordenado pela FEPAM, vinculada à Secretaria Estadual de Meio Ambiente - SEMA. A área de atuação do GERCO/RS corresponde a sua zona costeira, ou seja, a mais de 9,5% do seu território, totalizando cerca de 42.650 km², uma faixa praial ampla e retificada de extensas planícies, incluindo o maior e mais complexo sistema de lagoas costeiras do Brasil (Atlas Socioeconômico do RS, 1998). Para a execução do GERCO/RS, essa ampla área foi dividida, com base em diferentes características geomorfológicas e hidrológicas, em três setores: litoral norte, litoral médio e litoral sul.

Desses setores, é o litoral norte que possui estudos e ações do GERCO/RS de modo mais consistente, como diretrizes de zoneamento ecológico-econômico e proposta de enquadramento dos recursos hídricos. Em relação à implantação do Projeto Orla no RS, a informação que obtivemos, por meio de correio eletrônico da analista ambiental do

GERCO/RS Márcia Regina Lima de Oliveira, que é também vinculada ao departamento de zoneamento territorial da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente (MMA), é que “para ser município membro do Projeto Orla é necessário cumprir as diretrizes apontadas no Projeto Orla: guia de implementação⁶⁸ e que, no Rio Grande do Sul os municípios atendidos pelo projeto são: Arroio do Sal, Torres, Capão da Canoa e Rio Grande”.

O município de Pelotas faz parte da setorização litoral médio, onde as ações do PEGC ainda são incipientes, como destacado no trabalho de Silva (2008), que desenvolveu uma proposta de zoneamento ambiental para esse setor, trazendo contribuições para o gerenciamento costeiro estadual, planos municipais e Pró-Mar-de-Dentro⁶⁹.

No entanto, consideramos importante frisar que muitos dos vetores de impactos das orlas, como os que incidem sobre a sua beleza cênica, não estão diretamente localizados no espaço da orla marítima. Isso mostra que o Projeto Orla não deve ser utilizado como a única ferramenta de gestão dos espaços costeiros. Apesar das reformulações na delimitação da escala de intervenção espacial do Projeto Orla, tal escala ainda é muito específica.⁷⁰

⁶⁸ Este detalha o fluxo de atividades e tarefas, contribuindo para a organização de uma agenda gerencial que oriente as instituições da esfera federal, dos estados, municípios e da sociedade para a execução de cada uma das etapas de implementação do Projeto Orla. Ao final de todas as etapas de implementação do Projeto Orla no município, estarão estabelecidos os seguintes produtos: Plano de Gestão Integrada aprovado; Comitê Gestor da Orla instalado e atuando; Agenda de implementação e monitoramento do Plano de Gestão Integrada; Convênios de Cooperação Técnica definidos e encaminhados; Detalhamento de ações e projetos legitimados e aprovados; Sistemáticas de acompanhamento, avaliação e revisão do Plano estabelecidas (Projeto Orla, 2005).

⁶⁹ Programa do Governo do Estado do Rio grande do Sul para o Desenvolvimento Sustentável, Recuperação e Gerenciamento Ambiental da Região Hidrográfica Litorânea, abrangendo as bacias do litoral médio. Esse programa teve início no ano de 1998 com o apoio da Agência de Cooperação Internacional Japonesa (JICA).

⁷⁰ O Artigo 23 do Decreto 5.300/2004 define como critério para o limite da Orla Marítima: I- na parte continental: faixa terrestre com profundidade de cinquenta metros, em áreas urbanizadas, ou de duzentos metros em áreas não urbanizadas, estendida ao limite final de ecossistemas, que integram as feições de praias, dunas, áreas de escarpas, falésias, costões rochosos, restingas, manguezais, marismas, lagunas, estuários, canais ou braços de

Após 10 anos de experiência do Projeto Orla, o poder público, em sua análise, reconhece a existência de problemas específicos e o considera positivo:

O Projeto Orla pode ser considerado uma ação governamental exitosa, pois além de mobilizar milhares de cidadãos brasileiros em torno de seus objetivos, trata-se de um projeto consolidado, com metodologia validada e amplamente aplicada ao longo de seus dez anos de existência (OLIVEIRA; NICOLODI, 2012, p. 9).

O Projeto Orla é uma política de Estado que traz uma nova concepção de políticas públicas para a gestão costeira. Através dele, o ordenamento territorial das orlas dá-se a partir de uma aproximação entre as políticas ambientais, urbanas e patrimoniais, com a participação das três esferas do governo e da sociedade civil.

A inserção do município de Pelotas no Projeto Orla tanto poderá tornar-se uma alternativa objetiva, na organização da orla lagunar, como poderá servir de subsídio para uma gestão integrada dos conflitos socioambientais existentes. Por meio desse instrumento, a sociedade pelotense poderá definir democraticamente os cenários futuros para os seus diferentes trechos de orla. As potencialidades produtivas do lugar poderão ser identificadas e desdobradas em favor de seu desenvolvimento, visto o respaldo para a captação de recursos junto a órgãos governamentais e sociedade civil. Enfim, poderá ser um passo a frente na conquista da democracia na elaboração do planejamento urbano-ambiental da cidade.

No entanto, para que as cidades de um modo geral cumpram o artigo 225 da Constituição de 1988, “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”, é necessário que as questões ambientais, sociais e econômicas sejam pensadas em conjunto e articuladas à realidade local.

mar, quando existentes; II- na parte marítima: isóbata de dez metros, profundidade na qual a ação das ondas passa a sofrer influência da variabilidade topográfica do fundo marinho, promovendo o transporte de sedimentos.

4.3 O CAMINHO DOS BALNEÁRIOS

O trecho que identificamos como o caminho dos balneários tem apresentado, nos últimos anos, uma intensa expansão imobiliária. Além dos motivos explicitados no capítulo anterior para esse crescimento, cabe, ainda, destacarmos os investimentos públicos no polo naval de Rio Grande. Estes têm sido um dos responsáveis pela movimentação do mercado imobiliário na região sul, onde os municípios de Pelotas e Rio Grande formam uma das suas maiores expressões.

Conforme divulgado recentemente pelo jornal Zero Hora (24 de agosto de 2011), “de janeiro a agosto já se contabilizam cerca de R\$ 100 milhões em valor geral de vendas dos dois primeiros condomínios horizontais lançados em Pelotas”.

Dentre esses, estão os condomínios fechados horizontais⁷¹ localizados no caminho dos balneários, Lagos do São Gonçalo, Piazza Toscana e Altos do Laranjal Veredas. O primeiro e o segundo, localizados próximo ao futuro Shopping Center Pelotas⁷², na Av. Ferreira Viana, e o terceiro, na Av. Adolfo Fetter.

De acordo com a literatura sobre esse tipo de ocupação do espaço nas cidades brasileiras, observamos que não se trata de algo recente. Carlos (1994, p.73) analisou a (re) produção do espaço em Cotia (área metropolitana de São Paulo) e fez referência ao empreendimento “Granja Viana”, que teve início nos anos 1950, consolidando-se, nos anos 1970, com a implantação de vários loteamentos fechados. Sobarzo (1999, p.100), analisando Presidente Prudente, identificou que o primeiro loteamento fechado foi aprovado em 1975, sendo que muitos outros foram implantados a partir de 1993. A pesquisa desse autor vai ao encontro da análise de Caldeira (2000, p. 260), quando a autora aponta que esses empreendimentos chamados por ela de “enclaves fortificados” se generalizaram em São Paulo nos anos 1990. O fato é que esse novo modelo de morar antes associado às cidades metropolitanas agora já se

⁷¹ Esse tipo de moradia é formado por um conjunto de casas de até dois pisos, unifamiliares, nas quais onde os aparelhos de lazer e as amplas áreas verdes são de uso comum entre os condôminos e fechados por muros e sistemas de segurança para os demais. Essa modalidade de habitação se difundiu, no Brasil, nos anos 1990, atingindo as médias e pequenas cidades.

⁷² Depois de várias tentativas mal sucedidas de implantação desse padrão de empreendimento na cidade, parece que agora esse irá se concretizar. Pelo menos, a área física da instalação encontra-se em obras, e a previsão de abertura é para 2012.

faz presente em muitas cidades brasileiras de porte médio e pequenas, sendo acessível também para a classe média.

O Piazza Toscana em Pelotas, por exemplo, é um conjunto habitacional vinculado ao projeto “Minha casa minha vida”, que financia imóveis para famílias de até 10 salários mínimos, com prazos de até 30 anos para pagamento.

Assim, verificamos que o capital empregado na construção desses empreendimentos é tanto privado como público. Outras incorporações localizadas nesse eixo estão em trâmite para aprovação na Prefeitura. Uma dessas corresponde a uma área de campos alagadiços próximos à várzea do arroio Pelotas pela Avenida Adolfo Fetter. Esse terreno pertencia a uma antiga charqueada⁷³ e foi desmembrado para a formação de novos condomínios fechados. A empresa responsável vem realizando negociações com a SQA, que está exigindo 20% de cada lote para a implementação de uma área de proteção ambiental na várzea do arroio Pelotas. No entanto, o projeto dos loteamentos estava contando com as margens do arroio para atracadouro de barcos.

Estudos desenvolvidos por Sposito (2006) com cidades de porte médio em São Paulo trazem algumas peculiaridades nessa dinâmica, as quais se assemelham com a situação do eixo de acesso ao Laranjal, em Pelotas.

Esse tipo de ocupação espacial possibilita uma difusão no terreno sem que as distâncias sejam consideradas um grande problema. Conforme Sposito (2006, p.186), “os agentes da produção territorial dos espaços urbanos contemporâneos, ao implantarem os loteamentos fechados, consideram a acessibilidade como condicionante fundamental para a definição de suas escolhas locacionais”. Nesse sentido, também são considerados a proximidade dos meios de consumo mais modernos e os aspectos aprazíveis das paisagens do entorno. A esse respeito, o *marketing* relativo à promoção imobiliária Altos do Laranjal Veredas, em Pelotas, é emblemático. Seu idealizador buscou o setor leste da cidade, valorizado pela facilidade de acesso, proximidade de uma área aprazível, a orla lagunar, de outros condomínios fechados implantados anteriormente e do futuro Shopping Center Pelotas. Destaca-se, no *folder* de divulgação do empreendimento, uma futura valorização do imóvel por conta da possibilidade da construção de empreendimentos

⁷³ Segundo a literatura, trata-se de estabelecimento manufatureiro de beneficiamento de carne em larga escala, a região de Pelotas constituiu-se o seu principal centro no Estado.

comerciais e empresas de prestações de serviços, como mostra o material publicitário na Figura 32.

Altos do Laranjal

- . Área junto ao acesso e rótula principal do Laranjal
- . Terreno encontra-se no ponto mais alto do bairro, uma área limpa, plana e adequada para um projeto de condomínio fechado
- . O novo endereço irá impulsionar novos investimentos comerciais e de lazer para a cidade, motivada pelos futuros lançamentos e ações pontuais da Idealiza



Possíveis negócios e estabelecimentos na área e entorno:
Escolas, Bares e Restaurantes, Salão de Beleza, Conveniências, Academia, Boutiques, Farmácia...



Figura 31: Publicidade do empreendimento imobiliário Altos do Laranjal
Fonte: Idealiza (2011)

Esses empreendimentos buscam oferecer espaços de convivência, de lazer com segurança, além de uma variedade de serviços urbanos, fazendo com que o morador tenha acessibilidade sem precisar ir ao centro da cidade. A opção por esse tipo de moradia revela o comportamento da sociedade diante da problemática urbana, como fuga da violência, de poluição, da pobreza, dos congestionamentos, dentre outros. As pessoas que buscam esse tipo de moradia, na maioria das vezes, estão preocupadas com o *status* social, segurança e qualidade de vida. Essas novas formas de *habitat* urbano vão redefinir a morfologia urbana das cidades. Os muros dentro da cidade representam barreiras materiais que segmentam o espaço urbano e separam seus moradores, segundo suas possibilidades econômicas e hábitos de consumo.

No caso dos condomínios ou loteamentos fechados, ocorre a negação de acesso a espaços públicos que são gerados para a cidade como vias de circulação e logradouros públicos. As propagações desses empreendimentos vão redesenhando a cidade e interferindo no seu

direito social. Conforme analisou Sposito (2006, p. 191), “de um lado, segmentam o espaço urbano e o direito pleno de circulação na cidade com seus muros e, de outro, impedem o acesso do conjunto dos cidadãos às áreas públicas que estão dentro desses muros”. O espaço público é redefinido, tornando-se cada vez menor o lugar da vida e da sociabilidade, para ser o lugar de passagem.

A municipalidade, em muitos casos, é a favor do discurso de que é positivo para a cidade ter loteamentos e condomínios fechados, a exemplo das grandes cidades e através da lei de zoneamento acaba induzindo a esse tipo de ocupação do espaço. Em outros, ela é pressionada por empreendedores a aprovar leis municipais que concedem o direito de uso exclusivo das vias públicas intramuros aos seus moradores.

As Avenidas Ferreira Viana e Adolfo Fetter encontram-se em expansão, por terem sido consideradas pela lei do III Plano Diretor, um dos eixos da cidade com os maiores potenciais construtivos. Na Av. Ferreira Viana é permitido construir até 25 metros de altura. Na Adolfo Fetter e na praia há trechos onde é permitido até 10 metros de altura. Na Av. Antônio Augusto de Assumpção Junior, na beira da Laguna, onde deveria ter um menor potencial construtivo em função das características naturais de sua orla o Plano Diretor permite construções de até três pavimentos. Esse zoneamento, que estipula padrões de altura máxima e mínima de construção, é também um indutor do crescimento urbano nesse eixo.

No caminho da praia, também identificamos um maior número de prédios associados a investimentos do Estado. Dentre esses destacamos a sede dos aparelhos do governo, como o Fórum, Ministério Público e Cartório Eleitoral, além do Residencial Piazza Toscana.

Um passeio pelo local permite visualizarmos, em sua paisagem, um número considerável de áreas em construção. Caso a metade sul mantenha seu ritmo de crescimento, é bem provável que o caminho de acesso aos balneários, em pouquíssimo tempo, seja adensado por padrões de moradias emuralhadores da vida urbana.

4.4 OS BALNEÁRIOS

Apesar de apresentar um ritmo de crescimento mais lento do que o seu eixo de acesso, os Balneários do Laranjal também demonstram uma tendência de expansão de sua urbanização. Sobretudo, para os trechos de orla onde as características naturais ainda se fazem presentes,

conforme apontado pelo coordenador dos planos de bairros da SEURB, em nota sobre a comemoração dos 50 anos do Laranjal:

[...] O problema da urbanização no bairro fica em torno dos terrenos ocupados tanto no Novo Valverde, que são banhados [...] como para a mata nativa, que fica entre o Santo Antônio e Balneário dos Prazeres. A ocupação está invadindo a área verde, protegida pela legislação ambiental. A tendência num período de 10 anos é juntar Santo Antônio e Prazeres (DIÁRIO POPULAR, 31 de janeiro de 2002, p. 4).

A projeção do coordenador de bairros da SEURB, há dez anos, não estava de todo errada. A urbanização do Balneário Valverde, ao se expandir criando o Novo Valverde vem ocupando áreas de banhados. Essas áreas alagadiças também estão sendo ameaçadas pela construção de um hotel e condomínios fechados no Pontal da Barra, conforme apontamos no Capítulo 2. A Figura 33 evidencia os cortes das quadras sobre o banhado, os canais de drenagens, a área de aterro do hotel e as ocupações do Novo Valverde em áreas suscetíveis a alagamentos.



Figura 32: Expansão urbana do balneário Valverde pelo Novo Valverde em direção ao banhado Pontal da Barra. Fonte: IBAMA (2011)

No lado oposto, em direção ao Balneário dos Prazeres, observamos que a urbanização do Santo Antônio ainda não se juntou completamente, como previsto pelo coordenador de bairros. Mas já é possível observarmos um adensamento da ocupação por pequenos sítios e novas residências. A Figura 34 mostra o trecho de expansão que ainda separa esses balneários.



Figura 33: Balneário dos Prazeres com vista ao fundo para os Balneários Santo Antônio e Valverde. Fonte: IBAMA(2011)

A figura acima nos permite visualizar a existência de inúmeros vazios urbanos no Balneário dos Prazeres. Ao buscarmos as tendências de urbanização para esse balneário, não identificamos nenhuma promoção imobiliária voltada para tal área. Isso se deve a um conjunto de fatores.

O primeiro é que esse balneário, por ser o mais distante do centro urbano, foi loteado para uma classe social de menor poder aquisitivo e sofre, até hoje, o abandono por parte do Estado. Este distribui seus recursos de forma bastante desigual entre os balneários, o que contribui para a falta de interesse da iniciativa privada em apostar em empreendimentos nesse trecho da orla.

Outro fator refere-se ao estigma criado pela cultura dominante, que considera esse balneário como “a praia dos pobres farofeiros e dos macumbeiros”.

De acordo com Vieira (2005, p. 338), “existe uma estratégia da classe dominante para fazer com que a reprodução das relações de produção referidas ao espaço sejam asseguradas no sentido de garantir a reprodutibilidade dos fatores econômicos”.

Por conseguinte, podemos dizer que esse “rótulo” criado é a expressão política e simbólica do caráter da dominação econômica sobre a apropriação no sentido mais amplo do uso desse território. Ou seja, o Estado, quando a serviço da reprodução das relações sociais de produção, volta seus interesses mais para beneficiar o valor de troca do território do que para seu valor de uso. Nessa perspectiva, o Balneário dos Prazeres, por ainda não ter sido alvo de interesse do capital local, parece ter sido esquecido pelo Estado.

Como analisado no segundo capítulo, esse balneário e seu entorno sempre foram utilizados para atividades de lazer dos segmentos mais pobres da sociedade, caracterizado pelas práticas de cultos afrodescendentes, que ocorrem em suas matas e pelo descaso com a população residente no local. Esse sofre, também sofre um processo de marginalização, forçado por parte das gestões públicas, o que tem levado à degradação não só de seu patrimônio natural, mas também da qualidade de vida no lugar.

Outro aspecto articulado ao primeiro e que, de certa forma, explica a falta de investimentos imobiliários nesse balneário é que o público potencial para esse espaço encontra-se nas classes C e D. Esse público já foi contemplado com programas subsidiados pelo governo federal a juros baixos e em locais próximos ao centro, dispensando a necessidade de novas promoções nesse balneário. Os programas de habitação populares, como o “Par” e “Minha casa minha vida”, atenderam os segmentos sociais de até 10 salários mínimos, distribuídos por vários bairros da cidade em áreas relativamente bem estruturadas e próximas ao centro urbano.

Esse trecho da orla, pela grande movimentação de pessoas que possui, é o que deveria ser mais bem assistido pela municipalidade, pois envolve maior interesse de uso comum dos espaços para lazer do que os interesses privados de alguns atores. O Estado, porém, quando voltado aos interesses mercadológicos, coloca o urbanismo a serviço da racionalidade econômica e da técnica, privilegiando determinados espaços na cidade.

Neste sentido, as tendências para esse balneário seriam de um crescimento lento, mas que poderia ser acelerado a medida que as áreas dotadas de infraestruturas disponíveis para a reprodução do capital se tornassem escassas. Por apresentar a maior área urbana com vegetação, o Balneário dos Prazeres tende a uma valorização de seus terrenos. É bem possível que, futuramente, ocorra uma requalificação urbana desse espaço, processo que exigirá certos cuidados com as questões sociais e ambientais do lugar, a fim de evitar a expulsão dos antigos moradores. Fato, que geralmente se sucede nos espaços degradados que passam por um processo de revitalização urbana.

Os trechos da orla denominado Mata do Totó e Colônia de Pescadores Z-3 não fizeram parte deste estudo, devido à ampliação do enfoque e maior volume de dados para análises, o que não comportaria as dimensões de um trabalho de mestrado.

Contudo, consideramos pertinente, ainda que de um modo um tanto superficial, tecermos algumas considerações sobre as tendências de ocupações desses trechos da orla.

O trecho que compreende a Mata do Totó (Figura 06, p. 74), no que se refere aos processos de ocupação, tende a permanecer estagnado até que alguma intervenção espacial movimente o valor da terra, como por exemplo, caso a Colônia de Pescadores Z-3, o último trecho urbanizado da orla lagunar de Pelotas seja incorporada ao perímetro urbano.



Figura 34: Trecho da orla na Colônia Z-3.

Fonte: IBAMA (2011)



Figura 35: Adensamento urbano na Colônia Z-3.

Fonte: IBAMA (2011)

A Colônia de Pescadores Z-3 teve seu processo de urbanização de forma espontânea, os terrenos foram sendo ocupados sem que houvesse nenhum tipo de planejamento. As famílias foram multiplicando-se, e as residências foram sendo construídas nos mesmos terrenos, dada a falta de espaços para a expansão urbana, como é possível ver na Figura 36. Outra consequência foi que tanto os terrenos de marinha, como banhados e planície de inundações dos arroios existentes, foram sendo ocupados desordenadamente.

O fato de esse núcleo de pescadores apresentar problemas típicos de área urbana acabou gerando em 2003 uma discussão na Câmara de Vereadores sobre a possibilidade de a Z-3 tornar-se zona urbana. No entanto, ficou decidido que ela continuará área rural, porém será tratada como aglomerado urbano, a fim de haver oportunidades de resoluções de seus problemas de tratamento do saneamento básico e ordenamento da ocupação espacial.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento territorial não pode ser burocrático e centralizado, político-institucional, partidário e mascarado. Precisa ser construído participativamente reconhecendo-se os diferentes sujeitos, os distintos interesses, os anseios, os sonhos, as necessidades; os tempos e os territórios; as temporalidades, as territorialidades e a conquista de autonomia. (SAQUET, 2007, p. 177).

O objetivo de nossa pesquisa, identificar os atores sociais e seus modos de atuação na produção do espaço urbano nos balneários da cidade de Pelotas, possibilitou-nos entrar em contato com o debate sobre o atual panorama de urgências ambientais urbanas, bem como avaliar a importância da noção de conjunto nas políticas a elas associadas. Isso mostrou que, apesar de existir, no Brasil, uma legislação ambiental ampla e reconhecida por especialistas como exemplar, os desastres e perdas de ecossistemas irrecuperáveis são intensos, sobretudo, nas áreas costeiras, pela falta de fiscalização dos órgãos competentes e pela especulação imobiliária.

A realização deste trabalho proporcionou-nos, também confrontar muitas teorias estudadas ao longo do mestrado com uma realidade concreta. Consideramos relevante ressaltar que, para a realização desta pesquisa, apoiamos-nos em dois elementos: na produção acadêmica, que analisa o comportamento do uso do solo nas áreas costeiras, e na questão metodológica.

Em relação ao primeiro elemento, destacamos que a zona costeira é concentradora de intensa atividade biológica. Isso faz dela uma região peculiar e vulnerável às atividades humanas, pois suas paisagens são capazes de gerar atributos para se extrair uma renda diferenciada no valor do solo. As áreas litorâneas, de uma forma geral, tornaram-se um elemento paisagístico importante, em função da especulação imobiliária e das “parcerias” e “operações urbanas”, que atuam numa lógica que vincula a criação de desejos à de novas práticas sociais, a formação de capital ao negócio da terra, interesses imobiliários à associação do aparelho de Estado e à valorização dos capitais privados.

O espaço praia, por ser considerado um bem público de uso comum da sociedade, é sempre um campo de lutas, de conflitos, de tensões políticas, apesar de, muitas vezes, ser tratado como um objeto

técnico e neutro. Em relação ao nosso objeto, consideramos pertinente enfatizar que o município de Pelotas, embora não tenha contato direto com o oceano, tem – na sua relação com a orla da Laguna dos Patos através dos balneários do Laranjal – a base de diversos processos históricos, socioeconômicos, ambientais e culturais exigindo, portanto, um planejamento específico adequado a sua realidade.

O segundo elemento refere-se aos conceitos utilizados: paisagem, território e atores sociais da produção do espaço urbano. O conceito de paisagem foi muito importante no decorrer da utilização do método. Por intermédio do conceito de paisagem, procuramos demonstrar em termos de relações socioambientais, o que se apresenta no presente e retornamos ao passado para buscar uma explicação deste presente, a fim de apontar novos rumos. Assim, buscamos esclarecer, através dos fatos históricos, a paisagem presente. Através da paisagem urbana do Laranjal, tentamos evidenciar os conflitos socioambientais gerados pelas contradições próprias das diferenças de necessidades e visões da sociedade que se expressam na propriedade do solo e de seus usos.

O conceito de território, juntamente com as formulações de Corrêa (1989) sobre as estratégias e práticas dos atores sociais da produção do espaço urbano possibilitou-nos identificar a existência de um campo de forças no qual diferentes grupos de atores sociais, a par de sua complexidade interna, vêm, ao longo dos tempos, desenhando e (re) criando formas, atribuindo novos conteúdos e funções ao Laranjal.

Nossa investigação foi orientada por uma hipótese que, de forma geral, foi corroborada. Os conflitos socioambientais identificados na produção do espaço urbano do Laranjal decorrem, sobretudo, da sobreposição de territórios e da sucessão no uso desses.

Por meio da análise dialética da paisagem dos balneários do Laranjal, identificamos, no passado, relações sociais e práticas de produção do urbano que perduram no presente. A coexistência desses processos, que possuem datas e interesses de atores sociais diferenciados no espaço lagunar, resultam nos conflitos socioambientais. Como no decorrer dos capítulos, fomos também analisando as situações de conflito, por isso cabe ressaltarmos algumas considerações mais gerais sobre os conflitos, socioambientais identificados no estudo da paisagem urbana da orla lagunar de Pelotas.

Os conflitos socioambientais nasceram com a formação e urbanização dos balneários e intensificaram-se com o crescimento da população urbana e com disputas de direcionamento de usos da orla, envolvendo diferentes territorialidades.

Como espaço de moradia, segundas residências, de incorporação e valorização imobiliária, lazer e veraneio articulado à cidade, a orla lagunar não se explica por si só, mas como parte do processo de (re) produção social. As diferentes territorialidades identificadas reproduzem a lógica inerente a sua totalidade.

Foi possível verificar que, mesmo com o passar dos anos, não houve ruptura na estrutura hegemônica da cidade. As práticas de produção do espaço exercidas pelo grupo que fundou o Laranjal perduram através da classe política que domina o poder local, cujo projeto político continua a subordinar os interesses gerais comuns aos seus interesses particulares.

Sobre as ferramentas de controle do território lagunar, observamos que a classe dominante atua tendo, como instrumento de ação o domínio da propriedade privada, os aparelhos do Estado e ideológicos, enquanto os demais grupos atuam com os instrumentos próprios de organização da sociedade civil, através do movimento da vida, conforme Corrêa(1989).

A classe dominante [...] segrega os outros grupos sociais na medida em que controla o mercado de terras, a incorporação imobiliária e a construção, direcionando seletivamente a localização dos demais grupos sociais no espaço urbano. Indiretamente ou através do Estado. (CORRÊA, 1989, p. 64).

Nesse sentido, as estratégias de organização espacial das forças hegemônicas atuantes no Laranjal potencializaram os investimentos em obras de melhorias no acesso à praia e nos Balneários Santo Antônio e Valverde. Essas ações produziram, de um lado, a elevação da zona leste da cidade à área de valorização e expansão urbana da classe média-alta, com a construção de áreas residenciais de alto *status*, configurando o território da elite com amenidades naturais e produzidas. Por outro lado, essas práticas urbanísticas acentuaram a diferenciação socioespacial no Balneário dos Prazeres, que não recebeu o mesmo tratamento do Poder Público local e da iniciativa privada.

O Estado foi identificado como um dos principais agentes sociais, porque age pressionado por forças internas e externas. As primeiras, marcadas por disputas políticas e interesses antagônicos, evidenciados na posição dos gestores e técnicos das diferentes instâncias do poder. As forças externas dizem respeito à política de Estado, que se traduz em

deixar o terreno livre para os interesses e para as necessidades de mercado e de setores privados.

Dessa forma, percebemos que o Estado, de um lado, busca representar os interesses da sociedade como um todo, criando normas para o uso do solo e regularizando as ocupações das áreas públicas; de outro, ele age reforçando a diferenciação socioespacial, seja pela sua omissão em prol da vontade das elites locais, seja pela promoção da revitalização de áreas já urbanizadas em detrimento de outras prioridades.

Nos Balneários do Laranjal, a ação do Estado, no decorrer do tempo, é parte de um histórico jogo, no qual determinados setores impõem a sua visão de planejamento conforme seus interesses. Com o crescimento da cidade, os balneários e demais trechos da orla passaram a suprir a necessidade de áreas verdes, para o lazer da sociedade pelotense como um todo. Em contrapartida não houve um planejamento urbano-ambiental abrangente e de longo prazo, tornando a urbanização dos mesmos sempre insuficiente e com agravantes ao meio ambiente. Observamos que as práticas urbanísticas no Laranjal visam à estética dos territórios das elites e ao desenvolvimento do turismo. O “Projeto Orla da Lagoa”, de autoria da municipalidade juntamente com a iniciativa privada, evidencia bem essa situação.

A existência das territorialidades formadas pelos grupos de atores que não possuem o título de propriedade da terra, mas que usam o território, motivados pela lógica tanto da sobrevivência, quanto pela lógica de seus valores culturais ou, simplesmente, como espaço de lazer, é ignorada no planejamento urbano, agravando os conflitos. Estamos nos referindo às famílias que ocupam áreas públicas no Pontal da Barra e entorno da Praça Aratiba, no Balneário dos Prazeres, para moradia. Ao grupo dos praticantes de cultos de matriz afrodescendente para quem o território é sagrado. Ao grupo dos frequentadores formado por profissionais de diversas áreas do conhecimento, incluindo ONGs e ambientalistas que lutam pela preservação dos atributos culturais e ambientais do território lagunar frente aos processos “padronizadores” os quais geralmente, ocorrem com a urbanização de áreas costeiras através do setor imobiliário e do turismo. Bem como ao grupo de pessoas que utilizam o território para lazer nos finais de semana e se negam a pagar o “valor para turista”, cobrado em bares na beira da praia.

Dessa forma, podemos dizer que o território lagunar pelotense possui diferentes territorialidades e que a sobreposição dessas geram os conflitos socioambientais que identificamos com a descrição da

paisagem dos trechos da orla lagunar. Sendo assim, o Laranjal apresenta-se hoje como um bairro-balneário de terrenos valorizados e em processo de expansão urbana. Porém, ao mesmo tempo em que é cartão postal da cidade, apresenta conflitos socioambientais latentes e evidentes. Tais conflitos representam diferentes nuances da reprodução social da cidade de Pelotas.

Ainda, compete enfatizar que a zona costeira é um espaço que possui recursos valiosos tanto do ponto de vista ambiental quanto econômico. E que, em Pelotas, o que está em pauta são aspectos significativos do patrimônio natural, como a função hidrológica do banhado Pontal da Barra e sua biodiversidade, a preservação de um remanescente de Mata Atlântica e a qualidade da água da Laguna. Tais recursos encontram-se sob crescente risco de degradação, sendo cada vez mais difícil a sua contenção. Parte das dimensões dessa problemática urbano-ambiental passou a ser atribuída às políticas públicas, tratadas pela racionalidade administrativa, com soluções pragmáticas politicamente aceitáveis e economicamente viáveis para uma sociedade capitalista.

O planejamento urbano para essas áreas, assim como em todos os ambientes costeiros, deve levar em conta as inter-relações entre os sistemas socioculturais e o ambiente biofísico nas suas diversas escalas, dada a fragilidade ambiental do espaço litoral.

De uma forma geral, tratando-se de planejamento urbano, convém ressaltarmos que o Estatuto da Cidade, Lei Nº 10.257, de 10 de julho de 2001, já com uma década de existência, ainda não é plenamente praticado pelos governos municipais. Isso porque, após a criação desse estatuto, muitos urbanistas e planejadores, no Brasil, passaram a considerar que a cidade, por ser uma arena política, é um espaço de conflitos e que, para o seu planejamento e gestão, o importante não é apenas o produto do planejamento, mas igualmente o seu processo de construção, que deve estar aberto para a participação dos diversos atores envolvidos. O desenvolvimento urbano propriamente dito não ocorre com base na aplicação da lei de zoneamento do solo e no embelezamento de determinados espaços da cidade. Ele só irá ocorrer quando houver um aumento da justiça social e melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos. Para que esse ideal seja alcançado, concordamos com a ideia de desenvolvimento territorial de Saquet (2007), destacado como epígrafe para estas considerações finais.

Mesmo que o futuro sempre se apresente como uma incerteza diante da realidade urbana, com a apropriação do espaço cada vez maior por parte do capital no ordenamento territorial, cabe ao pesquisador não

só buscar uma nova forma de indagar os fenômenos, mas também apontar novos rumos. Isto é, avaliar as possibilidades existentes para a superação dos problemas identificados. Com base nessas constatações, vislumbramos as tendências para a orla lagunar e seu eixo de acesso como apontado no capítulo quatro. No entanto, não significa que as ações do presente não possam ser alteradas, pois o futuro não está determinado, ele depende de nossas decisões, conforme Lefebvre (apud COMBES, 1991, p.113): “Há determinações, mas não determinismos. É preciso considerar que a história continua”.

A ideia de que é preciso não só olhar para o território para planejá-lo, mas igualmente levar em consideração as funções sociais desse espaço e envolver as diferentes territorialidades existentes, já foi apontada em muitos estudos. Dentre esses, destacamos o Estatuto da Cidade, Saquet (2007), Souza (2008), Moraes (2007), Maricato (2000, 2001), dentre muitos outros estudos.

Assim, o desenvolvimento de um planejamento urbano-ambiental específico para o bairro-balneário Laranjal, tomando a realidade da cidade e as territorialidades locais como referência para as intervenções espaciais, bem como a inserção do Município de Pelotas no Projeto Orla, são possibilidades válidas na tentativa de garantir a sustentação e a vitalidade das funções econômicas, ecológicas e socioculturais da orla lagunar de Pelotas.

Além disso, uma última consideração deve ser feita: a (re) produção do espaço é dinâmica e envolve tanto relações de sobrevivência quanto de acumulação. Nesse sentido, as ações políticas não podem ser burocráticas e demoradas, frente ao ritmo de ocupação dos espaços costeiros.

Também, frisamos que o debate sobre a problemática apresentada não se esgota por aqui, até porque se trata de um objeto bastante vigoroso. Assim, estamos cientes de que muitos elementos não menos expressivos do que daqueles aqui apresentados ficaram em aberto. Alguns desses pretendemos retomar em estudos futuros.

Mesmo já existindo muitas pesquisas sobre o tema em questão, ainda há muitas lacunas do conhecimento a serem preenchidas, considerando do mesmo modo, novos enfoques analíticos para temas já desenvolvidos. Fazem parte desses objetos questões referentes a: a) identidade dos moradores e frequentadores da orla; b) percepções desses em relação às projeções de cenários futuros desejáveis para os diferentes trechos da orla lagunar; c) o papel da Associação dos Moradores do Laranjal na produção desse espaço; d) a viabilidade e as vantagens do tombamento da orla lagunar de Pelotas como patrimônio ambiental

urbano; e) a realidade socioespacial das comunidades pesqueiras da orla lagunar; f) o potencial turístico da orla lagunar de Pelotas; g) a segregação socioespacial do balneário dos Prazeres e suas potencialidades para uma possível autogestão dos moradores; h) os conflitos institucionais no trato da questão ambiental, dentre outros temas.

Essas questões exigem entrevistas e conceitos teóricos diferenciados. Em relação ao nosso trabalho, apontariam outro rumo, sem falar que fugiriam aos limites de tempo deste. Dessa forma, tais questões podem gerar novas pesquisas, complementando nosso estudo e contribuindo para que novos horizontes surjam, ampliando as possibilidades de orientações para o desenvolvimento socioambiental e urbano da orla lagunar de Pelotas.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. A apropriação do território no Brasil colonial. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

_____. **Mercado e ordem urbana: do caos à teoria de localização residencial**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2001.

ACSLRAD, H. **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

_____. (org) **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

AFONSO, C. M. **Uso e ocupação do solo na zona costeira do Estado de São Paulo: uma análise ambiental**. São Paulo: Annablume, FAPESP, 1999.

AGUIAR, M. D. S. **História econômica, modernização e desenvolvimento: uma análise sobre as primeiras mudanças na região do litoral norte gaúcho**. Trabalho apresentado junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS, Porto Alegre, 2006.

AGUIAR, M. S. **Um olhar sobre o palimpsesto urbano: processo de formação e diferentes construções no tempo de um patrimônio arquitetônico às margens do Canal São Gonçalo (Pelotas/RS)**. 2009. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do RS, Porto Alegre, 2009.

ALIER, J. M. **El ecologismo de los pobres**. Barcelona: Içaria, 2004.

ANJOS, F. A. dos. **Processo de planejamento e gestão de territórios turísticos: uma proposta sistêmica**. 2004. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

ARANTES, O. Urbanismo em fim de linha. In: **Urbanismo em fim de linha**. São Paulo: EDUSP, 1988, p.129-142.

ARRIADA, E. **O processo de urbanização pelotense (1780-1835)**. 1991. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do RS, Porto Alegre, 1991.

_____. **Pelotas: gênese e desenvolvimento urbano (1780-1835)**. Pelotas: Armazém Literário, 1994.

BAGER, A. (Coord.). **Ecologia aplicada caracterização sócio-ambiental da Reserva Particular de Patrimônio Natural do Pontal da Barra**. 2006. Trabalho acadêmico (Bacharelado em Ecologia) – Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2006.

BARRAGAN, J.M.B. **Critérios para a gestión de la zona de servidumbre de protección del dominio público marítimo terrestre para a provincia de Cádiz Comunidad Autónoma de Andalucía**. Cadiz: Es. UCA- EGMASA, 2004.

_____. The Coast of Latin America at the of the Century. In: **Journal of Coastal Research**. Cadiz: [s.n.], 2001.

BARRETO, A, A. B. **Eleições e mudanças políticas no Brasil nos 80: análise a partir de uma unidade subnacional**. Pelotas: Pensamento Plural n. 4, p. 11 - 35, jan./jun. 2009.

BAUER, M. W; GASKELL, G. ALLUM, N. C. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento: evitando confusões. In: BAUER, M. W. e GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. p.17-36.

BAZSKO, B. **Los imaginários sociais: memória y esperanzas colectivas**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1991.

BENEVELLO, L. **História da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1983.

BERTRAND, G. Paisagem e geografia física global: esboço metodológico. **Caderno de Ciências da Terra**. São Paulo: Instituto de Geografia da Universidade de São Paulo, n. 13, 1972.

BOBBIO, N. **Dicionário de Política**. Brasília: UNB, 1994.

BOOT, W. C; COLOMB, G.G; WILLIANS, J. M. **A arte da pesquisa**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. C.2.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BRASIL. **Lei Nº. 10.257/01**. Estatuto da cidade. Brasília: 2001.

_____. **Ministério Público Federal**. Procuradoria da República no Estado do Rio Grande Do Sul. Procuradoria da República do Município de Pelotas. Inquérito Cível (IC) nº 1.29.005.000048/2008-60. Pelotas, fev. 2012.

_____. RADAM BRASIL v33. **Levantamento de recursos naturais da Secretaria do Planejamento da Presidência da República**. Rio de Janeiro: IBGE, 1986.

BRITO, F. M. O. **Salinópolis - PA: (re) organização sócio-espacial de um lugar atlântico-amazônico**. 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

BURGER, M. I. – **Situações e ações prioritárias para a conservação de banhados e áreas úmidas da zona costeira**. Porto Alegre: Fundação Zoobotânica do RS, 2008.

_____. **Situação e ações prioritárias para conservação de banhados e áreas úmidas da Zona Costeira**. 2000. Disponível em: <<http://www.unisinos.br/nupe/arquivos/banhados.pdf>>. Acesso em: 6 jun. 2010.

CALDEIRA, T. P. R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. 34. ed. São Paulo: EDUSP, 2000.

CAMPOS FILHO, C. M. **Cidades brasileiras: seu controle ou o caos**. O que os cidadãos devem fazer para a humanização das cidades no Brasil. 2. ed. São Paulo: Nobel, 1992.

_____. **Reinvente seu bairro:** caminhos para você participar do planejamento de sua cidade. São Paulo: [s.n.], 2003.

CARLOS, A. F. A. **A (re) produção do espaço urbano.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 1994.

_____. **O espaço urbano:** novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. O consumo do espaço. In: CARLOS, A. F.A (Org). **Novos caminhos da geografia.** São Paulo: Contexto, 2001, p. 173 -186.

_____. O meio Ambiente Urbano e o Discurso ecológico. **Revista do departamento de geografia.** São Paulo: n. 8, p. 75-78, 1994.

_____. Repensando a Geografia Urbana: Uma nova perspectiva se abre. In: **Os caminhos de reflexão sobre a cidade e o urbano.** São Paulo: EDUSP, 1994, p. 157-198.

_____. Novas contradições do espaço. In: DAMIANI, Amélia L; CARLOS, A. F. A; SEABRA, O. C. de L. (Orgs). **O espaço no fim do século-** a nova raridade. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001, p. 62-80.

_____. A reprodução da cidade como negócio. In: CARLOS, A. F. A.; CARRERAS, C. (orgs). **Urbanização e mundialização:** estudos sobre a metrópole. São Paulo: Contexto, 2008, p. 29-50.

CASTELLS, M. **A questão urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTRO, I. E. de. O problema da escala. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L.; (orgs.). **Geografia:** conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CASTRO, L. L. P. **Ocupação urbana em áreas costeiras:** a interface urbano-ambiental na orla marítima do Campeche, ilha de Santa Catarina. 2008. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

CERQUEIRA, F. V.; MILHEIRA, R. G.; CUNHA, W. S. **Laudo Técnico Arqueológico:** sítios arqueológicos do Banhado do Pontal da

Barra, litoral do Município de Pelotas-RS. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2008.

CHALAS, Y. A cidade contemporânea. **Revista Argos**. [S.l.], [s.n.], 2009.

CIDADE. Primeiros balneários do Laranjal foram fundados em 1952 e 1957. **Diário Popular**, Pelotas, 18 fev. 2002. Disponível em: <http://srvnet.diariopopular.com.br/18_02_02/cv150201.html>. Acesso em: 6 jun. 2010.

COMBES, F. L. P. **Conversation avec Henri Lefebvre**. Paris: Messidor, 1991, p.113.

COMPAM. **Parecer do Conselho Municipal do Controle do Patrimônio Ambiental**. Prefeitura Municipal de Pelotas, Pelotas, 1988.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

_____. A periferia Urbana. **Geosul**, Florianópolis, n. 2, ano I, 2. sem, 1986, p. 70-78.

_____. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1996.

_____. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P.C.da C; CORRÊA, R. L. (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

COSTA, M. A. **Democracia urbana: para uma crítica do planejamento urbano e regional no Brasil**. 2008. 345 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

CRUZ, A. J. W. **Laudo Técnico Ambiental: banhado Pontal da Barra**: caracterização e diagnóstico ambiental. Pelotas: Universidade Católica de Pelotas, 2008.

CRUZ, G. P. da. Pelotas: Espaço construído no início da república. In: WEINER, G. (org). **Urbanismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre:

Edu. Universidade /UFRGS, Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1992, p.109-134.

DIAS, E. A. **Visão de natureza:** uma análise sobre práticas jurídicas antropocêntricas do tribunal de justiça do Estado do Rio Grande do Sul. 2008. 185 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2008.

DIAS, L. C; SANTOS, G. A. Região, Território e Meio Ambiente: uma história de definições e redefinições de escalas espaciais (1987-2001). In: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (Ampur)**. v. 5, n. 2, nov. 2003.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: VIEIRA, P. F.; GUERRA, M. **Biodiversidade, biotecnologia e ecodesenvolvimento**. Florianópolis: UFSC, 1994.

EBNER, Í. A. R. **Vazios urbanos:** uma abordagem do ambiente construído. 1997. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

ETCHEVERRY, J. V. **Laranjal até 1947**. Pelotas: Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas, 1996, v. 1, n.29. (Coleção Cadernos de Pelotas).

_____. **Laranjal de 1948 a 1979**. Pelotas: Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas, 1997, v.2, n.47. (Coleção Cadernos de Pelotas).

_____. **Laranjal de 1982 a 1992**. Pelotas: Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas, 1998, v.3, n. 54. (Coleção Cadernos de Pelotas).

_____. **Laranjal de 1993 a1996**. Pelotas: Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas, 1998, v.4, n.56. (Coleção Cadernos de Pelotas).

_____. **Laranjal de 1997 a 1998**. Pelotas: Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas, ANO, v.5, n. 65. (Coleção Cadernos de Pelotas).

FEPAM. **Relato de vistoria ao empreendimento Pontal da Barra.** Gerência de Rio Grande, mar. 2003.

FISCHER. A. **Morfodinâmica do “Saco do Laranjal”:** costa noroeste do estuário da Laguna dos Patos-RS. 2005. Dissertação (Mestrado em Engenharia Oceânica) - Fundação Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2005.

FOLHETO INSTITUCIONAL. **Secretaria Municipal de Cultura.** s/d.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL. **Rio Grande do Sul:** Perfil ambiental e estratégias. Porto Alegre: FEPAM, 1992.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som:** um manual prático. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 64-89.

GOMES, P. C. C. **A condição urbana.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GONÇALVES. A. M. B. A. **Uso da terra e revestimento do solo na mata do Totó:** uma análise multitemporal. 2005. Trabalho de conclusão de Curso (Licenciatura Plena em Geografia)- Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2005.

GONÇALVES. C. V. P. Formação Sócio-Espacial e Questão Ambiental no Brasil. In: BECKER, B; CHRISTOFOLETTI, A; DAVIDOVICH, F; GUEIGUER, P. P. **Geografia e meio ambiente no Brasil.** São Paulo: HUCECITEC, 1995. p. 309-333.

GUERRA, A. J. T.;CUNHA, S. B. **Geomorfologia:** uma atualização de bases e conceitos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

GUERRA, A. J. T.;COELHO, M. C. N. **Unidades de conservação:** abordagens e características geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

GUTIERRES, E. et al. **Estância Nossa Senhora dos Prazeres no contexto da origem do Bairro Laranjal.** Trabalho apresentado no 18º Congresso de Iniciação Científica. ENCONTRO DE PÓS-

GRADUAÇÃO, 11. E MOSTRA CIENTÍFICA, 1. Pelotas, 2009.

Disponível em:

<http://www.ufpel.edu.br/cic/2009/cd/pdf/CE/CE_00881.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2010.

GUTIERREZ, E. **Barro e sangue**: mão de obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas (1777-1888). Pelotas: Universitária UFPEL, 2004.

_____. **Negros, charqueadas e olarias**: um estudo sobre o espaço pelotense. 2. ed. Pelotas: Universitária/UFPEL, 2001.

HALL, S; LUMLEY, B; MC LENNAN, G. Política e ideologia: Gramsci. In: Centre for Contemporary Cultural Studies da Universidade de Birmingham. 2. ed. **Da Ideologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 6. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2000.

_____. O trabalho o capital e o conflito de classe em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. In: **Espaço & Debate**. São Paulo: Neru, n. 2, 1982, p. 6-35.

_____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. **Urbanismo y desigualdad social**: México: Siglo Veinteuno, 1996.

HENRIQUE, W. A cidade e a natureza: a apropriação, a valorização e a sofisticação da natureza nos empreendimentos imobiliários de alto padrão em São Paulo. **Revista Geosp - Espaço e Tempo**. São Paulo, n. 20, p. 65-77, 2006.

_____. **O direito à natureza na cidade**: ideologias e práticas na história. 2004. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, 2004.

HOBSBAW, E. **A era do capital**: 1848-1875. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

IDEALIZA: **Incorporações e participações**. Projeto Laranjal. Peça Publicitária. Pelotas, 2011.

IBGE RADAMBRASIL. **Mapa geomorfológico do RS**. Disponível em: <http://www.fzb.rs.gov.br/novidades/imagens/02_geomorfologia_total_150.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2010.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 21 jul. 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Fotografias aéreas atuais**.

_____. **Ofícios nº 101/2010 e nº 0457/2010-322** referentes à construção irregular em Terreno de Marinha (Restaurante Pontal da Barra). Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, Superintendência no Estado do Rio Grande do Sul Posto de Apoio em Pelotas, 2010.

INSTITUTO NACIONAL BRASILEIRO SENADOR DR. JOAQUIM AUGUSTO DE ASSUMPCÃO. **Fotografias antigas dos balneários do Laranjal**.

ITEPA. **Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria da UCPel**.

Disponível em: <<http://www.ucpel.tche.br/itepa/zonasul.php>>. Acesso em: 5 jul. 2010.

_____. **Mutirão para Superação da Miséria e da Fome em Pelotas 1ª fase**. Pelotas: Universidade Católica de Pelotas, Assessoria de Comunidade e extensão Instituto técnico de pesquisa e assessoria – ITEPA, 2003.

JAQUES, A. P. **A geografia do batuque**: estudo sobre a territorialidade desta religião em Porto Alegre - RS. 2005. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. 230 p.

LACOSTE, Y. **A Geografia**: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas: Papirus, 1988.

LE CORBUSIER. **Urbanismo**. Tradução de Maria Ermatina Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LEDRUT, R. Política Urbana e Poder Local. Espaço e Debates. **Revista de Estudos Regionais e Urbanos**, São Paulo, v.3, p. 5-20, 1981.

LEFF, E. **Saber ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2001.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. 3. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

_____. A sociedade burocrática do consumo dirigido. In: **A vida cotidiana no mundo moderno**. Tradução de Alcides J. de Barros. São Paulo: Ática, 1991. p.77-119.

_____. **De lo rural a lo urbano**. Barcelona: Anthopos, 1978.

_____. Urbano (o). Tradução de Margarida Maria de Andrade. In: _____. **Le retour de La dialectique: 12 motes clef pour Le monde moderne**. Paris: Messidor/ Editions Sociales, 1986, p.159-179.

_____. **Lógica formal/ lógica dialética**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

LITTLE, P. **A etnografia dos conflitos sócio-ambientais**, 2004.

Disponível em:

<<http://www.anppas.org.br/encontro/segundo/paper/GT/GT17little.pdf>>
. Acesso em 16 ago. 2010.

LOCH, R. E. N. **Cartografia**: representação, comunicação e visualização de dados espaciais. Florianópolis: UFSC, 2006.

LOJKINE, J. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

LONER, B. A. **Classe operária**: mobilização e organização em Pelotas: 1888-1937. 1999. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências

Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

MACEDO, S. S. Paisagem, litoral e formas de urbanização. In: **Projeto Orla, subsídios para um projeto de gestão**. Brasília: MMA e MPO, 2004.

MACHADO, E. V. **Florianópolis: um lugar em tempos de globalização**. 2000. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2000.

_____. Turismo, paisagem e ambiente: O viés do Desenvolvimento Sustentável - algumas notas como contribuição ao debate. In: RODRIGUES, A. B. (org). **Turismo e ambiente, reflexões e proposta**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MAGALHÃES, M. O. **História do Rio Grande do Sul (1626-1930)**. Pelotas: Armazém Literário, 2002.

_____. **Pelotas: século XIX**. Pelotas: Livraria Mundial, 1994.

_____. **História e tradições da cidade de Pelotas**. Caxias do Sul: UCS/ Instituto Estadual do Livro, 1981.

MARCONDES, M, J. **Cidade e natureza: proteção dos mananciais e exclusão social**. 1995. Tese (Doutorado) – FAU, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 1995.

MARICATO, E. **Brasil, Cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. As ideias fora do lugar e o lugar fora das idéias. In: ARANTES, O. MARICATO, H.; VAINER, C. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Exclusão social e reforma urbana**. São Paulo: FAUSP, 1994.

MARQUES, A. A. B. et al. **Decreto no 41.672, de 11 junho de 2002: Lista de Referência da Fauna Ameaçada de Extinção no Rio Grande do**

Sul. Porto Alegre: FZB/MCT–PUCRS/PANGEA, (Publicações Avulsas FZB, 11), 2002. 52p.

MARTINS, S. F. **Cidade do Rio Grande: industrialização e urbanidade (1873-1990)**. Rio Grande: FURG, 2006.

MARTINS, J. S. (org). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MASCARENHAS, I. **Balneário Santo Antônio: relatos, textos e fotografias do Laranjal**. Pelotas: Mundial, 1994.

MENDONÇA, F. **Geografia e meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1998.

_____. **Elementos de epistemologia da Geografia contemporânea**. Curitiba: UFPR, 2002.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo- Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1998.

MORAES, A. C. R. Classificação das praias brasileiras por níveis de ocupação: proposta de uma tipologia para os espaços praias. In: **Projeto Orla: subsídios de um projeto de gestão**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001. p. 31-42.

_____. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil: elementos para uma geografia do litoral brasileiro**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 2007.

_____. **Território e História no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Annablume, 2008.

MORAES, A. C. R.; ZAMBONI, A. (Org). **Projeto Orla: Subsídios para um Projeto de Gestão**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente – Projeto Orla, 2004.

_____. **Guia de implementação**. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Qualidade Ambiental; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Secretaria do Patrimônio da União, 2005.

SOLER, C. P. Antônio. Últimas Paisagens. **Jornal Diário da Manhã**, Pelotas, 30 dez. 1997, p. 02 – 03.

_____. Barro Duro: reserva esquecida da biosfera. **Jornal Diário da Manhã**, Pelotas, 07 dez. 1996.

MOURA, R. M. G. R. **Protomodernismo em Pelotas**. Pelotas: Ed. Universitária / UFPEL, 2005.

MUEHE, D. Definição de limites e tipologias da orla sob os aspectos morfodinâmico e evolutivo. In: **Projeto Orla: Subsídios de um projeto de gestão**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente: 2001. p. 11-30.

NIMER, E. Clima. In: IBGE – Geografia do Brasil. **Região Sul**. Sergraf. Rio de Janeiro: IBGE, 1977, p. 35-79.

NEIMAN, Z. **Era verde?** ecossistemas brasileiros ameaçados. São Paulo: Atual, 1989.

OLIVEIRA, P. S. Caminhos de construção da pesquisa em ciências humanas. In: OLIVEIRA, P. S. (org.). **Metodologia das Ciências Humanas**. São Paulo: Hucitec/Ed. UNESP, 2001. p. 17-28.

OLIVEIRA, F. O. Estado e o Urbano no Brasil. In: **Espaço & debates**. n. 6, jun/ set, p. 36- 54, 1982.

OLIVEIRA, M.R. **Projeto Orla** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <kel.ruas@gmail.com> em 27 nov. 2010.

OLIVEIRA, M; NICOLODI, J.L. A Gestão Costeira no Brasil e os dez anos do Projeto Orla: uma análise sobre a ótica do Poder Público. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, Univale, 2012. Disponível em: < <http://www.aprh.pt/rgci/rgci308.html>> . Acesso em 20 maio 2012.

PARFITT, C. M. **Impacto urbano em áreas de interesse e proteção ambiental**: produção do espaço em zonas de preservação ambiental da cidade de Pelotas na Lei 2565/80. 2002. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

PELOTAS. **Decreto N.º. 4.143/ 2000.** Dispõe sobre o recebimento de imóveis em doação. Pelotas, 2000.

_____. **Caderno Sustentar n. 3.** Pelotas: Prefeitura Municipal de Pelotas, Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, 2002.

_____. **Lei n.º. 2565/1980.** Institui o II Plano Diretor de Pelotas e estabelece diretriz e proposições de ordenamento e desenvolvimento territorial no município de Pelotas, e dá outras providenciais. Pelotas: Prefeitura Municipal de Pelotas, Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, 1980.

_____. **Lei n.º. 5.502/2008.** Institui o III Plano Diretor de Pelotas e estabelece diretrizes e proposições de ordenamento e desenvolvimento territorial no município de Pelotas, e dá outras providenciais. Pelotas: Prefeitura Municipal de Pelotas, Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, 2008.

_____. **Lei Municipal N.º. 4.119/96.** Lista Vermelha. Disponível em: <GEPPAA. Lista Vermelha da Flora Pelotense>. Acesso: 25 jul. 2009.

_____. **Licença Prévia/ Rima n.º. 01/91** expedida pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental. Pelotas, 1991.

_____. **Memorial descritivo, Vila Residencial Balneário Valverde – Laranjal- 2º sub-distrito de Dunas.** Pelotas.

_____. **Plano Diretor de Pelotas PDP.** Pelotas: ORPLAN, 1967.

_____. **Plano Diretor de Pelotas PDP.** Pelotas: ORPLAN, 2009.

_____. Governo Municipal. **AGENDA XXI.** Pelotas, 2004.

_____. **Parecer sobre requerimento de licença previa processo n.º 2340/2003.** Pelotas: Prefeitura Municipal de Pelotas, Secretaria Municipal de Qualidade Ambiental, 2003.

PEREIRA, E. M. (Org.) **Planejamento urbano no Brasil: Conceitos, diálogos e práticas.** Chapecó: Argos, 2008.

PESAVENTO, S. **História da indústria sul-rio-grandense**. Guaíba: Riocell, 1985.

PESSOA, M. L. **A balneabilidade nas praias do saco do Laranjal, Laguna dos Patos e a expansão urbana do município de Pelotas, Rio Grande do Sul**. 2008. Monografia (Graduação em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

POLIDORI, M. C. **Crescimento urbano e ambiente: um estudo exploratório sobre o futuro das cidades**. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS. **Planejamento Urbano**. Programa Orla da Lagoa. Disponível em: <http://www.pelotas.com.br/politica_urbana_ambiental/planejamento_urbano/programa_orla_lagoa/programa_orla_lagoa.htm>. Acesso em: 8 jun. 2010.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIO GRANDE DO SUL. **Atlas socioeconômico do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Secretaria da Coordenação e Planejamento do Estado do Rio Grande do Sul, 1998. Disponível em: <www.scp.rs.gov.br/atlas>. Acesso em: 15 abr. 2010.

RODRIGUES, A. M., **Problemática ambiental: agenda política, espaço, território, classe sociais**. Boletim Paulista de Geografia, n. 83, SP, 2005.

ROSA, M. **Geografia de Pelotas**. Pelotas: Universitária - UFPEL, 1985.

RUA, J. A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. **Revista da ANPEGE**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 45-66, 2005.

RUAS, K. S. **Sustentabilidade econômica e socioambiental na colônia de pescadores Z-3, Pelotas-RS**. 2005. Monografia (Graduação em Geografia) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2005.

SALAZAR, E. A.; NACHTIGALL, G.; MATEUS, L. R. ;CHEFFE, M. M. Levantamento da flora arborecente e da fauna do Pontal da Barra/praias do Laranjal/Pelotas (RS). In: CONGRESSO FLORESTAL BRASILEIRO, 7. CONGRESSO FLORESTAL PANAMERICANO, 1.; **Anais...** Curitiba (PR), set. 1993.

SALAZAR, E. A.;FERRER, R. S. Fanerógamas arborecentes do Pontal da Barra / Pelotas (RS). In: ENCONTRO DE BOTÂNICOS DO RIO GRANDE DO SUL, 7. Rio Grande: [s.n.],1996.

_____. **Fanerógamas e pteridófitas arborecentes da Região Sudeste do Rio Grande do Sul.** Pelotas : [s.n.], 1997. 15 p.

SALGUEIRO, T. B. **Cidade pós-moderna:** espaço fragmentado. Rio de Janeiro: Experimental, v. 1, n.4, 1998, p. 39-43.

SANCHEZ, F. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial.** Chapecó: Argos, 2003.

SANTANA, V. P. Mercadoria Verde: A Natureza. In: DAMIANI, A, CARLOS, A.F.A.;SEABRA, O. C.L (orgs.). **O espaço no fim de século: a nova raridade.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

SANTOS, C. R. **Proposta de critérios de planejamento da gestão integrada da orla marítima do município de Bombinhas, SC.** 2005. 200 f. Tese (Pós-doutorado em Planejamento Regional e Urbano) - Universidade de Cádiz, Espanha, 2005.

SANTOS, M. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

_____. **Por uma geografia nova.** São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. **Espaço e método.** São Paulo: Nobel, 1982.

_____. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1983.

_____. **Técnica espaço tempo:** globalização e meio-técnico científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1998, 190.p.

_____. Território e Dinheiro. In: **Território, territórios**. Niterói: PPGEO-UFF, 2002.

_____. **Metamorfose do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Hucitec, 1996, 126 p.

_____. O retorno do território. In: SOUZA, M. A. de; SILVEIRA, M. L. **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994, p. 16.

_____. **Pensando o espaço do homem**. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo: v. 18, nº 51, p. 99-123, fev. 2003.

SEABRA, C. O. L. Territórios do uso: cotidiano e modo de Vida. In: **Cidades: Revista Científica/ Grupo de Estudos Urbanos**, Presidente Prudente, v. 1, n.1, 2004.

SELMO, F.S; ASMUS, M. Análise ambiental da ocupação urbana do Pontal da Barra, praia do Laranjal, Pelotas, RS. In: **Revista eletrônica**, Cadernos de ecologia aquática, v.1, nº. 2, p. 30-37, dez. 2006.

SERRA, G. **O espaço natural e a forma urbana**. São Paulo: Nobel, 1987.

SILVA, J. B. **A cidade e o urbano**. Fortaleza: EUFC, 1997.

SILVA, N.; M. C, CAMARGO, T. de A. **Laudo Técnico Ambiental**: Banhado Pontal da Barra. Pelotas: Prefeitura Municipal de Pelotas, Secretaria de Qualidade Ambiental, 2009.

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, H. (Org.). **A produção capitalista da casa e da cidade no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982, p.21 – 36.

SOARES, P. R. R. *Del proyecto urbano a la producción del espacio: morfología urbana de la ciudad de Pelotas, Brasil, 1812-2000*. 2000. Tese (Doutorado) – Universidad de Barcelona, Barcelona, 2002.

_____. Modernidade urbana e dominação da natureza: o saneamento de Pelotas nas primeiras décadas do século XX. In: **História em Revista**, Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2001, v.7, n.º.1.

SOBARZO, O. **A segregação sócio-espacial em Presidente Prudente: análise dos condomínios horizontais**. 1999. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologias, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 1999.

SOJA, E. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

SOUZA, M. L. **Mudar a Cidade: uma introdução a crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

_____. **O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. **Geografia conceitos e temas**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia: contribuição ao ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: UNESP, 2004.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 1988.

_____. Loteamentos fechados em cidades médias paulistas – Brasil. In: SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. (orgs). **Cidades médias: produção do espaço urbano e regional**. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p.175-197.

SUERTEGARAY, D. M. A. geografia e trabalho de Campo. In: SUERTEGARAY, D. M. A. **Geografia Física e Geomorfologia: uma releitura**. Ijuí: Unijuí, 2002.

TOLDO JUNIOR, E. E. et al. Sedimentação na Lagoa dos Patos e os impactos ambientais. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO QUATERNÁRIO, 10, Guarapari. **Resumos Expandidos**. Guarapari: ABEQUA, p. 06. 2005.
 _____. Sedimentação de Longo e Curto Período na Lagoa dos Patos, Sul do Brasil. **Pesquisas em geociências**. [S.l.], ano 33, n. 2, p.79-86, 2006.

TOMAZELLI, L.J. ; VILWOCK, J.A; LOSS; DEHNHARTD. Caracterização de um depósito praial pleistocênico na província Costeira do Rio Grande do Sul. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOLOGIA,32.**Anais...** Salvador, p. 1514-1523, 1985.

TOMAZELLI, L. J.; VILWOCK, J.A. Geologia do sistema lagunar holocênico do Litoral Norte do Rio Grande do Sul. **Pesquisa**. [S.l.], ano 18, n.1, p.13-24, 1991.

_____. Mapeamento geológico de planícies costeiras: o exemplo da costa do Rio Grande do Sul. **Gravel**. Porto Alegre, n.3, p.109-115, 2005.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Comarca de Pelotas. **Juizado Especial Criminal**. Processo crime nº 2201998038. Pelotas, 2005.

TRINDADE JUNIOR, Saint-Clair C. Entre o público e o privado: agentes e estratégias de apropriação do espaço na orla fluvial de Belém Pará/ (Brasil). **Scripta Nova Revista Electronica de Geografia y Ciências Sociales**, Barcelona, v. IX, n. 194, 2 ago. 2005.

UEDA, V. **Inovações tecnológicas e espaço urbano: a implantação da companhia telefônica melhoria e resistência em Pelotas/RS**. 1998. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

VAINER, C. B. **Planejamento e questão ambiental:** qual é o meio ambiente que queremos planejar? ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 5. Rio de Janeiro: [s.n.], 1993.

_____. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? In: **Planejamento e território:** ensaios sobre a desigualdade. Rio de Janeiro: Cadernos IPPUR-UFRJ 2001-2/2002-1, DP&A, p. 13-32.

VASCONCELOS, F. P. **Gestão integrada da zona costeira:** ocupação antrópica desordenada, erosão, assoreamento e poluição ambiental do litoral. Fortaleza: Premium, 2005.

VIEIRA, S. G.; PEREIRA, Ó. F.; DE TONI, J. S. A evolução urbana de Pelotas: um estudo metodológico. In: **História em revista.** n. 1. Pelotas: UFPEL, p. 21-34, 1994.

VIEIRA, S. G. **A cidade fragmentada:** o planejamento e a segregação social do espaço urbano em Pelotas. Pelotas: EDUFPEL, 2005, 238p.

_____. (Org). Pelotas: a cidade dos shoppings centers perdidos. In: **Caderno de estudos Urbanos e regionais:** comércio e consumo urbano. Pelotas: Ed. UFPel, 2009.

VIEIRA, S. G. Paisagem e memória: as diferentes temporalidades do presente. In: LONER, B. A. et al. **Horizontes urbanos.** Pelotas: Armazém Literário, 2004.

VIEIRA, E. F; RANGEL, S. R. S. **Rio Grande do Sul:** geografia física e vegetação. Porto Alegre: Sagra, 1984.

VILLAÇA, F. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, C; SCHIFFER, S. R. (orgs.) **O processo de urbanização no Brasil.** São Paulo: EDUSP, p. 169 – 243, 2000.

VILWOCK, J. A. **Aspectos da sedimentação na região nordeste da Laguna dos Patos:** Lagoa do casamento e saco do corcuruto, RS, Brasil. 1977.189f. Tese (Doutorado: Programa de Pós-Graduação em Geociências) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1977.

VOIVODIC, R. A. A. **Gestão ambiental e gerenciamento costeiro integrado no Brasil: uma análise do Projeto Orla em Cabo Frio: RJ.** 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

WESCHENFELDER, J. **Processos sedimentares e variação do nível do mar na região costeira do Rio Grande do Sul, Brasil.** 2005.141f. Tese (Doutorado: Pós Graduação em Geociências) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

WIDHOLZER, F. **Banhados do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Riocell S. A., 1986.

ZANK, S. et al. 2005. A atividade turística e as unidades de conservação: o caso do Parque Estadual de Itapeva. Técnico. In: SIMPÓSIO DE ÁREAS PROTEGIDAS 3.:Repensando escalas de atuação. **Anais...** Pelotas: Edição organizador, 2005, 594p.

ZHOURI, A. et al (orgs). **A insustentável leveza da política ambiental:** desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.